

**OTHON JURUÁ ROLIM DE SOUZA REIS**

**O PLANO BRASIL NOVO E SUAS IMPLICAÇÕES**

Orientador: Prof. Dr. Igor Zanoni Constant Carneiro Leão

**CURITIBA  
2002**

**OTHON JURUÁ ROLIM DE SOUZA REIS**

**O PLANO BRASIL NOVO E SUAS IMPLICAÇÕES**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Igor Zanoni Constant Carneiro Leão.

**CURITIBA  
2002**





UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
Curso de Pós-Graduação em Economia

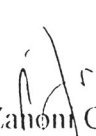
*Mestrado em Desenvolvimento Econômico*

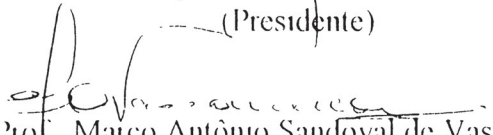
**CMDE**

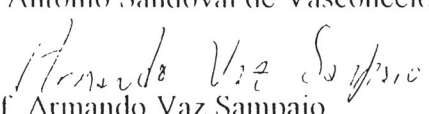
Rua Dr. Faria 495 sala 310  
80.060-110 Curitiba-PR  
Fones: (011) 362-3038 R 2232  
Fonelas: (011) 264-5722 R 212  
E-mail: cmde@ciencias.ufpr.br

## PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designados pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado apresentada pelo candidato **Othon Jurua Camargo Rolin**, sob o título “**O plano Brasil novo e suas implicações**” após ouvir o candidato e ouvir suas respostas, deliberou-se aprová-lo, com base nas seguintes notas: **Igor Zanon Carneiro Leão (8,0)**, Professora **Marco Antônio Sandoval de Vasconcelos (8,0)** Professor **Armando Vaz Sampaio (8,0)**, do que resulta a aprovação com **média (8,0)**, equivalente ao **conceito (B)**, completando assim todos os requisitos necessários para receber o grau e o diploma de Mestre em Desenvolvimento Econômico Curitiba, 26 de março de 2002

  
Prof. Igor Zanon Carneiro Leão  
(Presidente)

  
Prof. Marco Antônio Sandoval de Vasconcelos

  
Prof. Armando Vaz Sampaio

A minha esposa e filhos,  
que tiveram de agüentar as minhas  
pesquisas. bibliográficas

## AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho teria se tornado bem mais difícil sem a colaboração de algumas pessoas que cruzaram o meu caminho durante o período de mestrado e de outras que já estavam presentes em minha vida.

Inicialmente agradeço a meu orientador, Prof. Igor Zanoni Constant Carneiro Leão, que com seu talento fez com que eu norteasse o caminho para concluir o presente trabalho.

A Profa. Ângela Welters, pela disposição em ler e fazer sugestões que em muito me ajudaram.

A Profa. Ana Luisa Barbosa Dias de Carvalho, pelo desgastante trabalho de revisão

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>vii</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>viii</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1. ALGUNS CONCEITOS E DADOS.....</b>	<b>3</b>
1.1. O mundo em evolução.....	3
1.1.1. O subdesenvolvimento.....	4
1.1.2. O subdesenvolvimento na América Latina.....	7
1.2. Crescimento.....	11
1.3. Desenvolvimento.....	19
1.3.1. A renda per capita.....	20
1.3.2. O índice de analfabetismo.....	22
1.3.3. A estrutura sanitária brasileira.....	23
1.3.4. A taxa de desemprego.....	24
1.3.5. Elevada taxa de crescimento da população.....	24
1.3.6. Elevado peso relativo da agricultura.....	26
1.4. Inflação.....	27
<b>2. O PERÍODO DE TRANSIÇÃO.....</b>	<b>30</b>
2.1. O Brasil antes do plano "Brasil Novo".....	30
2.2. O Brasil na nova era.....	38
2.3. O comportamento das variáveis.....	42
2.3.1. O crescimento.....	42
2.3.2. O desenvolvimento.....	44
2.3.2.1. A renda per capita.....	46
2.3.2.2. Índice de analfabetismo.....	46
2.3.2.3. Estrutura sanitária.....	48
2.3.2.4. Taxa de desemprego.....	49
2.3.2.5. Dívida externa.....	51
2.3.2.6. Dívida interna.....	54
2.3.2.7. Inflação.....	56
2.4. A última década do século XX.....	59

2.5. Globalização.....	62
<b>3. O PLANO BRASIL NOVO.....</b>	<b>66</b>
3.1. Privatizações.....	67
3.2. A política fiscal.....	72
3.3. A crise do setor público.....	75
3.4. A política agrícola.....	77
3.5. A política industrial.....	81
3.5.1. A adoção de novas tecnologias no mundo.....	81
3.5.2. A política industrial na década de oitenta no Brasil.....	82
3.5.3. A política industrial do governo Collor.....	84
1.5. Comportamento de algumas Variáveis Macroeconômicas no Período.....	90
1.5.1. Taxa de câmbio.....	90
1.5.2. Transações correntes.....	91
1.5.3. Reservas internacionais.....	92
1.5.4. Taxa de juros "overnight".....	93
1.5.5. Dívida do setor público.....	95
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>96</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>98</b>

## TABELAS

Níveis de PNB <i>per capita</i> e taxas de crescimento de várias nações.....	21
População residente em 1980, 1991 e 2000.....	25
Produção agrícola - principais culturas.....	26
Indicadores usuais de inflação - 1980-90.....	29
Produto interno Bruto (PIB) a preços correntes.....	42
Taxas reais de variação do PIB.....	43
Indicadores do nível de emprego.....	50
Desemprego aberto no Brasil.....	51
Indicadores de endividamento.....	54
Dívida interna líquida do setor público.....	56
Variação anual do índice de preços (IGP).....	58
Programa nacional de desestatização.....	71
Déficit operacional, primário e carga de juros.....	73
Carga tributária e distribuição por nível de governo.....	75
Produção agrícola - evolução entre 1990 e 1992.....	80
Indicadores de produção industrial.....	83
Evolução das transações correntes - Brasil - 1989-92.....	91
Reservas internacionais do Banco Central do Brasil.....	93
Taxas de juros de títulos públicos "overnight".....	94
Dívida líquida do setor público - percentual s/PIB.....	95

## RESUMO

O Plano Brasil Novo, foi implementado com o intuito de reduzir o processo hiperinflacionário que o país atravessava. O impacto de sua implantação foi muito forte, no entanto, serviu para atender inicialmente seu propósito. Pois a política de substituição de importações, até então adotada, já vinha há algum tempo dando mostras de esgotamento, havendo portanto, a necessidade de adoção de uma outra política, para novamente o país encontrar o caminho para o desenvolvimento econômico. Diante deste cenário de alterações profundas na economia brasileira, surgiu a motivação para a realização deste trabalho, cujo objetivo central é analisar se a implantação do Plano Brasil Novo, trouxe para o nosso país algum benefício. A conclusão foi de que realmente o Plano “Brasil Novo” trouxe benefício para o país, acelerando o processo de abertura econômica, dando condições para que os próximos governos prosseguissem na busca do crescimento e desenvolvimento com maior tranquilidade.



## 1. ALGUNS CONCEITOS E DADOS

### 1.1. O mundo em evolução

O objetivo precípua deste capítulo é fazer uma retrospectiva de alguns conceitos básicos de Economia, com o intuito de levantar subsídios para o nosso trabalho.

A história do Século XX confirma uma relativa escassez de bens, insuficientes para satisfazer os anseios de grande parte da humanidade. Neste sentido, os países mais pobres, ou melhor, menos desenvolvidos, sofreram muito mais, pois em sua grande maioria dependiam de produtos estrangeiros

O padecimento destes países foi de tal envergadura que, logo ao término da Segunda Grande Guerra Mundial, as nações que haviam conseguido vencer o conflito, “os aliados”, reuniram-se com o intuito de elaborar uma série de preceitos, visando a recuperação da economia mundial, principalmente dos países em que os conflitos foram de maior intensidade. Muito embora os países da América Latina, em sua maioria, não tenham participado diretamente com o conflito mundial, eles sofreram duramente devido à escassez de produtos e de possibilidade de transações comerciais que tornaram-se restritas durante o conflito

Dentro deste contexto, em 1948, foi criada a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), que teve sua sede instalada na cidade de Santiago, no Chile. Foi este país que teve o maior empenho para o surgimento desta comissão, visando solucionar os problemas de desajustes econômicos existentes nesta região, decorrentes da guerra, bem como atenuar os ânimos, pois estes países estavam um tanto quanto decepcionados com o governo norte-americano, já que não haviam sido lembrados na implantação do Plano Marshall.

Podemos evidenciar este fato, com o que o escritor ERIC HOBBSBAWM relata em seu livro *ERA DOS EXTREMOS: O breve século XX 1914 -1991*. “É quase desnecessário demonstrar que a Segunda Guerra Mundial foi global. Praticamente todos os Estados independentes do mundo se envolveram, quisessem ou não, embora as repúblicas da América Latina só participassem de forma mais nominal”.(Hobsbawm, 1982, p 31)

No entanto, este entendimento não é geral, pois esta conclusão de que a América Latina somente participou de forma nominal no conflito não condiz com o



que de fato aconteceu. Praticamente fomos obrigados a integrar as forças aliadas, para que pudéssemos realmente iniciar um processo de mudança em nossa estrutura sócio-econômica, e entrássemos em um processo de desenvolvimento econômico, por intermédio de um processo consistente de substituição de importações. Além disto, durante o conflito, tivemos um grande número de brasileiros que pereceram, tanto em terras onde estavam se realizando os conflitos, como no mar.

### 1.1.1 O subdesenvolvimento

O que caracteriza todo país subdesenvolvido é a exigüidade de seu produto social *per capita*, o que leva à constatação de que em quase todas as regiões há estatísticas que revelam a existência de fome crônica, pobreza infinita e doenças endêmicas. A situação de alguns povos subdesenvolvidos quase não sofreu qualquer mudança nos últimos séculos, sendo que em alguns países as coisas pioraram consideravelmente, como é o caso da Índia.

(...) até o século XVIII a situação econômica da Índia era relativamente adiantada e os métodos indianos de produção e de organização industrial e comercial podiam comparar-se com os que eram adotados em qualquer outra parte do mundo. (...) O país que havia fabricado e exportado as mais finas musselinas e outros artigos de luxo, em um período em que os antepassados dos ingleses viviam em condições extremamente primitivas, deixou de tomar parte na revolução econômica iniciada pelos descendentes desses mesmos bárbaros. (Baran, 1984, p.139)

A Índia, na realidade, deixou de tomar parte na revolução econômica devido à exploração que sofreu pelo capital britânico desde o início do domínio inglês

É fato, infelizmente, que as fontes de riqueza nacional da Índia se empobreceram, de diversos modos, sob o domínio britânico. A Índia era, no século XVIII, um grande país tanto industrial como agrícola, e os produtos das terras indianas abasteciam os mercados da Ásia e da Europa. É verdade, infelizmente, que a Companhia das Índias Orientais e o Parlamento Britânico, fiéis à política egoísta de um século atrás, desencorajaram os fabricantes indianos nos primeiros anos do domínio britânico, a fim de incentivar a nascente indústria inglesa. A política adotada e seguida nas últimas décadas do século XVIII e nas primeiras do século XIX tinha por objetivo tornar a Índia dependente das indústrias britânicas e fazer o povo indiano dedicar-se exclusivamente à produção de matérias-primas, destinadas ao suprimento dos teares e das indústrias localizadas na Grã-Bretanha. Essa política foi seguida com resolução inquebrantável e obteve nefasto êxito. Baixaram-se ordens que compeliavam os artesãos a trabalharem nas fábricas da Companhia das Índias Orientais, (...) tarifas alfandegárias excessivamente elevadas passaram a excluir os tecidos indianos de

seda e algodão da Inglaterra; os produtos ingleses passaram a ter entrada na Índia livres de direitos alfandegários ou mediante o pagamento de tarifas apenas normal (Baran, 1984, pg 141).

Com tais procedimentos, a política econômica adotada pelos ingleses na Índia aniquilou quaisquer princípios que pudessem haver de desenvolvimento industrial nativo

É razoável afirmar-se que a pilhagem maciça de sua riqueza e de sua produção corrente levou à supressão desapiadada e à distorção de todo o seu próprio processo de crescimento, à corrupção sistemática de sua vida social, política e cultural. Estes foram processos que o capitalismo ocidental infligiu a todos os países que hoje se encontram na categoria de subdesenvolvidos.

A renda agrícola gerada por camponeses na maioria dos países subdesenvolvidos é pequena, e seus recursos humanos e materiais são bastante subutilizados. O regime capitalista, ao invés de constituir o elemento motor do crescimento econômico, do processo tecnológico e das transformações sociais, tem sido, nesses países, o responsável pela estagnação econômica, pela manutenção de uma tecnologia arcaica e pelo atraso social.

Existem diferenças de país para país, como é o caso do Brasil, que a partir da década de 50 enfrentou com denodo o processo de industrialização e este contribuiu para a modernização do setor agrícola. Apesar disto, é ainda enorme a proporção pessoas pobres e indigentes na população brasileira

No entanto, em quase todas as outras nações uma parcela considerável da produção agrícola é obtida pelos camponeses, que têm seu padrão de consumo mantido ao nível de subsistência. As propriedades por eles exploradas são, geralmente, pequenas e sua produtividade é extremamente baixa

Outro fato que pode ser constatado é que, em quase todos os países subdesenvolvidos, a maior parte das pequenas propriedades não pertence aos camponeses mas, ao contrário, é arrendada principalmente de latifundiários. Porém, as pequenas propriedades geralmente não são adequadas à utilização nem de tratores e nem de colheitadeiras mecânicas.

No entanto, se considerarmos a agricultura em seu conjunto, é provável que o excedente econômico gerado pelo setor agrícola das economias subdesenvolvidas represente pelo menos a metade e, em muitos países, mais da metade de sua

produção global, sendo, portanto, de fundamental importância para o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos

Como nos países subdesenvolvidos os recursos disponíveis dos proprietários de terras são geralmente escassos, e eles necessitam manter um padrão de vida compatível com a posição que ocupam na sociedade, muitas vezes eles são atraídos pelas altas taxas de juros. Em lugar de injetar seus recursos relativamente escassos em suas propriedades, aproveitam para efetuar operações financeiras ou adquirir terras adicionais que se encontram continuamente em oferta no mercado.

Caso eliminassem o consumo supérfluo e todas as formas de gastos improdutivos, o excedente econômico gerado na agricultura poderia ser utilizado em novos investimentos produtivos. Desse modo, estes recursos poderiam contribuir para a melhoria de suas propriedades, com o intuito de elevar a produtividade da economia.

Um dos elementos que determina o pouco investimento efetuado na agricultura dos países subdesenvolvidos é que o custo da maquinaria agrícola é muito elevado e desestimula as inversões. Além disso, os rendimentos do capital aplicado na agricultura tendem a materializar-se vagarosamente, e como ao mais pobres não podem oferecer garantia de empréstimos, tudo isto, desencoraja grandemente a imobilização de recursos para melhoria da agricultura

No entanto, seria falacioso acreditar que a eliminação do desperdício e da má utilização do excedente econômico representaria um elemento suficiente para uma contínua expansão dos investimentos e da produção na agricultura.

As atuais nações capitalistas desenvolvidas sanaram o problema por um processo de várias etapas. Numa primeira etapa, a agricultura foi elevada a um novo nível, com a concentração das propriedades nas mãos de agricultores capitalistas. Na segunda etapa, aos pequenos proprietários agrícolas foram apresentadas as vantagens oferecidas por empregos industriais, o que proporcionou a incorporação de grande número de camponeses à força de trabalho industrial. À medida em que se expandiu o setor industrial, num terceiro momento, a indústria pôde oferecer aos produtores rurais artigos manufaturados em troca de seus produtos, criando



condições indispensáveis para assegurar alimentos para uma população urbana crescente, bem como prover a agricultura de implementos, fertilizantes, etc.

### **1.1.2 O subdesenvolvimento na América Latina**

O processo de subdesenvolvimento que sofriam os diversos países da América Latina apresenta muitos traços comuns, ao lado de algumas diferenças estruturais. Para conseguir interpretar a realidade latino-americana seria preciso uma análise que identificasse os traços comuns e indicasse as particularidades estruturais que condicionam as evoluções diferenciadas.

Tentado a conseguir interpretar, com maior precisão possível, o processo em questão, Raul Prebisch, criador e dirigente por vários anos do Banco Central da Argentina, aceitou um convite para preparar como consultor, um estudo sobre a situação econômica da América Latina

O ponto de partida da análise de Prebisch foi a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo. Os países subdesenvolvidos (periferia) deveriam produzir alimentos e matérias-primas para exportação e importar produtos manufaturados. A idéia era a de que o fruto do progresso técnico dos países desenvolvidos (centro), incorporado nas manufaturas, difundir-se-ia na periferia através da redução de preços. Os preços dos bens primários exportados não caíam pela incorporação mais lenta de tecnologia. As relações de troca, preços agrícolas/preços industriais ( $P_2/P_1$ ), subiam em benefício da periferia. Desse modo, ela não precisaria industrializar-se para se desenvolver.

Prebisch percebeu que estava ocorrendo exatamente o contrário, estudando a evolução dos preços internacionais dos produtos agrícolas e industriais, num período de 65 anos (1880-1945). Os preços da periferia continuavam a crescer menos do que os preços do centro. Esta percepção permitiu a Prebisch propor a industrialização como a única forma de fazer com que os países da região pudessem alcançar o desenvolvimento. A industrialização deveria ser efetuada mediante a substituição de importações (Souza, 1997, p. 347)

A deterioração dos termos de troca pode ser explicada, pela teoria do ciclo. Na fase ascendente, os preços e a renda sobem nos países desenvolvidos, o que eleva a demanda

internacional de alimentos e matérias-primas. Consequentemente, com preços favoráveis, os países periféricos aumentam sua oferta. Ocorre que, no caso de culturas permanentes, existe uma defasagem de resposta de alguns anos e não é possível obter, de imediato, todos os ganhos possíveis. Além disso, quando começam a cair no fim da fase ascendente do ciclo, os países subdesenvolvidos não conseguem reduzir de imediato sua oferta, o que deprime ainda mais os preços agrícolas na fase descendente. Nessa fase, embora a demanda externa se retraia e os preços diminuam, a oferta agrícola tende a ter uma queda menos que proporcional, por sua rigidez. De outra parte, a oferta de produtos industriais se ajusta de imediato à demanda e aos preços. Isso provoca uma queda ainda maior dos preços agrícolas, pela redução da demanda, devido à recessão. Ademais, nos países desenvolvidos, a rigidez dos salários para baixo, pela ação dos sindicatos, evita maiores reduções da demanda de produtos industriais. Pela troca desigual, essa pressão de custos é repassada à periferia. (Prebisch, 1949, p. 59)

A adoção do processo de substituição de importações pelo Brasil ficou mais evidenciada no governo Vargas. Neste período, as atenções do governo se voltaram para o setor de siderúrgico, dando início ao investimento pioneiro em Volta Redonda, na Companhia Siderúrgica Nacional. A entrada em funcionamento desta empresa em 1946 constitui a primeira operação em grande escala na indústria pesada da América Latina.

Vargas, no entanto, não teve um apoio generalizado para realizar o processo de substituição de importações. Isto porque havia fortes correntes que mantinham o subdesenvolvimento brasileiro: numa aliança natural de investidores particulares e governos capitalistas, dentro do mundo industrializado. O atraso econômico do Brasil seria, portanto, promovido por setores internos que estavam ligados ao comércio de importação e exportação.

O contato com o capitalismo industrial proporcionou uma maior tendência à urbanização e à criação de uma infra-estrutura de serviços básicos de mais alto padrão.

Como sabemos, o período anterior ao processo de substituição de importações estava basicamente ancorado na cafeicultura, e o elemento dinamizador deste tipo de economia era a procura externa, e não o volume de inversões nela realizadas. Ao exaurirem-se as possibilidades de expansão do setor, os novos capitais nele formados tendiam muito mais a serem aplicados no exterior do que buscar novos campos para a aplicação dentro do mercado interno.

Apesar da tendência em aplicar seus capitais no exterior ser muito forte, o setor industrial teve um bom impulso a partir da crise de 1929, e inicia-se com base em indústrias produtoras de artigos de consumo geral como tecidos e alimentos.

Assim, acaba-se criando aqui um tipo de estrutura subdesenvolvida mais avançada, pois houve expansão nas atividades produtivas sem modificações significativas nas formas de produção.

Com a evolução do setor exportador, ocorreu uma expansão da renda monetária, o que concorreu para uma modificação radical no perfil da procura, proporcionando também um incremento na capacidade de importar, o que acarretou uma redução de emprego no setor industrial.

Ao crescer a renda monetária, crescem também os lucros do núcleo industrial ligado ao mercado interno. Isto gera novas inversões nesse núcleo, o que proporciona também uma nova elevação na renda monetária.

Como a renda monetária permaneceu em um nível relativamente alto, manteve-se alto o nível de atividade econômica interna, pressionando o Balanço de Pagamentos, provocando uma redução na capacidade de importação o que levou a uma desvalorização cambial.

Entretanto, a alta rentabilidade do setor industrial ligado ao mercado interno era apenas aparente, pois havia a necessidade de reposição de peças e de equipamentos importados, cujos preços cresciam à medida em que havia desvalorização cambial

Em uma estrutura subdesenvolvida, a quase-renda do produtor exportador pode permanecer indefinidamente. A transferência de mão-de-obra do setor de subsistência para o exportador depende da procura externa e não da diferença de rentabilidade entre os dois setores. Por outro lado, a distribuição de renda é função das condições de vida da população que permanece no setor de subsistência, e não da produtividade marginal do trabalho no setor capitalista. Esse quadro estrutural tem como traço básico à existência de um *excedente* de mão-de-obra, ou seja, de uma massa de população que permanece disponível para o emprego no setor capitalista (Furtado, 1979, p 198 )

A estrutura dos países subdesenvolvidos é composta normalmente pela falta de fábricas e máquinas modernas, e pela debilidade de seus equipamentos e infraestrutura de todo o tipo. Estas carências dificilmente permitem que estes tenham a capacidade de se autodesenvolverem. O que ocorre é que elas são substituídas por outras estruturas com tendências a se desenvolverem, passando, assim, a conviver em um mesmo país, estruturas arcaicas com outras aptas para absorver tecnologia mais moderna e conseqüentemente elevar a produtividade do trabalho.



Nos países subdesenvolvidos observamos que os produtos agrícolas são utilizados pela sociedade apenas para atender o necessário para a subsistência. O excedente agrícola é repartido entre a classe proprietária rural, os intermediários financeiros e comerciais, e o Estado.

Podemos observar também que o nível relativamente baixo do produto agrícola por trabalhador, nos países subdesenvolvidos, deve-se ao fato de que grande parte destes trabalhadores está ligada a um setor de baixa produtividade e trabalhando com métodos econômicos há muito ultrapassados.

Os países subdesenvolvidos percebem, também, que a industrialização não é simples resposta a uma diversificação da procura. Ela exige um incremento na capacidade de poupança e de acumulação da quantidade de capital e acarreta uma intensa assimilação do progresso técnico, bem como uma grande melhora da qualidade do capital humano.<sup>1</sup>

Os países subdesenvolvidos, em que a industrialização está apoiada na exportação de produtos primários, estão sujeitos a quedas cíclicas do nível de renda gerado pelas exportações. Isto acarreta reduções transitórias da procura global e conseqüente queda nos investimentos industriais. Há, por conseguinte, uma contração nas receitas governamentais, pois nesses países o comércio exterior constitui, freqüentemente, a base da arrecadação de impostos. Basta vermos o que ocorria com o nosso país com respeito principalmente ao café.

A consequência direta desta contração no setor exportador era a insuficiência da capacidade de importar: desvalorização cambial com o aumento relativo dos bens importados. O governo, por sua vez, procurava financiar os seus gastos com a expansão monetária, o que conseqüentemente, provocava forte pressão dentro da economia. Como a maioria dos produtos agrícolas não possui grande elasticidade de oferta para exportação, surgia a necessidade de acumular estoques, com financiamentos internos, como o que ocorria com o café.

A adoção do modelo de substituição de importações durou cerca de 50 anos no Brasil. A política industrial que o sustentou ajudou a construir uma economia fechada e autarquizada, pois visava a proteger a indústria nacional.

---

<sup>1</sup> Capital humano. Recursos humanos, compreendendo os gastos com educação e treinamento das pessoas, que aumentam sua produtividade e o domínio potencial de novas tecnologias.

No entanto, para que a política industrial tenha êxito há a necessidade de um engajamento da sociedade, dando-lhe a devida credibilidade. Há de se acentuar que os países que foram mais bem sucedidos na adoção deste modelo dispuseram de uma grande força mobilizadora por parte da sociedade, que lhes permitiu crescer economicamente e com justiça social.

Para compreendermos melhor o porquê da adoção da política de substituição de importações pelo Brasil, temos que relembrar o esquema político que vigorou no país, após os anos 30. Este foi montado para dirigir o processo de industrialização, logo após a grande depressão de 1929, com o objetivo de gerar compulsoriamente uma poupança interna, a fim de investi-la na montagem do parque industrial. Isto porque os efeitos da grande depressão se prolongaram até as vésperas da Segunda Grande Guerra, e com a crise de 30, a eclosão desta o País ficou sem possibilidade de contar com a poupança externa.

A adoção desta política beneficiou o empresariado nacional: gerou uma reserva de mercado no setor industrial, através das barreiras criadas pelo Banco do Brasil, por intermédio da Carteira de Exportação e Importação – CEXIM, que recusava licença de importação, tanto de produtos similares quanto daqueles que o órgão julgasse que poderiam aqui ser produzidos. Paralelamente, estimulavam a indústria nacional concedendo licenças de importação para a montagem de fábricas.

## **1.2 Crescimento**

A idéia de crescimento econômico é relativamente recente. Antes do surgimento do capitalismo as sociedades encontravam-se em estágios comparativamente estagnados. Elas eram basicamente agrícolas e variavam pouco ao longo dos anos, com exceção da ocorrência de boas ou más colheitas, de eventuais guerras ou epidemias.

O capitalismo, trazendo contínuas mudanças tecnológicas e acumulação de capital, alterou de forma radical as estruturas dessas sociedades.

O século XX foi uma era de crescimento e desenvolvimento, embora na primeira metade do século a preocupação com o emprego e com a estabilidade monopolizasse significativamente a atenção dos economistas e do público em geral



Na segunda metade daquele século a ênfase mudou, e o problema do crescimento econômico tornou-se o principal objetivo da política econômica dos países industrializados, ou seja, dos países desenvolvidos

O crescimento econômico é definido segundo Souza (1997, p 273), como “(...) a expansão do produto real de uma economia durante um determinado período de tempo. Ele é medido em relação à taxa de crescimento da população: se a taxa de expansão do produto real excede a taxa de crescimento da população, temos a expansão do produto *per capita* e o crescimento, que são alguns dos elementos que servem para determinar o desenvolvimento econômico de um país.”

Para melhorar o bem-estar da população, o crescimento econômico necessita superar o crescimento demográfico. Isso se traduz em uma melhor oferta de alimentos, medicamentos, produtos de vestuário, medicamentos, transporte, serviços de saúde e lazer, entre outros

Apesar das causas do crescimento econômico e suas características assumirem peculiaridades diferentes em cada país e momento histórico determinado, geralmente pode-se considerar os seguintes fatores como determinantes básicos do crescimento: a disponibilidade de recursos produtivos, a produtividade e a atitude da sociedade em relação à poupança.

No tocante à disponibilidade de recursos produtivos, tradicionalmente supunha-se que os fatores básicos da produção eram o trabalho e o capital. Também se supunha que o trabalho crescia a uma taxa mais ou menos constante e o capital podia ser aumentado livremente.

Essas hipóteses representam uma simplificação muito grande, e deve-se lembrar que existem muitos outros fatores necessários ao crescimento econômico, e que alguns deles não são factíveis de serem produzidos.

Quando o trabalhador médio produz mais por hora trabalhada, ou quando aumenta a produtividade média do trabalho, cresce a produção total da economia

A chave do crescimento de uma economia encontra-se em sua capacidade de poupar mais, isto é, de prescindir de uma maior parte do consumo presente.

Não podemos deixar de constatar que a população mundial vem crescendo, apesar da conscientização de grande parte dela, e da necessidade de redução das taxas de natalidade, para poder com maior facilidade melhorar a sua renda *per*

*capita*, que é um dos indicadores de crescimento. No entanto, como relata Kuznets (1983, p.27), “...é o povo que gera o crescimento econômico e consome os seus frutos; e o aumento de população é uma característica e uma condição peculiar ao crescimento econômico moderno”

Também não podemos deixar de observar que o crescimento econômico provocou também uma urbanização intensa, na maioria das vezes sem que houvesse qualquer tipo de planejamento.

O crescimento econômico, sem dúvida, provoca uma grande melhoria no bem-estar de grande parte da população. No entanto, também é gerador de elevados custos. Um deles é o fato de que ele exige que os indivíduos estejam dispostos a sacrificar-se em termos de vida presente. Caso todos os recursos de determinada economia estejam empregados, a produção de bens de capital só poderá aumentar se se deslocarem os recursos da produção de bens de consumo para a produção de bens de capital, o que significa, em outras palavras, que o investimento implica em uma redução no consumo.

Outro fator extremamente sensível ao crescimento econômico é, sem dúvida, o meio ambiente. A contaminação, infelizmente, passou a fazer parte do cotidiano, bastando para isso repararmos no ar que se respira na maioria das grandes cidades. Isto para não falarmos sobre os diversos desastres ecológicos que têm ocorrido no mundo todo.

Em qualquer época, quando nos referimos à taxa de crescimento, entendemos, sem a necessidade de qualquer qualificação, que estamos nos referindo à taxa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) real. Altas taxas de crescimento causam quedas na taxa de desemprego, e taxas baixas ou negativas de crescimento são acompanhadas de aumento na taxa de desemprego (Dornbusch et ali., 1992, pág.12).

Pode-se argumentar que um aumento no volume de recursos é uma condição *necessária* para o crescimento real contínuo, e que para frear tal crescimento pode-se utilizar a deflação. Porém, como o aumento na quantidade de recursos é um fenômeno essencialmente monetário, ele não é *suficiente* para garantir um crescimento rápido.

No entanto, existem alguns fatores “reais” que exercem fortes influências sobre a taxa de crescimento. Não há nenhuma discordância quanto à poupança e o investimento serem alguns destes fatores. Neste sentido quanto mais consumo corrente as pessoas estiverem dispostas e aptas a sacrificar (poupar) e colocar em uso produtivo (investir), maior será o fluxo futuro de produto disponível para consumo ou para novos investimentos. Existe uma linha muito tênue entre o consumo e o investimento. Mas onde quer que se trace tal linha, estes dois fatores são claramente complementares, afinal existem oportunidades praticamente ilimitadas de investimento, visando aumentar a produção futura.

Segundo Haberler (1976), existe, naturalmente, concordância ainda maior em que as invenções, inovações e os incrementos em *know-how* tecnológico têm a mesma importância ou sejam mais importantes para o crescimento econômico do que a mera acumulação de capital.

“Existe, no entanto, uma distinção entre invenções e inovações. A invenção é a descoberta de novos produtos ou métodos no estudo do cientista e no laboratório. Inovação é a introdução propriamente dita de novos métodos de produzir tipos de produtos existentes, ou de produzir ou comercializar produtos inteiramente novos ou aperfeiçoados ” (Haberler, 1976, p.47)

“ A economia está mais preocupada com o inovador do que com o inventor. O produtor dinâmico que introduz novos métodos ou produtos, o inovador, é chamado de empresário ” (Schumpeter, 1982, p.62) É o empresário a força propulsora da economia, pois a atividade empresarial está intimamente ligada ao progresso tecnológico e conseqüentemente ao crescimento.

Apesar da existência de empresários capacitados em todos os países, apenas alguns países geraram maior atividade empresarial e crescimento. O que se tem observado é que as diferenças institucionais, as políticas governamentais, as estruturas sociais, as tradições e a organização monetária são os principais responsáveis pelo estímulo ou retardamento do fluxo de inovações, e assim da rapidez do progresso tecnológico e do crescimento.

Na verdade, algumas condições favorecem o sucesso dos empresários: a ausência de tabus sociais rígidos e de restrições à instalação ou expansão de negócios, baseados em razões sociais ou religiosas; políticas liberais com relação à



instalação de empresas estrangeiras, e à livre importação de capitais, investimentos diretos que tragam consigo o *know-how tecnológico* e o espírito empresarial; além da estabilidade monetária, que favorece sobremaneira a atividade empresarial

Nos países em desenvolvimento, normalmente, a intervenção governamental no processo econômico, através de instrumentos tais como. nacionalização de indústrias inteiras; excesso de burocracia; excessiva proteção das indústrias nacionais contra a concorrência estrangeira, restrições tarifárias e a inflação tendem a tornar mais lento o crescimento econômico. No entanto, as políticas governamentais também podem e devem promover o crescimento econômico. Uma medida que poderia ser tomada seria alterar radicalmente as medidas elencadas acima e estimular o “capital humano”

“Mesmo que o impulso para o crescimento seja proporcionado por uma inovação tecnológica importante, as sociedades que a adotam têm que modificar sua estrutura institucional preexistente. Este fato provocará uma mudança substancial na organização social, com alterações muitas vezes significativas nos grupos econômicos e sociais.” (Kuznets, 1983, p.10)

Os teóricos modernos estão preocupados com o capital humano, com as despesas com a educação e o auto-aperfeiçoamento. Para o capital é importante que o trabalhador ofereça sua força trabalho com músculos e nervos capazes e aptos para o trabalho, que acompanhe as inovações do processo produtivo, e que produza familiar e socialmente, a força de trabalho para as novidades do mundo do trabalho, principalmente após o advento da revolução tecnológica.

O esforço do trabalhador pela sua especialização e qualificação poderá significar, em nível individual, mobilidade social e ganho salarial, gerando também um aumento na sua produtividade. Em outras palavras, a produção total do país tenderia a crescer de acordo com maiores investimentos em educação. A educação deve ser tratada, assim, como um investimento em capital humano. Isto porque o conhecimento assimilado e agregado ao ser humano é um fator que, relacionado ao mundo produtivo, possui as particularidades de aumentar a produtividade econômica e consequentemente proporcionar rendimentos aos seus proprietários.

Segundo SCHULTZ, “a característica distintiva do capital humano é a de que é ele parte do homem. É o homem porquanto se acha configurado no homem e é

capital porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas" (Schultz, 1973, p 53).

Podemos, notar, também, que o alto nível de desemprego estrutural e os requisitos constantes de novas habilitações para o trabalho são o cenário apropriado para reafirmar a necessidade de o trabalhador investir-se de novos conhecimentos e de procurar novas qualificações

No entanto, o principal objetivo de política econômica da maioria dos países tem sido aumentar suas taxas de crescimento econômico, como solução para uma variedade de problemas, como redução da pobreza e aumento dos níveis de renda do conjunto da população. Tentando solucionar esta gama de problemas, economistas têm formulado diversas teorias e modelos de crescimento desde os modelos de Domar e Harrod, até os modernos modelos de crescimento endógeno.

De acordo com Alencar, temos constatado que existem países modernos, que progridem rapidamente - países estes que estão caminhando com grande velocidade para o desenvolvimento - e países atrasados. A lacuna existente entre os países desenvolvidos e os menos desenvolvidos tende a aumentar cada vez mais, provocada mais pela falta de visão e pela incompetência das lideranças do que por ausência de recursos. Esta lacuna os levará a uma situação de eterna submissão aos mais desenvolvidos.

O domínio de uma nação sobre a outra será por intermédio do conhecimento e da tecnologia, surgindo novamente o colonialismo, só que agora será um colonialismo tecnológico. O controle econômico é a principal característica dessa forma de colonialismo, e vem acompanhado de forte submissão cultural, o que gera também a dependência política (Alencar, 1996, p 3 a 6)

Em uma economia dinâmica e em crescimento, onde novos métodos de produção são introduzidos continuamente por empresários inovadores, os tipos "friccionais" e "estruturais" de instabilidade de emprego não podem ser eliminados pelas políticas monetária e fiscal. Os desempregos "friccionais" são decorrentes da saída de seus empregos de alguns trabalhadores que procuram outros melhores, já os desempregos "estruturais" devem-se a desajustes entre a qualificação ou localização da força de trabalho e à qualificação ou localização requerida pelo empregador. Ambos os tipos compõem o chamado desemprego involuntário. Elas

podem simplesmente aliviar, ou possivelmente eliminar o que chamamos de ciclo econômico no sentido amplo especialmente a fase descendente ou de contração do ciclo, depressões, recessões cíclicas e o desemprego geral correspondente (Haberler, 1976, p 65-67)

O ciclo econômico é um fenômeno complexo, pois tem um lado real e um lado monetário ou de preço. Conceitualmente, devemos distinguir entre estabilidade e instabilidade real, de um lado, e a estabilidade e instabilidade monetária do outro. Com respeito à instabilidade real entendemos como sendo flutuações no produto e no emprego; já a instabilidade monetária é provocada por flutuações no valor e no estoque de moeda. (Haberler, 1976, p.68)

Há um consenso geral de que o ciclo econômico é o resultado de um processo endógeno. Poucos, entretanto, negariam que o movimento efetivo da economia é profundamente influenciado por perturbações de origem exógena. Sendo assim, o ciclo econômico deve ser considerado um amálgama de forças endógenas e exógenas.<sup>2</sup>

Quando o ciclo econômico está em sua fase descendente, há a necessidade de adoção de política antidepressão, a qual é muito facilitada pela existência de "estabilizadores automáticos".<sup>3</sup> Mesmo que nenhum esforço consciente fosse feito para manipular as despesas e receitas governamentais de forma anticíclica, quando diminuísse a atividade econômica, o orçamento governamental seria automaticamente impelido em direção a um déficit maior (ou superávit menor). Porquanto as receitas tributárias diminuiriam e certas despesas governamentais, como o auxílio-desemprego e os pagamentos de assistência social, aumentariam automaticamente.

Os economistas liberais, no entanto, desejam confiar, tanto quanto possível, nos estabilizadores automáticos e empregar, com a maior parcimônia possível, as políticas discricionárias de natureza fiscal ou monetária. Caso seja preciso usar

---

<sup>2</sup> Uma força endógena é o resultado de um mecanismo interno que produz flutuações cíclicas, já uma força exógena é o resultado de mecanismos externos que produzem as flutuações

<sup>3</sup> Estabilizador automático: Fenômeno gerado na economia que tende a reduzir a amplitude das flutuações



políticas discricionárias, é preferível utilizar medidas globais, em relação a medidas seletivas.<sup>4</sup>

Uma das medidas adotada pelos países em vias de desenvolvimento, para conseguir reverter a fase descendente do ciclo econômico, tem sido a adoção de medidas protecionistas às indústrias nascentes, com vistas ao crescimento econômico.

Há indústrias, em muitos países, que desfrutariam de proteção contra as importações durante seus anos de formação, e que vieram a se tornar viáveis e competitivas, algumas mesmo a ponto de se tornarem exportadoras. Mas há sempre a questão de saber se elas teriam crescido, talvez mais lentamente, se a proteção tivesse sido negada. (Haberler, 1976, p.50)

É verdade que muitas indústrias novas foram criadas em vários países, mas os frutos da industrialização a uma velocidade vertiginosa adquiriram rapidamente um gosto amargo. Alguns dos subprodutos foram o crescimento rápido de cidades gigantescas, acarretando a disseminação de favelas e guetos urbanos, uma poluição monumental em muitos lugares, sem mencionar a corrupção e a inflação

De fato, estes exemplos de rápido crescimento e desenvolvimento podem ser confirmados com os “NICs” (Novos Países Industrializados - “Tigres Asiáticos”). Em poucos anos estes países, através de um Estado forte (autoritário), uma política industrial dirigida aos interesses do país, estimulando fortemente P&D, e a educação, além de investimentos maciços, conseguiram suplantar a maioria dos países no tocante ao crescimento econômico

A economia brasileira iniciou a década de 90 com uma queda na atividade econômica. O Produto Interno Bruto (PIB), caiu cerca de 4,4%, no período de 1989 a 1990, conforme o relatório anual do BACEN de 1992.

A longa crise pela qual tem passado a economia brasileira trouxe novamente à baila a questão da eficiência da indústria brasileira. Este fato gerou uma série de medidas, entre as quais se destacam a liberalização gradual do comércio exterior, o

---

<sup>4</sup> As políticas fiscais discricionárias são as que exigem medidas explícitas. As mais significativas são 1) os programas de obras públicas e outros gastos. 2) os projetos públicos de emprego. 3) os programas de transferências; e 4) a alteração dos tipos de impostos.

programa de qualidade e competitividade, a privatização do setor produtivo estatal, a desregulamentação da economia e a aprovação do código de defesa do consumidor.

Estas medidas fizeram com que as empresas se obrigassem a uma reestruturação, principalmente aquelas em cujos mercados a competição é mais acirrada. Outro fator que também contribuiu para o ganho de produtividade foi a disseminação da informática nos processos administrativos e de produção. No entanto, tais transformações concorreram também para o surgimento de falências de pequenas e médias empresas, e para o fechamento de estabelecimentos com menor produtividade por parte das grandes empresas. (Silva, 1994. p.147)

Um dos problemas que estavam travando o crescimento brasileiro era a alta inflação, que já estava ultrapassando um decênio e que já estava sendo aceita como uma pseudonormalidade. Os indivíduos, as empresas e o governo já haviam descoberto maneiras de conviver com as constantes elevações de preços. Já existia, devido ao prolongado período de convivência com a inflação, um arraigado ceticismo quanto à possibilidade de erradicação do processo inflacionário, e uma desconfiança quanto à capacidade dos órgãos governamentais de implantar medidas eficazes para sanear o problema. Isto tornava particularmente difícil convencer os agentes econômicos da necessidade de alterar a sua visão da economia, em sintonia com o lançamento de um novo programa de estabilização.

Durante grande parte do período inflacionário, as empresas não fizeram investimentos. Estes teriam sido feitos, se os empresários não se mantivessem permanentemente na defensiva, com isso perdendo grandes oportunidades de negócios, além da existência de uma grande massa de recursos expatriados.

Estes fatos tornaram cada vez mais evidente que não era, e ainda não é, possível administrar esta infundável crise, mediante um jogo de apertos e acomodações de natureza fiscal e monetária. (Castro, 1994, p 247/8 )

### **1.3 Desenvolvimento**

Não existe uma definição universalmente aceita para desenvolvimento econômico. Contudo, a que vem tendo uma grande aceitação é a que conceitua



desenvolvimento como a expansão contínua da renda *per capita* de uma economia, com melhorias sistemáticas do bem-estar da população. (Souza, 1997, p.333)

Sendo assim, a condição precípua de desenvolvimento é que a taxa de crescimento do produto seja sistematicamente superior à taxa de crescimento demográfico. Logo em seguida vem o fato de que esteja havendo uma melhoria na distribuição de renda para as classes menos favorecidas, e também que estejam ocorrendo mudanças e aperfeiçoamento das estruturas institucionais

Para que se possa verificar se um país está no caminho do desenvolvimento existem alguns indicadores, dos quais podemos destacar os seguintes:

- Renda per capita
- Índices de analfabetismo.
- Estrutura sanitária.
- Taxa de desemprego.
- Elevada taxa de crescimento da população.
- Elevado peso relativo da agricultura Etc.

Especificando mais detalhadamente cada um destes indicadores, temos:

### **1.3.1. A renda per capita**

A renda *per capita* é conceituada como a renda total de um país, dividida pelo total de habitantes. Normalmente o indicador da renda é o Produto Interno Bruto – PIB.

No ano de 1989, a renda per capita no Brasil era de US\$2.540. A tabela elaborada pelo Banco Mundial, (World Development Report 1991), classifica os países como de baixa renda no intervalo de 120 a 500 dólares *per capita*; renda média inferior de 620 a 2 160 dólares *per capita*; renda média superior de 2.450 a 5 350 dólares *per capita*, na qual o Brasil está inserido, na frente apenas da Venezuela; renda alta de 6 020 a 29.880 dólares *per capita*. Na tabela 1, em anexo, nós constatamos que apesar de estarmos classificados como renda média superior, a renda *per capita* brasileira girava em torno de 15% da renda per capita da Suíça, que era US\$29 880, conforme podemos constatar na tabela 1.

TABELA 1 - NÍVEIS DE PNB PER CAPITA E TAXAS DE CRESCIMENTO DE VÁRIAS NAÇÕES

	Renda <i>per capita</i> 1989 - (US\$)	Crecimento anual medio 1965-1989
Baixa renda		
Etiópia	120	-0,1
Tanzânia	130	-0,1
Bangladesh	180	0,4
Nigéria	250	0,2
Índia	340	1,8
China	350	5,7
Paquistão	370	2,5
Indonésia	500	4,4
Renda média inferior		
Bolívia	620	-0,8
Egito	640	4,2
Filipinas	710	1,6
Peru	1010	-0,2
Equador	1020	3,0
El Salvador	1070	-0,4
Colômbia	1200	2,3
Tailândia	1220	4,2
Jamaica	1260	-1,3
Turquia	1370	2,6
Chile	1770	0,3
Polónia	1790	-
México	2010	3,0
Malásia	2160	4,0
Argentina	2160	-0,1
Renda média superior		
Venezuela	2450	-0,1
Brasil	2540	3,5
Hungria	2590	-
Iugoslávia	2920	3,2
Coreia	4400	7,0
Grécia	5350	2,9
Renda alta		
Arábia Saudita	6020	2,6
Espanha	9330	2,4
Israel	9790	2,7
Cingapura	10450	7,0
Austrália	14360	1,7
Reino Unido	14610	2,0
Itália	15120	3,0
Holanda	15920	1,8
Bélgica	16220	-
Austria	17300	2,9
França	17820	2,3
Canadá	19030	4,0
Alemanha Ocidental	20440	2,4
Estados Unidos	20910	1,6
Suecia	21570	1,8
Noruega	22290	3,4
Japão	23810	4,3
Suíça	29880	4,6

Fonte: Banco Mundial, World Development Report 1991, Oxford University, 1991

Apud: Sachs, J. D. et Larrain, F. B. "MACROECONOMIA" Makron Books, 2000

### 1.3.2. O índice de analfabetismo

No Brasil, como na maioria dos países subdesenvolvidos, o índice de analfabetismo é bastante elevado.

A educação infantil não é obrigatória e corresponde à primeira etapa da educação básica. Destina-se a crianças com menos de 7 anos de idade. Por estes motivos, apenas 41,6% das crianças de 4 a 6 anos frequentam esse nível de ensino, apesar dele proporcionar um maior rendimento e desenvolvimento nos primeiros anos de estudo, conforme estimativa do IBGE para 1998.

O Brasil, no ano de 1991, possuía nas escolas públicos e privadas de ensino fundamental 53,6 milhões de estudantes matriculados, conforme o Censo Escolar de 1998

São considerados analfabetos os maiores de 15 anos que não sabem ler nem escrever. Conforme o PNAD 1996, estavam nessa situação 15,5 milhões de brasileiros, o que correspondia a 14,7% da população. O analfabetismo tem maior incidência sobre a população mais velha, e que habita as regiões rurais mais pobres do país. As mulheres com 50 anos ou mais são as mais atingidas pelo analfabetismo. A região Nordeste concentra a maior população analfabeta do país, com 28,7%.

Existem também aqueles que foram alfabetizados porém não são capazes de utilizar a leitura e a escrita em atividades cotidianas. São os que possuem o chamado “analfabetismo funcional”. No Brasil, mais de um terço da população adulta (34,1%) está incluída nesse conceito. aqueles que têm mais de 20 anos e apenas quatro anos de estudo formal. A taxa mais elevada de “analfabetismo funcional” encontrava-se no Estado do Maranhão, com 56,7%

A baixa escolaridade da população brasileira e, especialmente, de sua força de trabalho assalariada, repercute diretamente na questão da sustentabilidade das atuais políticas macroeconômicas, as quais se baseiam na modernização da economia pela absorção elevada de capitais estrangeiros. Ela dificulta a incorporação de novas tecnologias de automação e novos métodos de organização do trabalho

No entanto, também temos que mencionar que tem havido um aproveitamento deficiente das verbas públicas destinadas à educação, pois os baixos salários ofertados aos docentes não são condizentes com a prioridade que se deveria ter dado às verbas governamentais destinadas à educação. No Brasil, a ênfase dada à educação foi muito diferente daquelas que observamos nos países asiáticos que estavam em desenvolvimento.

O baixo grau da educação do povo brasileiro é o principal problema de longo prazo de nossa economia. Para conseguirmos um sensível aumento de produtividade é necessário, fundamentalmente, uma força de trabalho bem educada.

### **1.3.3 A estrutura sanitária brasileira.**

Como na quase totalidade dos países em desenvolvimento, a estrutura sanitária brasileira é deficiente, pois a grande massa populacional fica sem este atendimento.

Segundo a consultora jurídica da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – ASSE, Tânia Nahum Martins,

O mapa do atendimento sanitário no Brasil indica que a falta desse serviço é aguda nas regiões mais empobrecidas e menos populosas, assim como nas periferias e na zona rural. A oferta do serviço é proporcional à renda: 37% da população que ganha de zero a dois salários mínimos mensais e não conta com abastecimento de água. No caso de esgoto, 56% da população com renda de zero a 2 salários mínimos mensais não é atendida. (In <http://www.cives.com.br/acoes.html>)

A Constituição de 1988, em seu artigo 30, determina que os municípios brasileiros são os titulares para a gestão do saneamento, detêm o poder concedente sobre os serviços e são, portanto, responsáveis pela regulamentação de sua prestação, quando os serviços forem concedidos. A gestão municipal do saneamento assegura a integração e o planejamento das várias políticas públicas, como saúde, desenvolvimento urbano e meio ambiente.

O IBGE realizou uma pesquisa entre 1989 e 1990 em 4 425 cidades e lançou a seguinte mensagem de alerta: o precário saneamento básico é responsável por 80% das doenças que afetam a população e por 65% das internações hospitalares de crianças. Apenas 1,15% dos Municípios tratavam o esgoto em 1990.



sendo que 92% do esgoto produzido no país são lançados nos rios e no mar sem qualquer tratamento

A evolução da infra-estrutura das cidades brasileiras está produzindo uma situação crítica significativa nos recursos hídricos e no meio ambiente urbano, além de inviabilizar um desejado desenvolvimento sustentável. Os mananciais estão sendo afetados pela contaminação dos esgotos domésticos e industriais, o que está inviabilizando a disponibilidade de água de boa qualidade para o abastecimento.

De um modo geral, foi somente a partir da segunda metade da década de 1980, e mais notadamente a partir da década de 1990, que a preocupação com os investimentos em programas de recuperação ambiental começaram a ser mais intensificados. O maior investidor em meio ambiente ainda é o setor público, que vem implementando grandes projetos e programas de combate à poluição ambiental, tais como:

- implantação de sistemas de tratamento e distribuição de água;
- implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto doméstico;
- construção de aterros sanitários e incineradores de lixo doméstico.
- programas de redução da poluição industrial e da provocada por veículos automotores.

#### **1.3.4 A taxa de desemprego**

O indicador geral do nível de emprego, calculado pelo Ministério do Trabalho, registrou no ano de 1990 um decréscimo de 4,00%. O ano de 1991, por sua vez, teve uma queda com relação a 1990 de 2,5%, e o ano de 1992 teve uma retração no nível de emprego de 2,8%. Em outras palavras a taxa de desemprego, nos três primeiros anos da década de 90 teve um crescimento contínuo (Relatórios do BACEN – 1990/92)

#### **1.3.5 Elevada taxa de crescimento da população.**

De acordo com o censo demográfico elaborado pelo IBGE no ano de 2000, o crescimento da população brasileira no período compreendido entre 1980 e 1991

apresentou taxa média geométrica de incremento de 1,93%, pois em 1980 a população residente era de 119 002.706 e em 1991 éramos 146 825 475 habitantes, conforme a tabela 2, elaborada pelo IBGE, a seguir

TABELA 2 - POPULAÇÃO RESIDENTE EM 1980, POPULAÇÃO RESIDENTE EM 1991, POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2000, TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE INCREMENTO ANUAL 1980/1991 E 1991/2000, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População Residente em 01/09/80	População Residente em 01/09/91	População residente em 1-08-2000 (1)	Taxa média Geométrica de Incremento anual 1980/1991	Taxa média Geométrica de Incremento anual 1991/2000
BRASIL	119 002 706	146 825 475	169 544 443	1,93	1,63
NORTE	6 619 152	10 030 556	12 919 949	3,85	2,88
Rondônia	491 069	1 132 692	1 377 792	7,89	2,22
Acre	301 303	417 718	557 337	3,01	3,29
Amazonas	1 430 089	2 103 243	2 840 889	3,57	3,43
Roraima	79 159	217 583	324 152	9,63	4,57
Para	3 403 391	4 950 080	6 188 685	4,67	2,54
Amapá	175 257	289 397	475 843	4,67	5,74
Tocantins	738 884	919 863	1 155 251	2,01	2,59
NORDESTE	34 812 356	42 497 540	47 679 381	1,83	1,3
Maranhão	3 996 404	4 930 253	5 638 381	1,93	1,52
Piauí	2 139 021	2 582 137	2 840 969	1,73	1,08
Ceará	5 288 253	6 366 647	7 417 402	1,7	1,73
Rio Grande do Norte	1 898 172	2 415 567	2 770 730	2,22	1,55
Paraíba	2 770 176	3 201 114	3 436 718	1,32	0,8
Pernambuco	6 143 272	7 127 855	7 910 992	1,36	1,18
Alagoas	1 982 591	2 514 100	2 817 903	2,18	1,29
Sergipe	1 140 121	1 491 876	1 779 522	2,47	2
Bahia	9 454 346	11 867 991	13 068 784	2,09	1,09
SUDESTE	51 734 125	62 740 401	72 262 411	1,77	1,6
Minas Gerais	13 378 553	15 743 152	17 835 488	1,49	1,41
Espírito Santo	2 023 340	2 600 618	3 093 171	2,31	1,96
Rio de Janeiro	11 291 520	12 807 706	14 367 225	1,15	1,3
São Paulo	25 040 712	31 588 935	36 966 527	2,13	1,78
SUL	19 031 162	22 129 377	25 071 211	1,38	1,41
Paraná	7 629 392	8 448 713	9 558 126	0,93	1,39
Santa Catarina	3 627 933	4 541 994	5 333 284	2,06	1,82
Rio Grande do Sul	7 773 837	9 138 670	10 179 801	1,48	1,22
CENTRO-OESTE	6 805 911	9 427 601	11 611 491	3,01	2,36
Mato Grosso do Sul	1 369 567	1 780 373	2 075 275	2,41	1,73
Mato Grosso	1 138 691	2 027 231	2 498 150	5,38	2,37
Goiás	3 120 718	4 018 903	4 994 897	2,33	2,47
Distrito Federal	1 176 935	1 601 094	2 043 169	2,84	2,77

(1) Resultados preliminares

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000

### 1.3.6. Elevado peso relativo da agricultura

Até o primeiro decênio da segunda metade do século XX, a agricultura era vista como um elemento dependente dos estímulos do meio urbano-industrial. A idéia era a de que a industrialização e o crescimento urbano induziriam o crescimento agrícola.

Foi somente a partir dos anos 60 que se passou a enfatizar a importância da agricultura no desenvolvimento. Os elementos que revelam esta importância são, de acordo com Souza (1997, p.353), os seguintes: liberação de mão-de-obra para o resto da economia; fornecimento de alimentos e matérias-primas; geração de divisas com a exportação; transferência de poupanças; e constituição de mercados para bens industriais.

Analisando a tabela 3, de produção agrícola, emitida pelo Banco Central do Brasil em seu Boletim de 1992, podemos constatar que, no período compreendido entre os anos de 1990 e 1992, a produção de grãos teve um expressivo aumento, passando de 54,8 milhões de toneladas em 1990, para 66,4 milhões de toneladas em 1992. Isto perfaz um acréscimo de 21% na produção, o que nos permite dizer que o crescimento foi substancial. Podemos também notar que, dentre os grãos, a maior produção foi a de milho com 30,6 milhões de toneladas, quase atingindo 50% da safra de grãos do ano de 1992

TABELA 3 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA – PRINCIPAIS CULTURAS

Produtos	1990 Milhões de Toneladas	1991 Milhões de toneladas	1992 Milhões de Toneladas	1992/1990 (%)
Grãos	<b>54,8</b>	<b>54,7</b>	<b>66,4</b>	0,21
	7,4	9,5	10,0	0,35
Arroz (em casca)				
Feijão	2,2	2,7	2,8	0,27
Milho	21,3	23,7	30,6	0,44
Soja	19,9	14,9	19,2	-0,04
Trigo	3,1	2,9	2,8	-0,10
Outros	0,9	0,9	1,0	0,11
Outras culturas				
Algodão (em caroço)	1,8	2,1	1,9	0,06
Banana (em milhões de cachos)	0,6	0,6	0,6	0,00
Batata-inglesa	2,2	2,3	2,4	0,09
Cacau (amêndoas)	0,4	0,3	0,3	-0,25
Café (em coco)	2,9	3,0	2,6	-0,10
Cana-de-açúcar	262,7	260,8	270,7	0,03
Fumo (folhas)	0,4	0,4	0,6	0,50
Laranja (em milhões de frutos)	87,6	94,5	98,2	0,12
Mandioca	24,3	24,5	22,7	-0,07
Tomate	2,3	2,3	2,1	-0,09
Total de outras culturas	<b>385,2</b>	<b>390,8</b>	<b>402,1</b>	0,04

Fonte: Boletins do BACEN

Para atingirmos esta produção contamos com vários fatores que contribuíram para a boa produtividade das lavouras. Podemos ressaltar o clima favorável em praticamente todas as regiões e a iniciativa do governo, principalmente em relação à política de garantia de preços mínimos, em substituição ao crédito rural

Porém, os indicadores acima, por si só não são suficientes. Existe a necessidade de um governo central eficiente e forte, adotando políticas favoráveis à industrialização e ao desenvolvimento do comércio exterior

#### **1.4. Inflação**

A inflação, como é de conhecimento generalizado, é conceituada como “um aumento generalizado e persistente do nível de preços. Portanto, o termo *inflação* não se refere ao aumento de preço de um ou outro bem individualmente, mas ao aumento do índice de preços, que é a média ponderada de todos os preços ”

No processo inflacionário, os indivíduos, ao formarem expectativas sobre o que vai acontecer com a taxa esperada de inflação, levam em conta a inflação histórica, que passa a ser incorporada na atividade econômica. Isto provoca a chamada “inflação inercial”, que não é nada mais do que a inflação efetiva manter-se próxima da taxa histórica de inflação.

Entretanto, existem inflações que têm origem no aumento da propensão a consumir; aumento nos gastos do governo, aumento na oferta de moeda, aumento das exportações, etc e são chamadas de *inflação de demanda*. (Souza, 1997, p 248 e 249)

Como exemplo, vamos supor que o governo gaste mais do arrecada, o que obviamente redundará em um déficit orçamentário. Ele poderá recorrer a três tipos de soluções para resolver este sério problema: tomar empréstimos do setor privado, reduzir suas reservas ou emitir moeda.

No entanto, estas soluções são apenas aparentes, pois, se o governo está com déficit no seu orçamento é um forte indicador de que as suas reservas já estão quase que totalmente esgotadas. Estando com poucas reservas, o setor privado ficará receoso em emprestar ao governo, pois não haverá certeza que ele poderá pagar as suas dívidas



O governo tem ainda a possibilidade de conter o déficit aumentando a carga tributária. Porém, na maioria dos casos, a população já está sofrendo uma tributação elevada e provavelmente haverá uma forte resistência ao fato, além de ser muito difícil conseguir apoio do Poder Legislativo para tal.

Restaria, portanto, a possibilidade da emissão de moeda, que concorreria para o agravamento do processo inflacionário. Esse agravamento trás embutido em seu bojo um aumento “invisível” na carga tributária, pois gera o “imposto inflacionário”. O governo para pagar suas despesas emite moeda. Os bens e serviços adquiridos em cada período são a receita do “imposto inflacionário” recolhido em decorrência da política inflacionária.

“Por outro lado temos também inflações provocadas por aumentos de salários, sem que tenha havido aumento de produtividade da mão-de-obra, e aumento de preços administrados de matérias-primas. Isto ocorre quando há choque de oferta causado, por exemplo, por safras agrícolas insuficientes ou por forte aumento dos preços da matéria-prima básica, como o petróleo, que vem a ser a *inflação de custos*.” (Lopes & Rossetti, 1993, p.240 e 248)

A necessidade de se identificar se a inflação é de demanda ou de custos reside no fato da escolha da política antiinflacionária. Porém, nem sempre é possível fazer a distinção entre os dois tipos, pois eles interagem entre si. Os processos verdadeiramente inflacionários contêm elementos causais das inflações de demanda e de custos, que são de difícil separação para que se possa dimensionar o peso com que cada um influencia o processo inflacionário.

Existe também a teoria da “inflação estrutural”, que ressalta como causa principal da inflação a pressão estrutural que advém da incapacidade de determinados setores produtivos em dar resposta às modificações da demanda. A industrialização, o êxodo rural e o crescimento demográfico provocam um crescimento da demanda de produtos agropecuários, e a oferta destes produtos não consegue acompanhar o ritmo de crescimento da demanda, o que se traduz em um aumento generalizado dos preços.

Este tipo de abordagem para a inflação não descarta muito dos elementos tradicionais da inflação. Ela foi desenvolvida por pesquisadores da Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL) nos últimos anos da década de 50, na

tentativa de tentar explicar a *inflação crônica* a que vinham sendo submetidos os países latino-americanos.

Os pesquisadores colocaram em dúvida a eficiência das medidas até então tomadas para combater a inflação. Eles elencaram alguns fatores que consideraram essenciais para que a inflação crônica tivesse uma solução. Estes fatores são: “inelasticidade da oferta de produtos agrícolas, desequilíbrio crônico no comércio exterior, distribuição desigual da renda e a rigidez dos orçamentos públicos ” (Lopes & Rossetti, p.254, 1993 )

TABELA 4 - INDICADORES USUAIS DE INFLAÇÃO- 1980-90

Anos	Deflator do PIB	IGP	IPA	INPC
1980	90,4	110,2	121,4	99,7
1981	107,3	95,2	94,3	93,5
1982	104,8	99,7	97,7	100,3
1983	140,6	211,0	234,0	178,0
1984	212,6	238,8	230,3	209,1
1985	231,7	235,1	225,7	239,0
1986	146,2	65,0	62,6	58,6
1987	204,1	415,8	407,2	396,0
1988	647,8	1037,6	1050,0	994,3
1989	1322,2	1782,9	1748,8	1863,6
1990	2562,3	1476,6	1449,5	1585,2

Fonte: Appud LOPES & ROSSETTI, p 238, 1993

O *deflator implícito do PIB*, é um índice obtido pela agregação ponderada dos índices de variação dos preços calculados para os diferentes setores da economia

O *índice geral de preços (IGP)* é resultante da média ponderada de índices mais específicos de variação de preços.

O *Índice de preços por atacado (IPA)* é resultante da média ponderada de diferentes índices de variação de preços nos mercados atacadistas

O *Índice de preços ao consumidor (IPC)* é resultante da média aritmética de índices relativos de preços de diferentes categorias de bens e serviços, ponderados segundo a participação de cada categoria na despesa total de consumo de uma unidade familiar padrão. (Lopes & Rossetti, p.237, 1993)

Neste capítulo, procuramos abordar alguns conceitos e levantar alguns dados para no próximo capítulo abordarmos o período de transição para plano “BRASIL NOVO”

## **2. O PERÍODO DE TRANSIÇÃO**

### **2.1. O BRASIL ANTES DO PLANO “BRASIL NOVO”.**

Os anos de proteção à indústria nacional no Brasil, se, por um lado, permitiram a enorme expansão da indústria de transformação (de 19% do PIB em 1955 para cerca de 30% em 1990), por outro, inibiram a competitividade de setores industriais inteiros e promoveram a ineficiência alocativa dos insumos ao longo das cadeias produtivas. Recuando mais uma vez no tempo, vamos verificar o porquê da adoção do protecionismo no Brasil

As economias latino-americanas de um modo geral foram abaladas, na primeira metade do século XX, por sucessivas crises decorrentes das duas grandes guerras e da depressão. Visando sair deste estado de coisas, os governos dos países da região adotaram medidas que proporcionassem uma maneira de defender o seu mercado interno das crises que ocorriam no mercado internacional. Disto resultou a implantação de um sistema que substituiria a necessidade de importação.

Esta conscientização levou à adoção de um processo de industrialização, procurando desse modo repetir aceleradamente a experiência dos países do primeiro mundo, no sentido de incrementar o seu processo de desenvolvimento.

A Segunda Grande Guerra proporcionou marcantes efeitos de incentivo ao progressivo processo de industrialização. Lançaram-se as bases que iriam permitir a crescente diversificação do parque industrial brasileiro, enfraquecendo progressivamente a concepção de que o Brasil só poderia atingir elevadas taxas de crescimento através da exportação de seus produtos tradicionais (Baer, 1995, p 62).

No entanto, este processo não se mostrou simples, pois o volume de produtos a substituir era muito elevado e a quantidade de capital exigido muito grande.

O empresariado brasileiro, por sua vez, demonstrou na oportunidade sua vocação industrial. Aproveitaram o período favorável (1951 e 1952) para importar grande quantidade de equipamentos e ampliar os seus investimentos internos, incrementando da melhor maneira possível a capacidade produtiva instalada, para



estrutura, que objetivavam romper os estrangulamentos que tolhiam o processo de industrialização.

O Estado supriu a debilidade do capital privado nacional e o desinteresse do capital estrangeiro em investir no Brasil; procurou superar a dependência do país na importação de petróleo, constituindo a Petrobrás; estimulou a fabricação de aços através do controle das três maiores usinas do país, a CSN, a Cosipa e a Usiminas; incentivou a indústria de produtos químicos básicos e a exportação de minério de ferro através da Companhia Vale do Rio Doce; fez investimentos em infra-estrutura, etc.

A crescente intervenção do Estado na atividade econômica não encontrava grande resistência por parte do setor privado, porque este não possuía condições de efetuar tais investimentos e havia interesse para que eles fossem realizados

A segunda metade da década de 50 foi marcada no Brasil pela adoção do Plano Nacional de Desenvolvimento, que ficou conhecido como o Plano de Metas. Este plano consistiu, fundamentalmente, no levantamento de pontos de estrangulamento, que já haviam sido detectados pelos membros da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, como já citamos anteriormente. Estes pontos concentravam-se principalmente nas áreas de transporte, energia e alimentação, indústrias de base e educação, nas quais éramos e ainda somos muito deficientes, e por esse motivo estavam retendo o crescimento econômico do país.

O Plano de Metas, apesar de ter apresentado várias distorções, com efeitos no aumento da taxa de inflação e no desajuste do balanço de pagamentos, concorreu para um processo intensivo de substituição de importações. Ele tinha dois objetivos principais, em relação aos quais o equilíbrio do sistema foi relegado a um plano secundário. O primeiro dizia respeito à solução das maiores inadequações entre a infra-estrutura econômica e o grau de desenvolvimento econômico. E o segundo, à complementação e integração vertical da estrutura industrial brasileira.

A adequação da infra-estrutura à necessidade do desenvolvimento econômico consistiu basicamente em investimentos públicos. O financiamento destes investimentos, sem uma contrapartida no aumento da carga fiscal direta, aliado à sua longa maturação, foram importantes fatores da aceleração do processo inflacionário no período

requeridas pelos investimentos propostos pelo Plano de Metas, devido à dificuldade de obtenção de recursos, o esquema financeiro encontrado foi o do financiamento inflacionário

Apesar do contratempo, a estrutura econômica modificou-se rapidamente, com o crescimento do setor industrial, sua modernização e a implementação de novos ramos. As bases para a solução dos problemas detectados de infra-estrutura foram lançadas, e o Brasil continuou em sua busca intensa da industrialização por substituição de importação.

No entanto, um dos inconvenientes decorrente da industrialização brasileira foi o fato de que ela concentrou-se na região Sudeste, o que acentuou os desequilíbrios regionais, e incentivou a migração das demais regiões para os centros de maior capacidade geradora da economia. (Furtado, 1983, p 161 a 164)

Visando reduzir significativamente alguns dos desequilíbrios regionais foi promulgada a Lei 3692 de 15 de dezembro de 1960, instituindo a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Agora o governo federal estava equipado para formular a sua política de desenvolvimento para a região, dentro de critérios de essencialidade, baseado em um Plano Diretor.

A adoção de um plano que demonstrava coerência e transparência tinha como o objetivo incentivar a iniciativa privada a aplicar seus recursos na região. Não obstante, um dos grandes obstáculos enfrentados na implantação da SUDENE foi a quase que completa escassez de pessoal brasileiro especializado e adequadamente motivado, nos setores de transporte, geologia, política de utilização de águas, agricultura de zonas semiáridas, hidrologia, etc, dos quais a região estava carente. (Furtado, 1989, p.79).

Apesar do contratempo, provocado pelo aumento da taxa de inflação e do desajuste do balanço de pagamento, houve um processo intensivo de substituição de importações durante o período 1957-61

Após o avassalador período de crescimento ocorrido até o início de 1961, a economia brasileira entrou numa fase de retração, motivada por uma certa dificuldade em manter o número de substituições de produtos importados, dando uma amostra que não era mais possível continuar com as mesmas taxas de crescimento do produto industrial.



O período 1961-1964 foi muito conturbado, e o processo inflacionário estava levando a inflação próxima a 100% ao ano no primeiro trimestre do último ano do período.

No ano de 1964, foi criado um mecanismo que permitiria à economia crescer mesmo com um elevado processo inflacionário, devido à desvalorização acelerada da moeda, dificuldade para obtenção de empréstimos públicos, especialmente os de longo prazo, e necessidade de alongamento de prazo para pagamento da dívida pública mobiliária. O governo Federal emitiu a Lei 4.357/64 que permitiu a emissão de ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional). Isto objetivou alongar o prazo de pagamento da dívida pública mobiliária e garantir aos investidores a indexação dos valores por eles emprestados. Os objetivos iniciais desta lei foram extrapolados, e ela tornou-se um instrumento que permitia compensar a desvalorização da moeda, estando portanto estabelecida a “correção monetária” no Brasil. (Furtado, 1983, p.170)

Tal processo, no entanto, funcionou como um elemento que tornou suportável a convivência com o processo inflacionário, transformando-se em um vício o convívio com a inflação, dificultando sobremaneira a adoção de políticas antiinflacionárias. Apesar do governo ter tomado várias medidas no sentido de reduzir a inflação, vários preços continuavam sendo reajustados de acordo com a inflação passada.

O governo procurou estimular as exportações com a adoção de incentivos fiscais, dos quais destacaram-se: a isenção do IPI nas exportações de produtos industrializados; devolução do imposto de importação incidente sobre matérias-primas e componentes importados a produtos exportados (draw-back), e dedução do lucro tributável das empresas – para efeito do cálculo do imposto de renda – em percentual equivalente ao das exportações em relação às vendas totais.

Os últimos anos da década de 60 caracterizaram-se por um período de altas taxas de crescimento do produto real e de uma maior ênfase na expansão do mercado externo. Em 1967, foi lançado o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), que tinha como objetivos fundamentais: a aceleração do desenvolvimento e a contenção da inflação. Este programa levou a um crescimento industrial significativo no período 1968-1973. Tal crescimento deveu-se inicialmente à significativa

capacidade ociosa existente. O dinamismo do setor industrial neste período deveu-se principalmente à demanda interna, estimulada pelas políticas governamentais. (Furtado, 1983, p. 173 a 176)

O início da década de 70 teve como característica a adoção e a implantação do *"Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento"* – I PND. Neste ficou preestabelecido que o principal pólo de desenvolvimento nacional seria a região compreendida pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, partindo do princípio que essa região seria capaz de assegurar a expansão das indústrias com aporte científico e tecnológico nacional, decorrente de um sistema educacional avançado. Tal procedimento, no entanto, acentuou ainda mais as desigualdades regionais. Apesar de algumas restrições, o I PND proporcionou um crescimento acelerado da economia, o chamado "milagre brasileiro". (Furtado, 1983, p.177)

Nos últimos anos da década de 70 foi elaborado e implantado o II PND. Este plano deu continuidade à estratégia de crescimento estabelecida nos planos anteriores. No entanto, ele condicionou o crescimento econômico acelerado da economia nacional à conjuntura internacional. O plano previu a retomada do processo de substituição de importações, principalmente nos setores de bens de capital, eletrônica pesada e insumos básicos.

O II PND alcançou a maior parte de seus objetivos, fazendo com que o produto real e a renda *per capita* crescesse, aproveitando o fato de que havia muita liquidez no sistema financeiro internacional. O governo aproveitou para captar recursos necessários para completar a poupança doméstica, resultando, no entanto, no acirramento do processo inflacionário, redundando nos efeitos recessivos que envolveram a economia. (Furtado, 1983, p. 184)

A nova tentativa de retomada do processo de substituição de importações, para estimular o desenvolvimento brasileiro, não teve o sucesso esperado. As experiências anteriores já haviam revelado que, apesar de termos implementado em nosso país um intenso processo de industrialização, não conseguimos reduzir a nossa dependência externa. Somente mudamos a natureza desta dependência pois nos tornamos dependentes de insumos importados. Substituímos a importação de produtos finais, mas ficamos dependentes de uma série de insumos não produzidos no país. Outros fatores também concorreram para a manutenção da dependência,

dos quais podemos ressaltar. os dois choque do petróleo, que concorreram para o agravamento da dívida externa; a pauta de exportação; a crise mexicana: o desequilíbrio crônico do balanço de pagamento; a ausência de uma pauta de exportação mais favorável.

Outro fator que concorreu para que tal iniciativa não surtisse o resultado esperado foi o surgimento de indústrias em desenvolvimento, verticalmente integradas ao sistema industrial mundial.

Esses fatores foram decisivos para que o processo de substituição de importações adotado até então chegasse ao término. Em outras palavras, o processo de substituição de importações se exauriu devido a fatores exógenos, provocados pela nova conjuntura mundial.

O período compreendido entre os anos 1985-89 foi caracterizado por uma série de alterações na conjuntura interna do Brasil. As fortes pressões inflacionárias que vigoravam na época foram enfrentadas através de programas de estabilização que procuraram atuar, basicamente, sobre os preços, salários e câmbio, por intermédio do congelamento. Entretanto, as medidas adotadas não foram suficientes, devido ao fato de que, após cada período de congelamento, ocorria a retomada da inflação com uma rapidez cada vez maior, dando uma amostra de que eram impotentes para conter o ritmo do processo inflacionário (Lacerda, 2000, p 169)

Ao se iniciar a abertura econômica, no final da década de 80, a indústria brasileira, de modo geral, estava defasada em relação aos concorrentes internacionais

O setor de infra-estrutura se encontrava praticamente sucateado por falta de investimento do setor público que, por sua vez, era consumido pela administração de suas dívidas e da inflação.

Os setores de comércio e de serviços, também protegidos, mantiveram-se historicamente em papel secundário em relação à indústria

E a agricultura moderna, em fase inicial, ainda não demonstrava condições de sobrevivência em um mercado de tamanho modesto.

As mudanças ocorridas nesse período foram, em grande medida, uma resposta aos movimentos internacionais de privatização de serviços públicos, de



globalização dos mercados e de difusão das novas tecnologias de informação e de conteúdo. As empresas brasileiras buscaram, então, se adaptar ao novo cenário de competição acirrada, simultaneamente a uma projeção internacional cada vez maior do país no que se refere à capacidade de atrair investimento direto estrangeiro.

A fase transitória tem sido muito difícil, e ainda não há indícios definitivos de que tenha terminado. Muitas empresas sucumbiram, e o processo de fusão e aquisição internacional também avançou muito no Brasil sobre segmentos importantes. Neste sentido, destacam-se os setores diretamente ligados ao mercado consumidor, como a indústria de bebidas e de alimentos, os supermercados e a indústria eletrônica, a ponto de muitos analistas sinalizarem para a desnacionalização da economia do país.

## **2.2. O BRASIL NA NOVA ERA**

No início da década de 90, um novo governo passou a dirigir o Brasil. A nova equipe econômica partiu do pressuposto que o processo inflacionário vinha sendo sustentado pelo desequilíbrio orçamentário do setor público e realimentado pela indexação da economia.

Os membros da área econômica concluíram também que havia necessidade de uma redefinição das relações entre o Estado e o capital privado, nacional e estrangeiro, o que levou o governo a implementar simultaneamente, dois programas, um de ajustamento da economia e outro de reformas estruturais.

Estes programas levaram a economia brasileira a sofrer uma transformação radical, pois estava sendo iniciado um processo que estancava definitivamente as políticas de substituição de importações até então adotadas, substituindo-as por uma outra que levaria à abertura da economia brasileira.

Esta transformação da economia com certeza iria provocar, como provocou, sérias discordâncias entre os membros da classe burguesa dominante. Isto porque uma série de privilégios, dos quais os empresários brasileiros desfrutaram por mais de meio século, estavam sendo quebrados com as medidas adotadas pela equipe econômica.



Estas mudanças, no entanto, teriam que ser feitas, na medida em que elas refletiam uma tendência que existia e ainda existe na economia, provocada pelo “efeito demonstração internacional”, no qual os países em vias de desenvolvimento se espelham nos mais desenvolvidos com o objetivo de crescer e se desenvolver.

O novo governo, tendo constatado que o Estado brasileiro estava muito grande, procurou adotar medidas que pudessem fazer com que acontecesse um enxugamento da máquina estatal. Para que esse objetivo fosse atingido, foi adotada uma política “neoliberal”. O fato que, provavelmente, provocou uma maior confiança sobre as mudanças que a equipe econômica estava pretendendo adotar no Brasil foi a adoção das políticas neoliberais por países capitalistas de primeiro mundo. Em 1979, na Inglaterra, quando Margareth Thatcher assumiu o governo, e nos EEUU com Ronald Reagan.

O governo anglo-saxão adotou medidas de contração da emissão monetária, e elevação da taxa de juros. Afrouxou-se a carga tributária sobre os ricos e sobre as empresas, o que gerou um grande aumento no nível de desemprego.

Além disso esse governo inglês, enfrentou os sindicatos, estabelecendo uma nova legislação anti-sindical, e privatizou empresas estatais. Esse foi o pacote de medidas mais ambicioso e sistemático de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado.

Os membros do novo governo brasileiro, em 1990, podem também ter sido inspirados por um artigo elaborado no International Institute for Economy, situado em Washington, pelo economista John Williamson, um ano antes, em 1989, intitulado “Consenso de Washington”. Este trabalho/artigo foi baseado na observação dos problemas, e na sugestão de reformas que pareciam necessárias para os países em vias de desenvolvimento, e na ocasião eram mais ou menos consensuais entre os principais centros e círculos do poder.

Ele elencou alguns critérios, que os países em vias de desenvolvimento, deveriam seguir e que são os seguintes:

*Disciplina fiscal*, caracterizada por um expressivo superávit primário e por déficits operacionais de não mais de 2% do PIB;

*Priorização dos gastos públicos*, mediante o seu redirecionamento de áreas politicamente sensíveis, que recebem mais recursos do que seria economicamente justificável – como a manutenção da máquina administrativa, a defesa ou os gastos com subsídios discriminados

-, para setores com maior retorno econômico e/ou com potencial para melhorar a distribuição de renda, tais como saúde, educação e infra-estrutura;  
*Reforma fiscal*, baseada na ampliação da base tributária e na redução de alíquotas marginais consideradas excessivamente elevadas  
*Liberalização do financiamento*, com vistas à determinação da taxa de juros pelo mercado, ou, como objetivo intermediário mais realista e até mesmo mais conveniente no curto e médio prazo – para evitar taxas muito elevadas –, procurando o fim de juros privilegiados e visando à obtenção de uma taxa de juros real positiva e moderada;  
*Unificação da taxa de câmbio em níveis competitivos*, com o fim de eliminar sistemas de taxas de câmbio múltiplos e assegurar o rápido crescimento das exportações;  
*Liberalização comercial*, através da substituição de restrições quantitativas por tarifas de importação, que por sua vez deveriam ser reduzidas para um nível baixo, “ de 10% ou, no máximo, perto de 20%”;  
*Abolição de barreiras ao investimento externo direto*;  
*Privatização*;  
*Desregulamentação*; e  
*garantia do direito de propriedade, através da melhoria do sistema judiciário*  
 (Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v.7, n. 13, p. 174, Jun. 2000)

Como podemos observar, as recomendações tidas como consensuais são bastante abrangentes, e apresentam uma gama de sugestões que pretendiam ser válidas para um conjunto de países com características econômicas e políticas muito distintas. O elenco de sugestões acima traz uma série de objetivos que já estavam sendo propostos pelos defensores da adoção de políticas com características *neoliberais*.

Uma questão a ser levantada é a seguinte: será que estas medidas vieram para minimizar ou para reforçar o “colonialismo” que até hoje impera em muitos países, na América Latina?

Cabe aqui, mais uma pergunta. Será que os países de Primeiro Mundo, quando muito perto de um período recessivo, estavam bastante inclinados a eliminar o “*welfare state*”, adotando medidas já anteriormente preconizadas pelo velho liberalismo?

A grande força do liberalismo, ocorreu na década de 70, período em que a economia mundial estava em um processo recessivo. Havia inflação, aumentava o desemprego e aumentava consequentemente os gastos sociais do Estado. O diagnóstico liberal determinava que o que estava ocorrendo era por excesso de democracia, excesso de atribuições do estado, excesso de regulação e excesso de força dos organismos sindicais, ou seja, criticava os principais pilares do sucesso do “*welfare state*”

A partir de 1973, o mundo dos países mais ricos entram em crise. Havia ficado para trás uma era muito especial no plano da história econômica, política e social da humanidade, que iniciara-se ao término da Segunda Grande Guerra e veio até o início da década de 70: a chamada “*era de ouro do capitalismo*”. Neste período a economia havia crescido continuamente a taxas expressivas, proporcionando aumento de produtividade do trabalho, aumento do nível de emprego, crescimento da renda *per capita* e um sistema de proteção social sofisticado.

Fazendo uma breve retrospectiva de alguns fatos que no início da década de 70 concorreram para a crise da economia mundial, temos: a derrota americana no Vietnã, a formação do cartel da OPEP e o fim da paridade ouro/dólar, isto é, o fim do regime de Bretton Woods.

Estes fatos levaram a economia mundial a passar, durante a década, por uma situação de crise e instabilidade, provocando nos países desenvolvidos uma situação econômica que não haviam passado por mais de trinta anos. Ou seja, estavam em um período de desaceleração do crescimento, aumentos de inflação, aumentos de desemprego, aumento dos gastos públicos de natureza social. O fato que devemos destacar é que as políticas de estabilização que estavam sendo implementadas não funcionaram. (Furtado, 1983, p. 179)

Devido a estes transtornos econômicos, havia uma necessidade de reverter a situação. Ressurgiram, então, as idéias liberais conservadoras na Inglaterra, onde se fez o experimento máximo de consistente aplicação do receituário neoliberal completo.

A partir daí, na Europa e nos países centrais, ou seja, os mais desenvolvidos, de acordo com a teoria do centro e periferia, transformaram a matriz neoliberal num programa de governo, que se difundiu rapidamente por vários países.

A nosso ver, a adoção dos princípios elencados no artigo de John Williamson teve efeitos positivos para o Brasil, pois fez com que adotássemos critérios inovadores na administração pública, nos colocando na vanguarda, pois ainda hoje os princípios estão sendo seguidos a risca.



## 2.3. O COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS

### 2.3.1. O CRESCIMENTO

Como vimos anteriormente, o crescimento econômico é a expansão do produto real de uma economia, durante um determinado período de tempo. Ele é medido por intermédio do produto *per capita*.

Vejamos, então, se houve um processo de crescimento da economia durante o período 1990 e 1993

Tabela 5 - Produto Interno Bruto (PIB) a Preços Correntes

Ano	PIB a preços Correntes CR\$ milhões	Índice do Produto Real	Taxa Real de Variação Anual %	Deflator Ímplicito %	População (milhões)	PIB Per Capita Preços Correntes Cr\$	Índice do Produto Real	Taxa Real de Variação Anual
1989	1 271 755	121,2	3,3	1 323	140,9	9 023,1	102,0	1,3
1990	32 730 994	115,8	-4,4	2583	143,7	227 820,7	95,7	-6,2
1991	164 486 122	117,2	0,9	399	146,5	1 126 608,6	94,9	-0,8
1992	1 846 812 706	116,1	-0,9	1 033	149,2	11 950 191,5	92,3	-2,7
1993	44 874 753 000	121,9	5,0	2 215	152,1	295 534 536,4	95,1	3,0

Fonte: Relatório Anual do BACEN – 1992

Ao analisarmos a tabela 5, verificamos que o Produto Interno Bruto *per capita* a preços correntes demonstra que no período em questão o Brasil sofreu um processo de crescimento acentuado

No entanto, se olharmos pelo lado da taxa real de variação anual, em 1992, registrou-se uma queda de 0,9% em relação a 1991, voltando a crescer no ano de 1993, como poderemos analisar na tabela 10, a seguir, com os dados extraídos do Relatório do BACEN – 1993.

Um dos fatores que concorreram para que houvesse essa queda de 0,9% do PIB EM 1992, foi o fraco desempenho de setor industrial no período, que fechou o ano com uma redução de 3,7%.

Outros setores que também exerceram uma grande influência na queda do PIB foram os setores de transformação, com uma redução de 5,0%, e o da construção civil, com uma redução de 1,0%



Por outro lado, verificamos também que a agropecuária teve um excelente desempenho, com um crescimento de 6,0%, o que abrandou um pouco a influência da queda da produção industrial

Tabela 6 - Taxas Reais de Variação do PIB

Discriminação	1990	1991	1992	1993	Média
Setor Agropecuário	-3,7	2,8	5,3	-1,9	0,83
Setor Industrial	-8	-0,5	-3,7	9,0	-1,07
Extrativa Mineral	12,7	0,3	-0,2	1,5	4,77
Transformação	-9,5	-0,5	-5,0	10,1	-5,00
Construção	-8,4	-3,2	-1,0	9,6	-4,20
Serv. Ind. De Util. Pública	1,8	4,3	1,7	3,7	3,83
Setor Serviços	-0,8	2,2	-0,1	3,5	1,60
Comércio	-6,3	1,4	-3,4	6,8	-0,50
Transportes	-2,8	2,5	2,4	3,5	1,87
Comunicações	9	19,6	5,7	10,7	15,00
Inst. Financeiras	-3,1	-8,0	-4,6	-2,2	-5,23
Administrações Públicas	1,9	1,9	1,9	1,9	2,53
Total	-4,4	1,1	-0,9	5,0	0,27

Fonte: Relatório do Banco Central – 1993

Podemos constatar na tabela 6, que, no ano de 1990, os setores que tiveram um desempenho acima dos demais foram os setores de comunicação, com 9,0% de acréscimo, e a extrativa mineral, com 12,7% de acréscimo

Já o ano de 1991 foi o ano em que o Produto Interno Bruto teve o melhor desempenho no período, pois a maioria dos setores considerados apresentou desempenho positivo.

O setor serviços, composto pelos itens: comércio, transportes, comunicações, instituições financeiras e administrações, teve, no item comunicações, um crescimento muito significativo, de 19,6%, muito acima do desempenho do próximo setor que foi o de Serviço Ind. de Utilidade Pública, com um crescimento de 4,3%. Por outro lado, os setores das instituições financeiras e da construção tiveram um desempenho negativo relativamente mais acentuado.

O ano de 1992, voltou a ser um ótimo ano para o setor de comunicações, com um crescimento de 5,7%. perdendo apenas para o setor agropecuário que teve nesse ano um crescimento de 5.3%

No ano de 1993, o setor serviços no item comunicações voltou a ter o melhor desempenho, atingindo um crescimento de 10,7%. enquanto o setor agropecuário sofreu um decréscimo de 1,9%.

Podemos também constatar que houve setores que só decresceram, como foi o caso do setor de instituições financeiras que decresceu 5,2% em média no período. O setor de construção decresceu em média 4,2%, o setor de transformação decresceu 5.0% e o setor industrial teve um decréscimo de 1.07%.

Observando os dados contidos na tabela 10, verificamos que no período considerado a maior taxa média de crescimento foi no setor de comunicações, com 15.0%, sendo seguido pelo setor extrativo mineral, com 4,77% de taxa média. Já os setores que tiveram um crescimento negativo mais acentuado foram os de construção, com taxa média de -4,2%, instituições financeiras, com -5,23%, transformação, com -5.0% e o setor industrial, com -1,07%

Concluimos, portanto, que apesar do bom desempenho do setor agropecuário nos anos de 1991 e 1992, conforme podemos constatar na tabela 10, o crescimento médio foi muito irrisório. Entretanto, teve um desempenho médio superior ao setor industrial que tem grande representatividade, e que não teve um crescimento e sim um decréscimo no período.

### **2.3.2. O DESENVOLVIMENTO**

O grande obstáculo para o desenvolvimento econômico das nações subdesenvolvidas é que o mesmo é completamente contrário aos interesses dominantes dos países desenvolvidos. Isto porque os países emergentes compõem as suas reservas para os suprimentos de muitas matérias primas importantes, e, como um fato inquestionável, proporcionam às grandes empresas multinacionais vultuosos lucros e uma ampla área para investimentos.

Se, por ventura, um desses países se opuserem a este tipo de dominação, rapidamente surge uma série enorme de intrigas diplomáticas, pressão econômica e subversão política, com a finalidade de derrubar o governo e substituí-lo por outro que possa servir a seus interesses.

Muito se tem falado que as nações altamente desenvolvidas deveriam dar um apoio econômico mais eficaz às nações mais atrasadas, com o intuito de melhorar o padrão de vida destas populações, visando, com esse procedimento, reduzir os movimentos em prol do desenvolvimento econômico e social. Os investimentos que porventura sejam efetivados nesses países, no entanto, rapidamente desaparecem devido ao rápido crescimento da população, da corrupção dos governos locais, do esbanjamento de recursos pelas classes dominantes e da remessa de lucros efetuada pelos estrangeiros (Baran, 1984)

De acordo com SUNKEL, existem autores que “concebem o nível de desenvolvimento em termos de renda *per capita*, e o processo de desenvolvimento em termos de taxa de crescimento”

Domar observou, de fato, que, .. para que exista uma expansão da demanda efetiva é indispensável que a inversão de cada período seja maior do que a do período anterior; só um incremento da inversão gera incrementos da demanda efetiva. Consequentemente, uma economia deve manter taxa crescente de inversão para que o crescimento da inversão possibilite adições de capacidade produtiva e incrementos da demanda efetiva coincidente, de tal modo que não se produzam pressões inflacionárias ou deflacionárias. A preocupação fundamental da teoria do crescimento centra-se, por isso, na influência da inversão sobre o crescimento da renda, o equilíbrio dinâmico e o emprego. (Sunkel, 1974, p 35)

Em muitos países Latino-Americanos têm sido feitos importantes esforços com o intuito de obter uma melhoria econômica e social. Na realidade, estes esforços foram em parte muito bem sucedidos, pois houve um sensível incremento em termos de industrialização, e na infra-estrutura. Entretanto, não alcançaram um estágio de crescimento acumulativo acelerado.

O problema fundamental do desenvolvimento exige a necessidade de superar seu estado de dependência, transformar sua estrutura para obter maior capacidade autônoma de crescimento.

Nas sociedades em desenvolvimento, o crescimento fica bloqueado pelo baixo nível do investimento, o qual limita-se pela insuficiência de recursos. Esta insuficiência gera um círculo vicioso entre baixos níveis de renda e poupança, o que gera reduzida acumulação e produtividade e, como consequência, insuficiente nível de renda.

Na grande maioria dos países Latino-Americanos, o Estado ainda continua sendo o agente fundamental do desenvolvimento, abrindo linhas de créditos para a



produção e investimento, promovendo programas de incentivo à exportação, implantando infra-estrutura, etc. Os eventuais estrangulamentos que possam ser gerados por possíveis desequilíbrios emanados pelo mercado podem ser corrigidos, e com isso promover e estimular o crescimento. Para tentar corrigir essas distorções há a necessidade de se enfrentar com grande empenho a correção das seguintes distorções.

### **2.3.2.1 A Renda *per capita***

Um dos itens fundamentais para a análise do desenvolvimento econômico é a análise da sua renda *per capita*. No Brasil, em 1989, a renda *per capita* era de US\$2 540 dólares, conforme dados contidos na tabela 1, e em 1993 a renda *per capita* foi de US\$2.930 dólares, conforme Relatório do Banco mundial – (1994, In <http://www.proex.utu.br/plasoci/diagno.html>).

Entretanto, se compararmos com a renda *per capita* dos países considerados com renda alta - fato este, que poderemos constatar na tabela 1 - por mais que tenhamos melhorado, estávamos ainda com uma renda *per capita* muito aquém daquela dos países com renda *per capita* considerada alta em 1989. Apesar de estarmos entre os países considerados de renda média superior, podemos constatar que nos países considerados de renda alta, elas variavam de US\$6020 na Arábia Saudita a US\$29.880 na Suíça, o que põem em evidência a enorme concentração de renda que existe.

### **2.3.2.2. Índice de Analfabetismo**

Outro elemento fundamental para se constatar o processo de desenvolvimento econômico é a educação. O Brasil esteve e ainda está passando por uma crise educacional. Quando observamos o que vem ocorrendo com a educação em nosso país, chegamos à triste constatação do alarmante estado que se encontra o sistema educacional, marcado por altos índices de repetência e evasão escolar; além do triste fato de que uma boa parte de nossa população - mais



de 20 milhões, segundo o IBGE - ainda faz parte daqueles que são excluídos socialmente, por persistência do analfabetismo absoluto e funcional

Daí podemos depreender que é muito importante considerar a questão dos investimentos em capital humano. Se verificarmos quais foram os elementos que concorreram para a rápida recuperação das economias européias e do Japão após a II Guerra, em contraste com o letárgico crescimento de muitos países subdesenvolvidos, verificaremos que o investimento em capital humano naqueles países foi muito mais intenso, além da grande injeção de capital efetivada por intermédio do plano Marshall.

Entretanto, não podemos deixar de externar que nos últimos governos tem existido, na realidade, um esforço no sentido de reduzir a taxa de analfabetismo da nossa população

Os gastos com educação têm aumentado percentualmente em relação ao PNB, segundo o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001. Em 1980 o Brasil destinou 3,6% do seu PNB para a educação, e em 1997 este percentual era de 5,1%. Porém, ainda estamos muito longe de atender a maior parte de nossa população com o processo educativo.

Segundo o IBGE (indicadores mínimos), em 1989 o Brasil tinha uma taxa de analfabetismo de 19,7%, em 1992 houve um decréscimo nesta taxa para 18,3%

Em estudo efetuado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no ano de 1991, o índice de repetência no ensino fundamental foi quase o dobro do que ocorre nos países de médio desenvolvimento. No ensino secundário, o problema da repetência é muito semelhante ao do ensino fundamental

A baixa escolaridade causa efeito negativo muito forte na força trabalho assalariada, pois dificulta a incorporação de novas tecnologias de automação e a adoção de novos métodos de organização do trabalho, fazendo com que surjam dificuldades na busca de maior competitividade externa.

### 2.3.2.3 Estrutura Sanitária

O saneamento é uma ação de saúde pública, um forte concorrente para um maior desenvolvimento e uma proteção ao meio ambiente. além do fato de ser um direito do cidadão.

Quando analisamos o atendimento sanitário no Brasil, constatamos de imediato que nas regiões mais empobrecidas e menos populosas, bem como nas periferias e na zona rural, existe uma escassez desse serviço.

O lançamento de esgoto sem tratamento em lagoas, rios e oceanos ainda é uma prática muito comum no Brasil, pois 92% do esgoto produzido no país, tem o destino já mencionado. A degradação desses aquíferos muitas vezes é total, dependendo da concentração de poluentes dos resíduos lançados.

Como exemplo deste trágico fato temos o Rio Tietê. Com extensão de 1.110Km, é um dos maiores rios do Estado de São Paulo, nascendo na Serra do Mar, na cidade de Salesópolis. A sua importância é muito grande, pois é o grande canal de escoamento de produção do MERCOSUL, através da Hidrovia Tietê-Paraná. Porém, recebe mais de 10.000 toneladas por dia de esgotos domésticos e industriais. (<http://home.techno.com.br/vidaqua/projetos/agua.html>)

A maior região metropolitana do país a de São Paulo, abrange 38 municípios com cerca de 17 milhões de habitantes, produzindo 12 mil toneladas de lixo por dia. Ora, 95% deste total é enterrado em aterros sanitários, contaminando córregos e os lençóis freáticos de água.

Para conseguirmos sair da situação de país emergente e nos tornarmos um país desenvolvido, o governo e a população em geral deverá procurar uma maneira de combater e sanar este grave problema sanitário.

O desenvolvimento do setor de recursos hídricos no Brasil, como podemos notar, apresenta grandes desafios, que exigem um planejamento adequado das ações, de acordo com o princípio do desenvolvimento sustentável. Para que não se torne inviável o desenvolvimento sustentável em nosso país é necessário uma atenção muito especial para os seguintes pontos:

- A contaminação dos mananciais pelo esgoto cloacal, industrial e pluvial está inviabilizando a disponibilidade de água segura para o abastecimento.

- A distribuição de água tem sérios problemas de perdas, e o tratamento é comprometido pelo excesso de poluentes de diferentes fontes,

- A falta de coleta e tratamento de esgoto é comum nas cidades. Quando se tem rede de esgoto, não existe tratamento, o que agrava a poluição dos mananciais. Quando se tem tratamento, a rede não coleta o total projetado, devido a ligações clandestinas com a rede pluvial;

- A drenagem urbana é desenvolvida de forma completamente errada, produzindo prejuízos para toda a sociedade, sendo que as soluções adotadas, além de apresentarem custos altos, ainda agravam mais as enchentes;

- Na maioria das cidades brasileiras é calamitosa a situação da gestão dos resíduos sólidos, com coleta e disposição inadequada do lixo e com grandes dificuldades de reciclagem

A baixa cobertura e a qualidade dos serviços de água e saneamento no Brasil exigem uma tomada de decisão política que permita uma reversão significativa da situação atualmente vigente ( [http://www.ftp.cprm.gov.br/pub/gestao/gestao.aqua\\_brasil.pdf](http://www.ftp.cprm.gov.br/pub/gestao/gestao.aqua_brasil.pdf) )

#### **2.3.2.4 Taxa de Desemprego**

A taxa de desemprego no mundo é alarmante. Em todo o planeta, o já combalido mercado de trabalho passa por profundas transformações – muitas delas traumáticas –, causadas pela globalização e pelo fantástico progresso tecnológico dos últimos anos.

O atual processo de acumulação capitalista prega o uso intensivo de informação, a horizontalização das grandes unidades produtivas e o sistema de produção flexível, provocando mudanças relevantes nas relações com fornecedores. Exige, ainda, transformações rápidas no mix, demandando reduzido mercado de trabalho. Dos trabalhadores que ficam, exige-se grande variedade de habilidades: flexibilidade, soluções criativas, alto grau de engajamento na empresa e capacidade para tomar conhecimento de todo o processo produtivo.

Entre os fatores que agravam a questão do desemprego estão a baixa escolaridade da mão-de-obra, a informalidade e a precária rede de proteção social que cerca a população.

Ao analisarmos a tabela 7, podemos constatar que houve um sensível crescimento do emprego nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife em dezembro de 1993, comparativamente a dezembro de 1989. No entanto, segundo dados fornecidos pelo IBGE, a taxa de desemprego aberto no Brasil em 1989 era de 3,35%, e em 1993 era de 5,32%, segundo dados colhidos na tabela 8. (<http://www.geocities.com/Paris/Rue/5045/empredo.htm>)

TABELA 7 – INDICADORES DO NÍVEL DE EMPREGO

Discriminação	1989	1990	1991	1992	1993
Nível de Emprego (var %) 1/	2,90	-3,98	-2,50	-2,84	0,68
Ind. De Transformação	2,30	-8,03	-4,44	-5,18	0,75
Comércio	4,84	-2,21	-4,62	-3,26	1,86
Serviços	3,14	-2,16	-1,17	-1,73	0,97
Construção Civil	-1,95	-8,15	-1,80	-4,51	-1,87
Taxa Média de Des. Aberto	3,35	4,28	4,83	5,76	5,31
Rio de Janeiro	2,76	3,50	3,59	4,03	4,07
São Paulo	3,44	4,55	5,52	6,51	5,73
Belo Horizonte	3,39	4,09	4,11	4,80	4,46
Porto Alegre	2,58	3,72	4,34	5,51	4,01
Salvador	4,37	5,39	5,91	6,76	6,61
Recife	5,31	5,65	5,90	8,46	8,91

Fonte: Ministério do Trabalho e IBGE

O comportamento do mercado de trabalho, em 1992, sofreu forte influência da sensível retração da atividade industrial, o que proporcionou uma elevação na taxa de desemprego. O motivo que levou a esta retração foi o ajuste estrutural que se processou no setor produtivo, com o objetivo de melhoria da qualidade e da produtividade, fato este que envolveu um novo processo de racionalização de custos, que afetou sobremaneira o nível de emprego.

Confrontando os dados fornecidos pelas tabelas 7 e 8, verificamos que apesar do nível de emprego ter estado ascendente, no período considerado, o índice de desemprego aberto seguiu o mesmo sentido.



TABELA 8 – DESEMPREGO ABERTO NO BRASIL

Período	Taxa %
1989	3,35
1990	4,28
1991	4,83
1992	5,97
1993	5,32

Fonte: IBGE

### 2.3.2.5 Dívida Externa

O Brasil está sob o controle, em suas entranhas, de um poderoso predador que corrói a economia: a dívida externa. No entanto, ela não está sozinha. Está presente também a dívida interna, formando um par que é o mais importante causador da estagnação em que se encontra o país. Isto porque causam a paralisação das empresas, contribuindo com o desaparecimento de empregos e proporcionando um aumento da miséria e da exclusão social, sob a alegação de que “faltam verbas”, pois os pagamentos dos juros e amortizações precisam ser pagos pontualmente.

Esta dívida, tal qual um tumor cancerígeno, parece que está com metástase, pois não para de crescer, senão vejamos. Em 1980 a dívida total era de US\$64,244 milhões, saltou para US\$105,125 milhões em 1986 e no ano de 1990 sofreu novamente um incremento e atingiu o patamar de US\$121,952 milhões. O Brasil no entanto, já pagou, a título de juros e amortizações, no período compreendido entre 1980 e 1990, US\$155,027 milhões. Ou seja, a dívida era de US\$121,952 milhões, já pagamos US\$155,027 milhões e continuamos devendo US\$121,952 milhões.

Fazendo um estudo mais amplo do endividamento brasileiro, observando os dados a partir da implantação do Regime Militar, iniciado em 1964, constatamos que a dívida externa brasileira era praticamente irrisória, se comparada com a situação de hoje: ela girou em torno de 3 bilhões de dólares durante quase toda a década de 60. (<http://www.tpabramo.org.br./lermais/propostas.htm>)

O aumento do endividamento foi acelerado a partir do primeiro choque do petróleo, e teve um substancial incremento a partir do segundo choque do petróleo e do choque dos juros externos. Isto gerou um processo inercial, em que o

endividamento passou a ser estimulado com o aumento dos custos da própria dívida e da deterioração dos termos de troca.

No início da década de 70, a maior parte da dívida externa brasileira era constituída por dívida das empresas privadas, nacionais e multinacionais. Entretanto, no final daquela década, uma parte substancial da dívida havia sido convertida em dívida externa estatal. O que proporcionou esta conversão da dívida, de privada para estatal, foi o estímulo ofertado pelo governo às empresas privadas a tomarem empréstimos externos, pois receberiam o aval da União.

O estímulo ao empréstimo externo, a ser adotado pelas empresas privadas, era defendido pelo então ministro da Fazenda, Antonio Delfim Neto. O objetivo era acumular um volume de reservas no Banco Central, com a finalidade de garantir as importações necessárias para o crescimento industrial e, posteriormente, exportar os produtos manufaturados, proporcionando, com essas exportações, condições para o país saldar as dívidas contraídas no exterior (Lacerda, 2000. 113)

Entretanto, ocorreu mais um fator exógeno que alterou significativamente este propósito, que foi a elevação drástica das taxas de juros, elementos esses que agravaram sensivelmente o problema da dívida. Esta havia sido contratada pelas empresas privadas a taxas flutuantes, induzidas pelo fato de que no início dos anos 70 tais taxas eram irrisórias. Quando chegou o momento de saldá-las, elas haviam se transformado em dívidas estatais e o país, para obter condições de honrar esses pagamentos, passou a emitir um elevado volume de Títulos Públicos, pagando uma taxa de juros maior que as taxas internacionais. O objetivo da venda desses títulos era o de obter dólares, para que de posse dos mesmos pudesse abater parte dos juros e parcela do principal da dívida externa. Desta feita, o governo brasileiro, havia entrado em uma armadilha, da qual é muito difícil a saída.

A União, no entanto, não tinha condições de honrar o pagamento de juros, e as parcelas não pagas passavam a compor o estoque de dívida externa, fato este que fez aumentar o "Risco Brasil", fazendo com que o parâmetro para as taxas de juros futuras fossem ainda maiores.

A década de 80 iniciou-se com uma luta política para a definição de qual o rumo que seria tomado pela economia. As correntes antagônicas eram as desenvolvimentistas, ou heterodoxas, e as ortodoxas, ou pragmáticas.

Na época a corrente vencedora da disputa foi a desenvolvimentista, e por esse motivo o Ministro Antonio Delfim Neto voltou para a pasta da Fazenda e tentou reeditar o “milagre econômico”. Porém dessa vez não teve o sucesso almejado, pois foi mais uma vez surpreendido por fatores exógenos, tais como um novo choque do petróleo, acrescido ao choque dos juros externos e da recessão mundial, o que o transformou em gestor de uma política econômica recessiva. (Lacerda, 2000, 133)

Apesar da adoção de uma política recessiva, o crescimento da economia brasileira no ano de 1980 foi surpreendentemente alto - O Produto Interno Bruto cresceu 6,5%. Este crescimento, até certo ponto surpreendente, deveu-se em parte à recuperação da produção agrícola dos problemas climáticos ocorridos nos anos anteriores.

Apesar do crescimento de nosso Produto Interno Bruto, a dívida externa total brasileira já era de 64,2 bilhões de dólares, conforme dados da tabela 13, e o serviço da dívida absorvia 70,11% das receitas de exportação, dos quais 52,83% correspondiam apenas ao pagamento de juros. Devido a esse motivo, a política monetária tornou-se progressivamente restritiva, e foram introduzidas várias medidas de caráter ortodoxo, tais como a imposição de limites ao crescimento de empréstimos de intermediários financeiros, reajuste de tarifas públicas, reduzindo subsídios, etc.

Um agravante para esta situação foi a decretação da moratória mexicana em 1982, que associada à deterioração das contas externas brasileiras dificultaram ainda mais o financiamento do déficit. As reservas internacionais tiveram uma redução de 57,77% com relação ao ano de 1980, ou seja estavam em apenas US\$3 994 milhões. A nossa dívida externa total já perfazia 85,3 bilhões de dólares e o serviço da dívida absorvia 102,25% das receitas de exportação. Ou seja, estávamos recebendo pelas exportações menos do que necessitávamos para atender aos encargos do serviço da dívida.

Vejamos agora qual era a situação na metade da década de 80, mais precisamente em 1985, quando mais uma vez houve a mudança do governo. A nossa dívida externa total tinha evoluído para US\$105,125 milhões, ou seja, havia crescido 61,11% desde o início da década. e o serviço da dívida estava correspondendo a 49,89% com relação às receitas de exportação. Nossas reservas



internacionais haviam evoluído para US\$11,608 milhões, ou seja, haviam crescido 197,92% com relação ao início da década.

No ano de 1989, conforme a tabela 9, a nossa situação era a seguinte a nossa dívida externa total havia alcançado o patamar de US\$115,096 milhões. Havíamos incrementado a nossa dívida com relação ao início da década em 179,15%. No entanto, os serviços da dívida externa agora absorviam 37,28% com relação às receitas de exportação.

Analisando a participação das exportações com relação à dívida total, podemos constatar que no ano de 1980 as exportações correspondiam a 31,34% da dívida total, e no ano de 1992 esta participação havia caído para apenas 26,9% da dívida.

Estes dados comprovam a necessidade de incrementarmos o setor exportador, para tentarmos reduzir a nossa dívida externa.

**TABELA 9 – INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO (US\$ milhões)**

Discriminação	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Serviço da dívida	14115	17800	20630	12615	13070	12793	13762	9762	19377	12819	8284	12000	12500
Amortizações 1/	6658	7495	8079	2612	2135	2275	3700	4219	5541	5582	4465	5300	6600
Juros Brutos	7457	10305	12551	10003	10935	10518	10062	5543	13836	7237	3819	6700	5900
Dívida Registrada (A)	53847	61411	70197	81319	91091	95857	101759	107514	102555	99285	96546	92996	110400
Reservas Internacionais (B)	6913	7507	3994	4563	11995	11608	6760	7458	9140	9679	9973	9400	23800
Dívida Líquida (C) = (A-B)	<b>46934</b>	<b>53904</b>	<b>66203</b>	<b>76756</b>	<b>79096</b>	<b>84249</b>	<b>94999</b>	<b>100056</b>	<b>93415</b>	<b>89606</b>	<b>87496</b>	<b>83596</b>	<b>86600</b>
Dívida Não-registrada (D)	10397	12552	15108	12237	10948	9268	9286	13660	10914	15811	26282	30914	23800
Dívida Total (E) = (A+D)	<b>64244</b>	<b>73963</b>	<b>85303</b>	<b>93556</b>	<b>102039</b>	<b>105125</b>	<b>111045</b>	<b>121174</b>	<b>113469</b>	<b>115096</b>	<b>122828</b>	<b>123910</b>	<b>134200</b>
Exportações	20132	23293	20175	21899	27005	25639	22349	26224	33789	34383	31414	31600	36100
PIB 2/	161702	170509	181996	181434	199456	223167	244463	262381	272865	295114	296742	410300	417400
Serviço da Dívida/Exportações (%)	70	76	102	58	48	50	62	37	57	37	26	38	35
Serviço da Dívida/PIB (%)	8,73	10,44	11,33	6,95	6,55	5,73	5,63	3,72	7,10	4,34	2,78	3	3
Dívida Total/Exportações (%)	319	318	423	427	378	410	497	462	336	335	391	392	372
Dívida Total/PIB (%)	39,72	43,37	46,87	51,56	51,16	47,10	45,42	46,18	41,58	39,00	41,09	30,19	32,18

1/ Exclui pagamentos em moeda nacional. Não estão consideradas as amortizações refinanciadas a partir de 1983.

2/ PIB no ano base 1985=100, convertido pela taxa média de câmbio. Consideram-se as taxas de crescimento real do PIB e a inflação nos Estados Unidos.

Fonte: Relatório do BACEN - 1992.

### 2.3.2.6 Dívida Interna

O modo pela qual a dívida interna evolui é por intermédio de emissão de títulos. O organismo governamental utilizado para tal finalidade é Tesouro Nacional que, como caixa do governo, capta recursos por intermédio de emissão primária de títulos, para execução e financiamento das dívidas internas do Governo.



Toda entrada líquida de moeda estrangeira no país é comprada pelo Banco Central, que repassa aos proprietários o valor equivalente em reais. Para consegui-los, e também para contornar os riscos de inflação, o governo vende títulos no mercado e toma reais emprestado, aumentando, desse modo, a dívida pública interna.

A emissão de títulos públicos da dívida, antes de 64, não se constituía instrumento corrente de financiamento governamental. Foi somente após a adoção dos mecanismos de correção monetária e à volta do crédito externo que o governo pode recorrer à emissão de títulos da dívida interna.

A partir dos dois últimos anos da década de 60 até os três primeiros anos da década de 70, o Brasil passou por um período de intenso crescimento de seu Produto Interno Bruto e da produção industrial, resultante do grande crescimento do comércio mundial e dos fluxos financeiros internacionais. Esse período ficou conhecido como “*o milagre econômico brasileiro*”. Proporcionou grandes benefícios para as classes de maior renda, pois a renda concentrou-se ainda mais, o que concorreu para o agravamento de todo o quadro social do país. (VASCONCELLOS, 1996, p.187 a 192)

A dívida interna brasileira vinha se mantendo em um patamar de 8% do PIB até 1979, quando ocorreu o segundo “choque” do petróleo em 1979, seguido pelo “choque” dos juros em 1982.

Como grande parte da dívida externa brasileira havia sido contraída com base em taxas de juros flexíveis, a elevação das taxas de juros mundiais aumentou o custo tanto de novos empréstimos, como também da dívida ainda não liquidada. (Baer, 1996, p 110)

Desde a década de 70, a maior atração para a captação de capitais estrangeiros, tão necessários para o pagamento de nossa dívida externa, tem sido a taxa de juros várias vezes superior às taxas de juros internacionais.

Ao analisarmos a evolução da dívida interna brasileira no período de 1982 a 1989, partindo dos dados elencados na tabela 10 a seguir, constatamos que no período considerado a dívida interna vem em ascensão. Ou seja de US\$38 534 milhões em 1982, chegou a US\$ 100 823 milhões em 1989, tendo portanto crescido

261,65% num período oito anos. Enquanto que o PIB cresceu apenas 162% no mesmo período

TABELA 10 - DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (US\$ milhões)

Discriminação	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Governo Federal e Banco Central	7813	8567	15285	16964	19073	10576	13042	37916
Governos Estaduais e Municipais	11470	9020	9845	11300	13544	16453	17724	24076
Emp. Estatais e Ag. Descentralizadas	19251	17200	17233	20820	25783	33525	37890	38831
Dívida Interna Total	38534	34787	42363	49084	58400	60554	68656	100823
Dívida Líquida Total do Setor Público	86625	96776	105467	118998	140207	152507	152923	188542
PIB a preços correntes	181996	181434	199456	223167	244463	262381	272865	295114

Fonte: Relatório do Banco Central do Brasil/1989

### 2.3.2.7 Inflação

O processo inflacionário brasileiro tem sido estimulado, alternadamente, com a elevação dos preços provocados por uma demanda comprimida, o que acarreta um estímulo para a elevação dos preços, e por pressões provocadas por elevações bruscas nos preços do petróleo, reivindicações de aumentos salariais, etc.

Essas duas formas de inflação acarretam um aumento acentuado do déficit público, pois o governo, tentando fazer face às suas despesas, acaba recorrendo a um aumento na emissão de moeda. Isto leva a um certo descontrole da política monetária, motivada pelas expansões excessivas ou bruscas do crédito bancário e por desordenados aumentos salariais.

Quase ao término da primeira metade da década de 60, mais precisamente no ano de 1964, o Brasil, como é de conhecimento generalizado, sofreu uma transição no seu regime de governo, e passou ao regime militar.

Um dos principais objetivos deste novo regime foi a eliminação do processo inflacionário que estava se manifestando agudamente. A inflação chegou a atingir uma taxa anual superior a 100% em abril daquele ano.

Este governo procurou também acelerar a modernização dos mercados de capitais, com o intuito de incrementar a poupança interna e incentivar investimentos para setores da economia que o governo considerava essenciais.

Além disso, procurou atrair o investimento estrangeiro para o país com o objetivo de expansão da capacidade produtiva e de infra-estrutura.

A adoção de tais medidas levou o país à estagnação, que perdurou até o ano de 1968

Outro elemento importante a ser destacado é que o esforço em manter a política de substituição de importações concorreu para que o Estado elevasse seus dispêndios acima de suas reais possibilidades. Existiam, então, as mais variadas formas de subsídio ao setor privado, uma expansão excessiva de crédito, além de volumosas transferências de recursos para as empresas estatais.

Os aumentos salariais, com índices superiores ao do crescimento da produtividade, provocados na maioria das vezes por poderosos sindicatos, monopólios ou oligopólios, associados aos reajustes dos preços de bens e serviços públicos, também foram elementos que concorreram para que o processo inflacionário ficasse mais aguçado.

A escalada inflacionária foi acelerada com a crise do petróleo. O preço do barril de petróleo, no primeiro choque em 1973, foi quadruplicado, e o Brasil naquela época importava mais de 80% do petróleo que consumia. Apesar do governo incentivar a produção de produtos exportáveis, com o intuito de atenuar o extraordinário declínio das relações de troca do país, não obteve êxito, devido à rápida expansão da dívida externa.

O segundo choque do petróleo em 1979 contribuiu novamente para acentuar o declínio das relações de troca, devido à fragilidade dos preços dos bens primários exportados, juntamente com a elevação das taxas de juros internacionais (Baer, 1996, p 104 a 110).

Esses elementos, associados ao impacto provocado por fatores climáticos, que interferiram na produção agrícola nos anos de 1978 e 1979, tais como secas e geadas, contribuíram significativamente para a criação de pressões inflacionárias adicionais significativas.

O processo inflacionário, que já vinha em ritmo acelerado desde meados da década de 70, acentuou-se ainda mais a partir do início dos anos 80.

Visando conter o processo inflacionário, em fevereiro de 1986, o governo anunciou um programa de estabilização de caráter “heterodoxo”, que passaria a ser denominado “Plano Cruzado”. Este programa tinha como objetivo interromper de



imediatamente o processo inflacionário, que parecia estar fugindo do controle. (Baer, 1996, p 163)

Como podemos ver na tabela 11, em 1985 o Índice Geral de Preços (IGP) havia atingido uma variação de 235,1%. O instrumento utilizado, no entanto, teve duração efêmera, pois ao final do mesmo ano a inflação ressurgiu com força redobrada. Em 1987 a variação do IGP já atingia a 415,8%, e em 1989 continuou a crescer, atingiu 1 782,9%. Em 1991 decresceu e atingiu 480%, voltando a crescer em 1992, quando atingiu 1 160%

O Plano Cruzado impôs as seguintes medidas: um congelamento geral dos preços finais dos produtos; um congelamento, seguindo-se a um reajuste que fixou os novos salários reais com base na média dos seis meses anteriores mais 8%, e 15% para o salário mínimo; aplicação da mesma fórmula a aluguéis e hipotecas, sem o aumento de 8%; um sistema de reajuste salarial, que assegurava um aumento automático, a cada vez que o índice de preços ao consumidor tivesse aumentado 20% em relação ao reajuste anterior, ou a partir da data base anual de cada categoria trabalhista; proibição de cláusulas de indexação em contratos com menos de um ano; e criação de uma nova moeda, o cruzado, que substituiu o antigo cruzeiro (Cz\$1 igual a Cr\$1 000,00). (Baer, 1996, p.166 a 167)

A implantação do Plano Cruzado, vindo precedido de uma inflação que parecia cada vez menos controlável, fez com que a população se reunisse em torno do presidente. Uma boa quantidade de cidadãos passou a servir voluntariamente, como os “fiscais do Sarney”, com o intuito de informar sobre as transgressões ao congelamento. No entanto, algumas semanas após a implementação do plano, surgiram problemas que se agravaram rapidamente. (Baer, 1996, p 167 e 168)

TABELA 11 – VARIAÇÃO ANUAL DO ÍNDICE DE PREÇOS (IGP)

Anos	1964	1970	1975	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Taxas	90,5	19,8	27,9	100,2	109,9	95,4	155	220,6	235,1	65,0	415,8	1037,6	1782,9	1476,6	480,0	1160,0

Fonte: Relatório do BACEN diversos anos

O fracasso do “Plano Cruzado” pode ser atribuído a muitas causas. No entanto, a mais importante foi o aumento salarial concedido no seu início, que proporcionou uma intensificação na demanda agregada, em uma época que a economia já estava aquecida. O congelamento interrompeu o funcionamento do



mecanismo de preços e apanhou muitas empresas numa posição de preços relativos muito desvantajosa.

Em novembro de 1986, o governo, visando esfriar o ímpeto pelo consumo, anunciou um outro programa de ajuste, que foi denominado de Cruzado II. O objetivo era o alinhamento de preços de produtos de consumo da “classe média” e o aumento dos impostos que incidiam sobre eles. Restituíram-se as minidesvalorizações cambiais, e lançaram-se novos incentivos fiscais para poupadores, medidas essas que visavam esfriar o consumo.

A consequência dessas medidas foi o recrudescimento da inflação. No entanto, isto gerou grave instabilidade nos mercados financeiros internos brasileiros e os salários aumentaram quando o mecanismo automático começou a funcionar.

Os custos econômicos proporcionados pelo fracasso do Plano Cruzado foram bastante desfavoráveis: as perdas das reservas internacionais, que levaram à moratória dos juros; o desagradável ressurgimento inflacionário no final do ano; e o brusco declínio no poder aquisitivo do trabalhador, fatos estes que levaram a uma incipiente recessão na primeira metade de 1987. (Baer, 1996, p. 185)

#### **2.4. A última década do século XX**

A década de 90 foi muito significativa para a economia mundial. Os governos dos países socialistas, um tanto relutantes, abraçaram o capitalismo, vendendo as empresas que haviam nacionalizado, e tentando atrair empresas multinacionais para se fixarem em seus países.

Todo este processo de transição é decorrente da constatação de que seus governos não poderiam continuar pagando a conta da expansão do “estado de bem-estar social”, reconhecendo que o governo não pode ser a solução de todos os problemas.

O temor, no entanto, é que com a “vitória” do capitalismo há um alto preço exigido pelo mercado a seus participantes, pois o Estado deixa de protegê-los e a economia está cada vez mais globalizada, ignorando as fronteiras nacionais.

A tênue linha onde deve ficar a fronteira entre o Estado e o mercado tem sido objeto de diversas discussões, constituindo uma das maiores inquietações do

final do século XX. No entanto, ela não é clara e nem bem definida. Contudo, na maior parte do século XX, o Estado permaneceu constantemente em ascensão, abraçando boa parte do mercado.

Os países industrializados também foram impulsionados pela economia do “bem-estar social”, buscando uma maior segurança e desenvolvimento. Para isso os governos tiveram que ampliar as suas responsabilidades e obrigações. Acreditou-se, e em alguns casos ainda acredita-se, que o conhecimento dos órgãos governamentais, baseado no planejamento centralizado, seja superior à economia de mercado.

O governo deveria controlar os elementos estratégicos e suas principais indústrias e empresas. O avanço do controle estatal parecia inexorável.

Com a debilidade da maioria das economias logo após a Segunda Guerra Mundial, parecia que somente os governos poderiam reunir recursos suficientes para reconstruir as nações que haviam sido devastadas.

Os anos 60 pareciam provar que os governos poderiam dirigir suas economias com efetividade, sendo que na década de 70 o tipo de economia “mista” e os governos continuavam expandindo-se.

Voltando novamente um pouco no tempo, e observando o que o eminente economista John Maynard Keynes escreveu em 1936, na sua famosa *“Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro”*, vemos que

(...) as idéias dos economistas e dos filósofos políticos, estejam elas certas ou erradas, têm mais importância do que geralmente se percebe. De fato, o mundo é governado por pouco mais do que isso. Os homens objetivos que se julgam livres de qualquer influência intelectual são, em geral, escravos de algum economista defunto. Os insensatos, que ocupam posições de autoridade, que ouvem vozes no ar, destilam seus arrebatamentos inspirados em algum escriba acadêmico de certos anos atrás. Estou convencido de que a força dos interesses escusos se exagera muito em comparação com a firme penetração das idéias. É natural que elas não atuem de maneira imediata, mas só depois de certo intervalo. (...) Porém, cedo ou tarde, são as idéias, e não os interesses escusos, que representam um perigo, sejam para o bem ou para o mal. (Keynes, 1983, p.259)

Porém se são os economistas e outros pensadores os que têm as idéias, são os políticos os que as põem em prática.

Falando de liberdade, vamos abordar o tema neoliberalismo, que é uma variante do liberalismo clássico do século dezenove, quando o imperialismo inglês,

entre outros, usou a ideologia da competência e do livre comércio para justificar seu próprio colonialismo.

No entanto, o movimento dos trabalhadores nos anos trinta e as lutas anticoloniais acabaram com o liberalismo clássico, porém foram contidos com a adoção do Keynesianismo: o estado do bem-estar social e desenvolvimento.

O neoliberalismo tem sido promovido e implementado por algumas das maiores e mais poderosas instituições do mundo, entre as quais podemos destacar o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. As comissões de especialistas e as agências governamentais acolhem um exército internacional de arquitetos, planejadores e apologistas neoliberais. (<http://www.fundap.sp.gov.br/into/gleba05.htm>)

O neoliberalismo é igualmente uma ideologia e uma estratégia. Ele possui muitos pseudônimos: "Thatcherismo", "Reaganismo", "monetarismo", "economia neoclássica", e "ajuste estrutural". A ideologia do neoliberalismo é o "culto" do mercado e à subordinação de todos os atores econômicos a suas demandas, individuais e do governo. A estratégia da economia neoliberal inclui a privatização, diminuição dos gastos com o bem-estar social, ataque aos sindicatos, liberdade da mobilização do capital, livre comércio. (<http://www.terra.com.br/voltaire/atualidade/neoliberalismo.htm>)

A economia neoliberal tem a tendência de enriquecer os grandes negócios. Muito especialmente as empresas multinacionais, dedicadas fundamentalmente à especulação financeira. O único objetivo que as inspira é o de aumentar seus já astronômicos lucros, empobrecendo, assim, os trabalhadores, os agricultores, a classe média e os pequenos comerciantes.

Para tornar possível o aumento de seus lucros, as grandes corporações internacionais adotaram medidas que são apresentadas a todos os países com o nome de "políticas de ajustes". Estes conjuntos de medidas sugerem que os países abram as suas portas para que possam ser realizados grandes negócios, principalmente com os países mais desenvolvidos e detentores de tecnologias de ponta.

Estes negócios é que são conhecidos como políticas neoliberais e se utilizam sempre, para poder se implantar, das mais expressivas formas de propaganda. De acordo com estas propagandas, as medidas são imprescindíveis, porque são produtos da globalização, do avanço das tecnologias de ponta, da



revolução da informática, da agilidade das telecomunicações e das transações em tempo real. Elas significam o triunfo definitivo da iniciativa privada, a demonstração do fracasso de qualquer medida socializante, da bobagem da existência de um Estado intervencionista, da conveniência da flexibilização do trabalho.

No entanto, permanecem as seguintes perguntas: Quais são os ditos avanços científicos que determinam a forma de distribuir as riquezas entre os homens? Em que sentido a agilidade das telecomunicações tem contribuído para aplacar a fome dos países mais pobres? Quais os benefícios que a flexibilização do trabalho trará para o bem-estar do trabalhador? Será que a tão apregoada “globalização” responderá satisfatoriamente essas perguntas, tornando a vida das classes menos privilegiadas melhor, com a distribuição mais equitativa das riquezas?

## 2.5. GLOBALIZAÇÃO

A globalização da economia está associada às idéias de estabilização econômica, abertura comercial, mobilidade de capitais e desestatização. Essa proposta é tida como um novo processo de desenvolvimento do capitalismo.

Na prática, porém, o que está acontecendo é algo diferente. Ao invés de promover o desenvolvimento, essa doutrina de abertura global dos mercados e do afastamento do Estado do processo de formulação de políticas está promovendo a centralização do capital nas mãos de corporações transnacionais, banqueiros e grandes especuladores.

BARAN, em seu livro editado em 1956, já afirmava que:

Ao findar o século XIX, a primeira fase da industrialização do mundo ocidental chegava ao fim. (...) A concentração e a centralização do capital fizeram enormes progressos e a grande empresa passou a ocupar o centro da cena econômica, deslocando e absorvendo a pequena empresa. Destruindo violentamente o mecanismo competitivo que regulava (para melhor ou para pior) o funcionamento do sistema econômico, a grande empresa tornou-se a base do monopólio e do oligopólio – os caracteres distintivos do capitalismo moderno (...). O harmonioso movimento de capitais das nações desenvolvidas para as menos desenvolvidas – que se supunha ser orientado pelo motivo de lucro – assumiu, na realidade a forma de acirradas lutas por áreas de investimentos, por mercados e fontes de matérias primas. A penetração das áreas atrasadas e coloniais pelas potências ocidentais – penetração que, esperava-se, deveria levar bênção da civilização ocidental aos quatro cantos do globo – significou, na realidade, impiedosa opressão e exploração das nações subjugadas. (BARAN, 1984, p.38/39)



A política neoliberal impõe taxas de aplicações especulativas mais atrativas que as de investimentos produtivos. Essa lógica da globalização, que converge para a especulação, transforma os países em uma mesa de jogo. Isso fragiliza a economia, que perde competitividade, e as empresas começam a apresentar alto grau de debilidade.

Apresentar a competitividade global como o caminho para a construção do futuro dos povos dependentes denota cínica perversidade, uma vez que os reais objetivos são precisamente contrários aos anunciados.

Tal regra torna praticamente impossível à maioria dos países dependentes utilizar suas vantagens comparativas, por mais estratégicas que sejam, em benefício da competitividade de suas empresas e países.

A competitividade tão alardeada pela globalização, no entanto, parece uma farsa. É quase impossível aos países dependentes tornarem-se competitivos em setores dominados globalmente por oligopólios com tecnologia mais evoluída. Isto fatalmente provocará a falência de algumas empresas, o que levará a inevitáveis dispensas de trabalhadores e funcionários.

Isso leva ao que chamam desemprego estrutural, provocado supostamente pelo avanço tecnológico e pela falta de qualificação dos trabalhadores, levando-os a perderem sua condição de vida. Estes irão procurar sobreviver exercendo outras atividades, embora cada vez com maior dificuldade.

Na realidade, o que pesa na dinâmica do desemprego estrutural são os interesses dessas corporações. Como elas administram os fatores de produção dos países dentro do que chamam livre mercado, ficam com plena liberdade para decidir como desejam que seja a forma de produção.

Um fato a destacar é que o desemprego “estrutural” não produz os mesmos efeitos nos países centrais e nos dependentes. Nestes, ele se apresenta sem alternativas, pois os efeitos deste processo são muito mais graves e cruéis, muito embora naqueles provoque males que já tinham sido superados no passado, como fortes pressões internas e também a intensificação da imigração, em busca de trabalho. Isto está levando ao ressurgimento do racismo contra trabalhadores estrangeiros, além do desemprego em faixas crescentes da própria população.

Apesar de tantos percalços, o fenômeno “globalização” na verdade não é um fato novo. Na época das grandes descobertas, já estava em vigência tal fenômeno, pois poucos países dominavam o planeta e implantaram seu colonialismo.

Hoje em dia, ao admitirmos que a “globalização” seja um fenômeno novo, caracterizado por crescentes e intensas relações econômicas de todos os países, não existem razões para que este novo estado de coisas não venha promover o desenvolvimento das forças produtivas; ou que venha necessariamente afetar negativamente o objetivo de promover, ao conjunto de habitantes de nosso planeta, os benefícios das conquistas de conhecimento que o homem vem obtendo ao longo de sua história.

O problema surge porque, para iniciar a “globalização” como uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo, há a necessidade de destacar que este é um sistema que repousa na divisão de classes e na desigualdade, o que não nos deixa pensar em um fenômeno neutro. A “globalização” é, na realidade, um produto do neoliberalismo, cuja hegemonia hoje está sujeita à ordem econômica mundial.

A “globalização” é um fenômeno abstrato, uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo. É a expressão atual da tendência permanente, prevista por Marx, à concentração e à centralização do capital.

No entanto, se considerarmos a “globalização” como um processo onde o desenvolvimento econômico e os avanços técnicos permitem maiores intercâmbios de mercadorias e serviços entre os países, e, neste contexto, a existência da liberalização e abolição de barreiras comerciais, isto pode levar a um elevado grau de internacionalização. (<http://www.rebellion.org/economia/pmontes210301.htm>)

Há de se considerar também o desenvolvimento da esfera financeira, que tem demonstrado que o capitalismo está entrando em uma nova era. A mobilidade absoluta dos capitais, combinada com os avanços da informática e das comunicações, têm convertido o mundo em um único centro financeiro, com uma massa enorme de capitais deslocando-se e especulando por todo o mundo.

O peso das multinacionais está fora de discussão. É esmagadora a percentagem que dispõem da produção, dos investimentos no comércio mundial, se bem que por um processo vertiginoso de fusões, alianças e absorções que estão se concretizando em todos os setores em escala mundial – bancos, seguros,

comunicações, informática, automobilística, indústria química, farmacêutica, energia, etc. Realmente nada escapa a este processo de concentração, sendo difícil se fazer um retrato fixo de sua importância.

Agora que já abordamos o período de transição, abordaremos no próximo capítulo o Plano Brasil Novo.

### 3. O PLANO BRASIL NOVO

O Plano Brasil Novo veio à tona porque a maioria da população brasileira vivia a certeza de uma crise. A convivência com um processo hiperinflacionário, com mecanismos institucionais de amortecimento e preservação dos valores patrimoniais, transformava a todos, obrigatoriamente, em especuladores.

Este fato fazia com que aumentasse sobremaneira a desconfiança na moeda nacional. Isto proporcionava uma perda progressiva da capacidade do Estado em fazer com que a política econômica atendesse às expectativas dos agentes econômicos.

Ele trazia em seu bojo o diagnóstico de que o processo inflacionário estava sendo sustentado pelo desequilíbrio orçamentário, e realimentado pelo processo de indexação que a economia vinha sofrendo. Tendo em vista este diagnóstico, o governo implementou, simultaneamente, dois programas: um de ajustamento da economia e outro de reformas estruturais.

Para reduzir imediatamente os índices inflacionários, o governo editou a medida provisória nº. 154, em 15 de março de 1990, a qual relata, em seu artigo 1º, o seguinte: “Ficam vedados, por tempo indeterminado, a partir da data de publicação dessa Medida Provisória, quaisquer reajustes de preços de mercadorias e serviços em geral, sem a prévia autorização em portaria do Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.”

Visando reduzir as despesas correntes do governo, foi iniciada a reforma administrativa, conforme está explicitado na medida provisória nº. 151, de 15 de março de 1990, com o seguinte teor:

Art. 1º. São extintas ou dissolvidas, conforme o caso, as seguintes entidades da Administração Pública federal:

I – autarquias:

Sudeco, Sudesul, DNOS, IAA, IBC;

II – Fundações:

Funarte, Fundacen, FCB, FCP, Pró-Memória, Pró-Leitura, Educar, Fundação Museu do Café.

III – Empresas Públicas

Portobras, EBTU, Embrater;

IV – sociedade de economia mista:

CAEEB, BNCC, Interbrás, Petromisa, Siderbrás, Embrafilme, Cobrapi, Infaz.

Fonte: Diário Oficial da União, 1990, março



Após a extinção dos órgãos públicos, o governo federal voltou-se para a outra maneira de tentar reduzir sua dívida interna, ou seja, procurou desfazer-se de ativos. Para isso começou a adotar a privatização

### **3.1 Privatizações**

Os principais países da América Latina passaram a adotar o processo de privatização no decorrer dos anos setenta. Em muitos países, a opção pela utilização de empresas estatais como instrumento de política econômica levou à ampliação da necessidade de seu financiamento pelo governo. Este fato levou à adoção de iniciativas de privatização, levando à troca patrimonial, relacionada à crise fiscal e ao endividamento público elevado.

No entanto, a privatização na América Latina não é um processo soberano de política econômica nacional: ela está fortemente submetida à pressão dos agentes internacionais, como os credores, o FMI, e o Banco Mundial.

No caso brasileiro, o processo de privatização começou no final da década de 70, quando aumentou substancialmente a concorrência entre a empresa pública e o setor privado pelos recursos de capital – interno e externo – que estavam ficando cada vez mais escassos. As empresas estatais estavam envolvidas em grandes projetos de investimento aos quais o governo dava total apoio. Conseqüentemente a oferta de recursos disponíveis para o setor privado era cada vez mais reduzida.

Um dos primeiros sinais com respeito a privatizações de empresas estatais, com o intuito de controlar a sua expansão, ocorreu em 1979 quando foram criados o Programa Nacional de Desburocratização e a Secretaria Especial para Controle de Empresas Estatais (SEST). Esses primeiros programas, no entanto, não causaram grandes impactos sobre o processo de privatização.

Na primeira metade da década de 80 foram feitas algumas tentativas com o intuito de privatizar algumas empresas estatais. Foram identificadas cerca de 140 empresas privatizáveis. A grande parte das empresas que

poderiam ser privatizáveis eram pequenas ou médias. Destas, vinte foram vendidas no decorrer dos anos 81 e 84. A maioria, no entanto, estava à beira da falência e havia caído nas mãos do BNDES que, então, reorganizou-as com a intenção de revendê-las ao setor privado.

Na segunda metade da década de 80 continuou o processo de privatização. Porém, não houve um esforço para implementar um programa sólido, pois o governo era muito sensível aos grupos de pressão. Entretanto, no período foram privatizadas 18 empresas, que haviam sido revitalizadas pelo BNDES.

O programa adotado no início da década de 90 provou ter dimensão muito maior que os programas anteriores, pois abrangia também a privatização de grandes empresas estatais. Havia o intuito de modernizar a economia brasileira por meio de um processo geral de liberalização.

As maiores esperanças do governo eram que a privatização aumentasse a sua eficiência econômica, pois ajudaria a reduzir o déficit fiscal do Estado. Como a privatização reduz a dívida interna, as pressões sobre os gastos no orçamento do governo iriam decrescer à medida que o serviço da dívida declinasse. E a diminuição da participação do Estado na economia permitiria uma maior alocação de recursos determinada pelas forças do mercado. (BAER, 1995,p.271 a 275)

A abordagem da privatização, partindo das questões de curto prazo e da questão da dívida pública, conduziu a um processo de liquidação de ativos que desconsidera os problemas principais de uma efetiva reforma da estrutura de ocupação setorial da economia.

A decisão de venda depende do contexto de planejamento mais geral em que está inserida e da existência de um conjunto mínimo de diretrizes, do ponto de vista da reestruturação produtiva. O problema reside na sua aplicação arbitrária, segundo uma ótica de desmontagem da produção estatal e maximização dos resultados de curto prazo.

O desenvolvimento do processo de privatização no Brasil envolveu três etapas bem distintas, que podem ser descritas a partir dos conflitos entre três blocos básicos de interesses nele envolvidos: 1) o comando do processo –

BNDES e consultorias, 2) os agentes financeiros e produtivos internos e 3) as forças políticas de oposição no Congresso.

O BNDES foi indicado para o papel de gestor, e no ano de 1991 foi definida a “cesta de moedas” que seriam aceitas para as privatizações, deixando-as ao sabor do mercado, e viabilizando um amplo leque de negócios entre compradores e agentes financeiros. (Lacerda, 2000, p.195)

O fortalecimento do BNDES permitiu o afastamento da burocracia, o que ressaltou a transparência e isenção deste programa. Sendo assim, o banco e as consultorias seriam, em princípio, mais isentos para operar o processo.

No entanto, o BNDES não dispunha de suporte técnico próprio, sendo portanto obrigado a apoiar-se quase que exclusivamente nas consultorias privadas. Isto afastou definitivamente qualquer resquício de planejamento e política industrial, ainda que fragmentária e setorializada.

O governo, por intermédio da medida provisória nº.155, de 15 de março de 1990, deu início ao programa de privatização das estatais, de acordo com os seguintes termos:

Art. 1º. É instituído o PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO, com os seguintes objetivos fundamentais:

I – reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades atualmente exploradas pelo setor público;

II – contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público;

III- permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;

IV – contribuir para a modernização do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia;

V – permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades do Governo; e

VI – contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integram o Programa.”

Art. 9º. Para a execução do PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO fica criado o FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO, de natureza contábil, constituído mediante a vinculação a este, a títulos de depósitos, da totalidade das ações ou quotas emitidas pelas empresas, que sejam de propriedade, direta ou indireta, da UNIÃO e cujas alienações vierem a ser determinadas pelo Presidente da República.”



Para o funcionamento do FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO, o governo emitiu uma outra medida provisória, que veio a complementar a medida provisória nº.155, que é a de nº.157, de 15 de março de 1990, que tinha o seguinte teor:

“Art. 1º. Ficam criados os Certificados de Privatização, títulos de emissão do Tesouro Nacional, com as seguintes características:  
I – nominativos e não negociáveis, exceto com expressa autorização do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento;  
II – sem data de resgate.

Apesar da assertividade do governo, o programa não apresentou resultados concretos no ano de 1990, basicamente em função das dificuldades naturais desse processo, ou seja: a determinação do preço efetivo das ações a serem vendidas, as restrições decorrentes de contratos de dívida externa e o tratamento a ser dispensado a acionistas minoritários.

No entanto, o Programa Nacional de Desestatização (PND), no ano de 1992, conseguiu firmar-se como um mecanismo eficiente de redução do déficit público, passando a ser uma peça fundamental para o redimensionamento da participação do Estado no processo de desenvolvimento econômico.

Até o ano de 1992 haviam sido privatizadas 18 empresas, totalizando US\$4.014 milhões, que foram pagos basicamente com títulos da dívida interna vencida ou a vencer.

Dentre as “moedas de privatização” utilizadas nos leilões efetuados, destacam-se os Certificados de Privatizações (CP), com uma participação de 27% do total; dívidas vencidas de empresas estatais extintas e renegociadas com o Tesouro - DVR (26%); debêntures da Siderbrás – SIBR (19%); Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento –OFND (14%); e Títulos da Dívida Agrária – TDA com 8,4%.

Foram realizados 18 leilões até 1992, vendendo-se o controle acionário de 14 empresas estatais, e a participação acionária em 4.

Das companhias privatizadas, sete pertenciam ao setor petroquímico, três eram do ramo de fertilizantes, cinco do setor siderúrgico e uma dos seguintes setores: material aeronáutico, ferroviário e de navegação, conforme podemos constatar na tabela 12 que segue



Os leilões de privatizações do setor siderúrgico, no triênio 90-92, tiveram os seguintes compradores: o consórcio Bozano Simonsen adquiriu o controle acionário da Usiminas e a CST, utilizando como pagamento os SIBR e DVR respectivamente; o grupo Gerdau adquiriu a Cosinor e a Aços Finos Piratini, utilizando para pagamento os CP, e a Acesita foi adquirida pela Previ, Sistel e Banco Safra que utilizaram o FND.

Observando apenas este setor da economia, podemos notar que o propósito de privatizar, e com isso passar o controle das empresas para o empresariado nacional, estava sendo perfeitamente cumprido

TABELA 12 - PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO  
PRINCIPAIS "MOEDAS" UTILIZADAS NOS LEILÕES DAS EMPRESAS PRIVATIZADAS  
(US\$ milhões)

Sector/ Empresas	DVR	CP	SIBR	OFND	TODA	CEF	CR\$	MYDFA	TOTAL
Sector Siderúrgico									
Usiminas (ordinárias)	205,8	176,3	500,0	191,9	33,6		0,4	4,4	1112,0
Usiminas (preferenciais)	17,8	124,8	37,4	56,0	28,3		0,0	0	264,3
Cosinor		13,6							13,6
Aços finos Piratini	9,7	67,0	23,9		5,7				106,3
CST (1. leilão)	140,1	56,8	5,2	7,2	8,3	77,8			295,4
CST (2. leilão)	26,5	7,3			3,1				36,9
Acesita	75,8	58,9	26,5	152,0	111,6	23,3		2,1	450,2
Sistema Petroquisa									
Petroflex	3,7	145,7	0,8	64,0	1,3				215,5
Copesul	309,0	262,7	76,5	60,4	76,9	4,0		7,7	797,2
Álcalis	33,4	4,5			8,7				46,6
Nitriflex	18,6	7,6							26,2
Polisul	5,5	24,7	2,2		13,1			11,4	56,9
PPH (ordinárias)		25,5						15,3	40,8
PPH (preferenciais)	0,4	18,1	0,0		0,0				18,5
Cia. Brasileira de Estireno	10,9			0,0					10,9
Fertilizantes									
Indag		6,8							6,8
Fosfertil	145,9	27,9			2,9	0,3	0,0		177,0
Goiasfertil	0,4	0,2			12,1				12,7
Outros									
Celma	7,6	8,5	54,0	4,2	16,4				90,7
Mafersa			23,3	25,1					48,4
SNBP			12,0						12,0
Total	1011,1	1036,9	761,8	560,8	322,0	105,4	0,4	40,9	3838,9

Fonte Relatório do BACEN 1992

### 3.2. A Política Fiscal

A década de 90 iniciou com um novo governo. Este teve como norteador de sua política econômica a preocupação com o equilíbrio fiscal, tendo como meta a obtenção de um superávit operacional de 2% do PIB.

No entanto, o superávit real alcançado em 1990 foi de 1,2%. Esse resultado, porém, deveu-se em sua maioria a medidas temporárias, como a cobrança do imposto extraordinário sobre ativos financeiros, a suspensão dos serviços da dívida consumada pelo congelamento dos ativos, e o atraso dos pagamentos do governo aos fornecedores.

Foi o primeiro resultado positivo desde 1982, como podemos constatar na tabela 13 a seguir.

O superávit primário (não financeiro) alcançou 4,5% do PIB no ano de 1990. A carga de juros caiu de 6,0% do PIB em 1989, para 4,3% em 1992. O resultado operacional positivo deveu-se totalmente ao governo central, cujo superávit operacional alcançou 2,2% do PIB. Este foi compensado por déficits operacionais de 0,4% do PIB, no caso dos Estados e municípios, e de 0,6% do PIB, no caso das empresas estatais.

Quando observamos os dados referentes ao ano de 1992, verificamos que tivemos resultado operacional positivo, 2,1% do PIB na União, 0,8% do PIB nos Estados, 0,7% do PIB nos municípios e 0,6% do PIB nas empresas estatais. Já os resultados primários foram negativos.

Visando aumentar a receita, foi instituída a cobrança transitória do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), sobre ouro e ações, com alíquotas bastante elevadas.

Instituiu-se também o imposto de renda sobre transações em bolsas de valores, sobre a atividade rural e sobre o lucro derivado das exportações de manufaturados.

Também foram elevadas as alíquotas do IPI sobre bebidas e alguns bens supérfluos.

O governo procurou, ao mesmo tempo, eliminar vários incentivos fiscais, bem como reduzir alguns gastos. Como havia a impressão de “inchaço”

no serviço público, o governo tentou colocar em disponibilidade ou demitir servidores públicos, vender imóveis funcionais e veículos.

Além de tudo isto, teve-se a medida de maior impacto, que foi o bloqueio de cruzados novos, a qual provocou uma redução drástica da dívida pública financiada diariamente no mercado financeiro.

. Entretanto, em 1992, apresentou um déficit de 2,1%, e a carga de juros voltou a crescer para 4,3% do PIB.

Entretanto, apesar de uma queda da inflação ocorrida logo após o anúncio do Plano Collor I, a inflação começou a subir novamente, aumento esse proporcionado pelo relaxamento dos controles dos preços e salários, e do processo irregular de remonetização.

O governo, tentando conter novamente o processo inflacionário implementou um novo pacote econômico, cuja estratégia consistia na eliminação do *overnight* e num ataque à inflação inercial, por intermédio de um congelamento de salários e preços e na extinção de várias formas de indexação.

TABELA 13 - DÉFICIT OPERACIONAL, PRIMÁRIO E CARGA DE JUROS

	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Déficit Operacional	-6,2	-7,3	-4,3	-2,5	-4,4	-3,7	-5,7	-4,8	-6,9	1,2	-1,4	2,1
União	-1,9	-2,2	-1,0	-1,8	-1,1	-1,3	-3,2	-3,5	-3,9	2,2	-0,3	0,8
Estados/municípios	-1,4	-1,5	-0,3	0,4	-1,0	0,1	-1,6	-0,4	-0,6	-0,4	-1,1	0,7
Empresas estatais	-2,9	-3,6	-3,0	-1,1	-2,3	-1,4	-0,9	-1,0	-2,4	-0,6	0,1	0,6
Déficit primário	nd	nd	1,7	4,2	2,6	1,6	-1,0	0,9	-0,9	4,5	-2,9	-2,1
União	nd	nd	nd	nd	1,6	0,3	-1,8	-1,0	-1,3	2,6	-0,9	-1,3
Estados/municípios	nd	nd	nd	nd	0,1	0,0	-0,6	0,5	0,3	0,2	-1,3	0,3
Empresas estatais	nd	nd	nd	nd	0,9	1,3	1,4	1,4	0,1	1,7	-0,7	-0,6
Carga de juros reais	nd	nd	6,0	6,7	7,0	5,3	4,7	5,7	6,0	3,3	1,5	4,3
União	nd	nd	nd	nd	2,7	1,6	1,4	2,5	2,6	0,4	0,6	2,0
Estados/municípios	nd	nd	nd	nd	1,1	1,0	1,0	0,9	0,9	0,6	0,2	1,1
Empresas estatais	nd	nd	nd	nd	3,2	2,7	2,3	2,4	2,5	2,3	0,8	1,2

Fonte: Relatórios do BACEN de vários anos

O *overnight* deu lugar ao Fundo de Aplicações Financeiras (FAF). Os rendimentos desse fundo deveriam ser baseados numa "Taxa Referencial Diária" (TRD). O objetivo do governo em criar esse sistema, em lugar dos

antigos esquemas de indexação, foi eliminar a “memória inflacionária”, possibilitando que as expectativas de queda das taxas de inflação fossem incorporadas à formação de preços

O governo, na tentativa de melhorar o fluxo de caixa e conter as despesas das empresas estatais, bloqueou em 100% o orçamento do Ministério da Educação, Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social, e 95% dos fundos destinados a investimentos.

A liberação desses fundos passou a depender de aprovação do Ministério da Fazenda. Além disso, constituiu uma comissão subordinada ao Ministério da Fazenda para controlar as empresas estatais, que deveriam reduzir seus gastos reais em 10% até o final de 1991.

Ao analisarmos a tabela 14, verificamos que a receita tributária no ano de 1990 para o conjunto das três esferas de governo teve um bom desempenho, atingindo 27,4% do PIB, bem superior aos 21,9% atingidos em 1989, e aos 23,3% atingidos em 1991. A queda de arrecadação em 1991 foi mais significativa no caso da União.

No início de 1992, ou seja, na primeira metade desse ano, as receitas foram menores do que o programado. As causas foram as contínuas disputas legais quanto ao pagamento de impostos de seguridade social (o FINSOCIAL); as reduções maiores que as esperadas no pagamento de impostos de empresas, para compensar os pagamentos excessivos de 1990; e as quedas na arrecadação de outros impostos, decorrentes da redução da atividade econômica, afluindo também a sonegação de impostos e contribuições sociais.

Isto desencadeou uma reação das empresas à desaceleração da atividade econômica. Afinal, a redução do pagamento de impostos muitas vezes pode consistir numa medida de sobrevivência das empresas face a redução de suas receitas e de seu lucro.



TABELA 14 - CARGA TRIBUTÁRIA E DISTRIBUIÇÃO POR NÍVEL DE GOVERNO

Receta tributária global (% do PIB)			Arrecadação própria (% total)			Receta disponível (% total)		
Total	Tributos Indiretos	Tributos Diretos	União	Estados	Municípios	União	Estados	Municípios
1980 24,7	13,5	11,2	72,8	24,0	3,2	66,2	24,3	9,5
1985 22,5	10,6	12,0	70,4	27,0	2,6	61,0	27,3	11,6
1986 25,3	12,5	12,9	67,1	30,1	2,8	57,0	29,8	13,2
1987 23,3	11,6	11,8	69,9	27,4	2,7	60,7	27,8	11,5
1988 21,9	10,9	11,0	70,2	26,9	2,9	61,3	27,4	11,4
1989 21,9	10,8	11,2	65,4	31,7	2,9	57,3	29,8	12,9
1990 27,4	14,3	13,1	65,8	30,5	3,6	54,8	29,4	15,8
1991 23,3	Nd	Nd	63,6	32,9	3,6	53,2	30,7	16,1

Fonte: APPY, 1993, p. 77

### 3.3 A Crise do Setor Público

O domínio do Estado na economia, que se fez presente no Brasil a partir dos anos 50 até o início da década de 90, não teve origem em um esquema cuidadosamente concebido. Foi resultado de várias circunstâncias que provocaram a intervenção governamental cada vez maior no sistema econômico.

A ampla presença do Estado na economia era encarada como necessária para se atingir um rápido desenvolvimento econômico, por intermédio da industrialização com vistas à substituição de importações.

A partir de meados da década de 70, o modelo de substituição de importações foi sendo gradualmente derrubado. O esgotamento deste modelo de desenvolvimento, até então adotado, passou a requerer uma nova estratégia para que a economia voltasse a ter um novo ciclo virtuoso de crescimento. A estratégia a ser adotada não poderia deixar de repensar o papel do Estado, a fim de se ter condições de adotar um novo modelo de desenvolvimento. Afinal, estavam ocorrendo grandes mudanças na economia internacional.

No decorrer da década de 80, as taxas de crescimento da economia estavam muito tímidas. A pressão social sobre o setor público, juntamente com as distorções do aparato estatal ficaram mais evidentes, mostrando a necessidade de uma reestruturação organizacional.

Os desequilíbrios das contas públicas, provocados pelo descontrole inflacionário, necessitavam ser enfrentados por intermédio da contenção de despesas, acarretando o corte de investimentos e de verbas para a manutenção da máquina pública. Tal fato afetou de forma muito diferenciada os diversos órgãos públicos

A ausência de uma política de estímulo para o mercado de trabalho, devido às limitações do sistema de proteção social, acabou gerando a expansão do emprego público, com o intuito de amortecer a crise social, especialmente em regiões menos desenvolvidas.

Ao longo das últimas décadas, a estrutura organizacional da administração pública brasileira vem sendo sucateada. Uma reforma estrutural precisava ser processada por meio de um maior envolvimento com a sociedade civil em geral, e também de vontade política.

O presidente Collor, logo que assumiu o governo, procurou dar início a uma etapa de reformas estruturais do setor público, por intermédio de um pacote de medidas provisórias.

No que tange à reforma administrativa, a meta inicial do governo Collor era a de enxugamento da máquina estatal, através da demissão de 357 mil servidores e de alterações na composição das ocupações. Segundo a Secretaria de Administração o percentual de funcionários ocupantes de funções catalogadas como “atividade-meio” superava em mais de 100% as catalogadas como “atividades-fim”, e o objetivo era o de inverter esse número.

Um dos grandes entraves encontrado pelo governo foi a heterogeneidade da estrutura salarial no setor público, fato este que dificultava, e ainda dificulta sobremaneira, a adoção de uma política satisfatória para todo o setor.

### **3.4 A Política Agrícola**

A importância do setor agrícola como mecanismo de crescimento econômico no Brasil tem sido demonstrada continuamente. A história brasileira

está repleta de períodos de prosperidade nos quais os produtos agrícolas estão envolvidos, tais como a cana-de-açúcar, a borracha, o café, etc.

A política econômica de industrialização por substituição de importações (ISI) adotada, com certa relutância, na primeira metade do século XX, e com maior empenho, a partir dos anos 50, contribuiu para que o planejamento e as políticas agrícolas fossem colocados em segundo plano, deixando de ser o centro de atenções. Entretanto, a adoção da política de ISI contribuiu para que o setor agrícola fosse levado nas correntes da industrialização, e com isso incorporando a mecanização da agricultura e a liberação da mão-de-obra, elementos esses que levaram a uma modernização significativa.

A industrialização proporcionou a absorção de avanços tecnológicos e a proletarianização da mão-de-obra, fatores esses que permitiram a internacionalização da economia brasileira. Entretanto, a modernização também originou alguns problemas, como o da migração do campo para as cidades.

Durante toda a década de 50, e até a metade da década de 60, as políticas de industrialização continuaram a discriminar o setor agrícola. Mesmo assim, ocorreram notáveis expansões na produção, muito embora ainda com o uso de métodos de cultivo e colheita tradicionais e intensivos em mão-de-obra.

No decorrer da década de 60 o papel da agricultura começou a mudar. Inicia-se lentamente o declínio das dinâmicas taxas de crescimento da era de ISI, mostrando claramente que somente a industrialização não era suficiente para manter o mecanismo de crescimento e desenvolvimento econômico. Conseqüentemente, cresce a produção agrícola para o consumo externo, apoiado pelas extraordinárias mudanças que estavam ocorrendo nos métodos de produção agrícola.

O aumento da produtividade das terras agrícolas existentes, a adoção de tratores, fertilizantes e outros insumos de alta tecnologia levaram à especialização na agricultura, tanto aquela voltada à exportação, quanto a que atende alguns setores do mercado interno. Este fator fez com que os preços



das terras aumentassem, o que acabou contribuindo para a absorção dos minifúndios pelos grandes fazendeiros.

A expansão do setor agrícola em termos de área e de produtividade prosseguiu de forma positiva durante toda a década de 70.

A primeira metade dos anos setenta encerrou um período expansivo da economia brasileira. Mesmo com a crise do petróleo, que afetou fortemente todos os países, o governo brasileiro prosseguiu com determinação na tentativa de continuar em busca do crescimento e do desenvolvimento.

Para que esses objetivos se concretizassem, empreendeu vultuosos investimentos no período 1974/78, especialmente no setor energético, em projetos como o do Proálcool, Programa Nuclear, Hidroelétrica de Itaipu, prospecção de petróleo, etc., procurando com isso complementar a estrutura industrial brasileira. (BAER, 1996, p. 308/318)

Os anos oitenta foram fortemente sacudidos com o problema da inflação ascendente. Porém, o último governo do ciclo militar após o golpe de 1964 prometia dar inteira prioridade à agricultura, associada a estímulos às exportações.

No entanto, a situação econômica do país se agravou após a moratória mexicana, quando o fluxo de capitais externos foi reduzido drasticamente. Este fato levou a equipe econômica a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e apresentar uma série de "cartas de intenções", sujeitando-se às exigências daquele fundo, tais como os arrochos salariais

O intuito do governo era conter o consumo interno, liberando com isso os excedentes, basicamente através do setor agrícola e dos ramos agroindustriais, para fins de exportação.

A política de crédito rural tornou-se claramente expansiva, com preços considerados pelos próprios produtores como adequados. O governo estabeleceu condições diferenciadas para a concessão do crédito rural, favorecendo os pequenos produtores e a produção de alimentos básicos

Porém, os preços voltaram a crescer aceleradamente na segunda metade dos anos oitenta, redundando em fortes pressões inflacionárias, principalmente devido ao mecanismo de indexação.



Para coibir e extinguir o mecanismo de indexação, o governo federal implantou o Programa de Estabilização Econômica (Plano Cruzado) em 1986, que estava apoiado em dois instrumentos fundamentais: a desindexação e o tabelamento de preços.

A desindexação financeira, no entanto, provocou uma expansão sem precedentes dos preços de todos os “ativos reais”, entre os quais estavam os imóveis rurais, rebanhos bovinos e demais estoques de produtos agrícolas. Isto redundou em um aumento brutal do *risco* da agricultura, o que inviabilizou as políticas de preços mínimos e crédito, que vinham sendo adotadas.

Apesar destas adversidades, a década de oitenta proporcionou uma sensível melhoria da distribuição de renda na agricultura.

Na década de noventa, a comercialização da safra agrícola foi novamente atingida em cheio. O seqüestro dos recursos financeiros deixou a maioria dos agricultores com dificuldades para dar continuidade até mesmo às atividades da colheita. Não bastasse isso, a correção dos financiamentos rurais muito acima da política de preços mínimos impediu que os produtores pudessem saldar suas dívidas com os cruzados bloqueados.

O desempenho da economia brasileira em 1990 teve forte impacto sobre o setor agropecuário. A agricultura registrou perdas significativas em relação ao ano anterior, em função, principalmente, de adversidades climáticas e da escassez do crédito para custeio do plantio, como podemos verificar na tabela 15 abaixo.

O governo, atento às dificuldades por que passava o setor agropecuário, procurou implantar, em agosto de 90, as “*Diretrizes de Política Econômica para a Agricultura*”. No entanto, apenas foram implementadas as novas regras para o crédito rural e para os preços mínimos.

No tocante ao crédito rural, a alteração foi a de aumentar a parte do financiamento a ser contratado livremente às taxas de mercado, o que levou o sistema financeiro a praticar uma “taxa média de juros” para os empréstimos rurais mais elevadas que nos anos anteriores.

No que tange aos preços mínimos, houve uma regionalização, de modo a descontar o valor do frete entre os locais de produção e de consumo. Esta

política contrastava fortemente com aquela adotada dez anos antes, de unificação dos preços mínimos, com o intuito de modernizar a imensa fronteira agrícola.

Foi eliminada, também, a correção mensal dos valores fixados, mantendo-se apenas a correção com base na variação da inflação passada na época da aquisição. Isto provocou uma queda ainda maior dos preços pagos aos produtores ao longo do ano de 1990.

TABELA 15 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA – EVOLUÇÃO ENTRE 1990 E 1992

Produtos	1990	Milhões de toneladas	1991	Milhões de toneladas	1992	Milhões de toneladas
	1990/89 (%)		1991/90		1992/91	
Grãos	4,9	-22,2	55,9	15,2	67,6	20,6
Algodão (em caroço)	1,8	-2,1	1,5	14,2	1,3	-9,4
Arroz (em casca)	7,4	-32,8	9,5	27,9	10,0	5,0
Feijão	2,2	-3,3	2,7	22,8	2,8	2,0
Milho	21,3	-19,7	23,6	10,7	30,6	29,3
Soja	19,9	-17,3	14,9	-24,9	19,2	28,4
Trigo	3,1	-44,3	2,9	-5,7	2,8	-4,1
Outros	0,9	-12,0	0,8	9,2	0,9	12,9
Outras culturas						
Banana (em milhões de cachos)	0,6	0,2	554,1	0,6	561,5	1,3
Batata-inglesa	2,2	4,8	2,3	1,5	2,4	6,8
Cacau (amêndoas)	0,4	-9,4	0,3	-9,9	0,3	2,2
Café (em coco)	2,9	-4,2	3,0	3,8	2,6	-14,9
Cana-de-açúcar	262,7	4,0	260,9	-0,7	271,4	4,0
Fumo (em folhas)	0,4	-0,2	0,4	-7,1	0,6	39,5
Laranja (em milhões de frutos)	87,6	-1,6	94,7	8,1	98,4	3,8
Mandioca	24,3	2,8	24,5	0,9	21,9	-10,7
Tomate	2,3	3,9	2,3	3,7	2,1	-9,0
Variação do Produto Real da Lavoura	-	-10,2	-	1,8	-	6,0

Fonte: Relatórios do BACEN – vários anos

O objetivo real da regionalização era o de evitar aquisições significativas por parte do governo, e estimular a transferência das agroindústrias para as proximidades das áreas produtoras. Além disto, o governo estava com falta de caixa para assegurar os recursos necessários, tanto ao crédito rural, como para as aquisições significativas de produtos que permitissem recompor os seus estoques reguladores

A regionalização dos preços mínimos teve vida muito efêmera, especialmente no Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Por força da “bancada ruralista” destas regiões no Congresso, os preços foram unificados, e voltaram a ser reajustados pela inflação passada

Os juros passaram a ter um teto de 12,5% ao ano, e introduziu-se a equivalência em produto para os empréstimos aos pequenos produtores para plantio da cesta básica.

Com o intuito de promover a recuperação dos preços agrícolas, o governo comprometeu-se a utilizar tarifas compensatórias, para reduzir o efeito das importações, e a definir um preço não-subsidiado para liberação dos seus estoques reguladores. A política de estabilização adotada pelo governo foi a principal causa da redução de recursos para a agricultura.

### **3.5 A Política Industrial**

Para falarmos da Política Industrial implementada no governo Collor, não podemos deixar de registrar que na década de oitenta ocorreram importantes transformações a nível internacional, que provocaram redefinições na maneira de produzir e também de competir.

O avanço de novas tecnologias havia sido muito grande, impondo às economias nacionais um desafio fundamental, no sentido de viabilizar a inserção dos países na nova divisão internacional do trabalho. (Lacerda, 2000, p. 185/6)

#### **3.5.1. A adoção de novas tecnologias no mundo**

Os avanço das novas tecnologias, baseadas na microeletrônica, contribuíram para a rápida evolução do crescimento do “complexo eletrônico”, em ritmo muito superior aos das demais indústrias. Essa indústria envolveu uma nova maneira de produzir, que proporcionou aumento de produtividade, melhoria na qualidade, queda de custo da mão-de-obra, flexibilidade, etc.

O Japão foi o país pioneiro na adoção desse novo *paradigma*, que se tornou referência internacional, substituindo o modelo *fordista*, que vinha vigorando desde o pós-guerra.

A adoção dessa nova tecnologia, no entanto, impôs novos requisitos que vieram alterar as bases da competitividade, tais como: uma maior importância para P&D, pois a criatividade e a capacidade de inovação

constituem-se a base fundamental da competitividade das empresas, mudança no perfil das qualificações exigidas, pois passou a existir a necessidade de operários polivalentes; redução dos níveis hierárquicos nas empresas, requerendo com isso uma maior capacidade de coordenação dos níveis superiores, e uma maior interação entre todos os setores das empresas.

A adoção do novo paradigma trouxe, principalmente para os países em desenvolvimento, alguns problemas. Os fatores de competitividade tradicionais, nos quais esses países tinham algumas vantagens comparativas – mão-de-obra barata, recursos naturais abundantes e subsídios/incentivos à exportações – tenderam a diluir-se.

Na realidade, este novo modelo veio em benefício das indústrias mais maduras, ou seja, as que já estão a mais tempo liderando o mercado e são intensivas em capital. Estas indústrias “nobres” são intensivas em conhecimento e podiam, e ainda podem, converter a capacidade tecnológica em vantagem competitiva crucial, inibindo com isso o acesso dos países em desenvolvimento às tecnologias geradas nos países centrais.

Entretanto, os obstáculos apresentados não significam o reconhecimento da total impossibilidade de reverter essa situação. É possível, se não superar todas as dificuldades de acesso às novas tecnologias, ao menos minorar os seus efeitos mais perversos, principalmente sobre aquela parte da população, normalmente muito grande, de excluídos dos benefícios da modernização. (Appy, 1993, p.222 a 227)

### **3.5.2. A política industrial na década de oitenta no Brasil**

O Brasil, após uma década onde imperou o crescimento, adentrou a década de oitenta mergulhado numa crise sem precedentes, devido ao esgotamento do modelo de desenvolvimento que havia sido sustentado na expansão anterior.

O contraste do desempenho entre a década de 70 e 80 evidencia a forte inflexão da trajetória que até então caracterizara a economia brasileira.

Para uma melhor compreensão do que ocorreu na década de 80, algumas observações devem ser enfatizadas:



- a) embora o desempenho industrial durante a década de setenta tenha se apresentado altamente positivo, temos que salientar que ele foi estimulado com o investimento público promovido pelo II PND;
- b) O crescimento positivo observado no indicador de produção industrial na década de oitenta deve-se, em grande medida, ao desempenho da indústria extrativa; a produção da indústria de transformação apresentou-se virtualmente estagnada ao longo deste período;
- c) a evolução da produção industrial não foi linear ao longo deste período. Os setores que “puxaram” o crescimento foram as indústrias de bens de consumo não-duráveis e de bens intermediários, conforme podemos constatar na tabela 16. (Appy, 1993, p 228)

TABELA 16 – INDICADORES DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Discriminação	Par Perc no valor*	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Total	100	7,0	8,5	10,9	0,9	-3,2	3,2	-8,9	-0,7	-4,7	9,6
Extrativa Mineral	2,93	29,9	11,5	3,7	-0,7	0,4	3,9	2,7	0,3	-0,2	1,5
Indústria de transformação	97,07	6,1	8,3	11,3	1,0	-3,4	3,1	-9,5	-0,7	-5,0	10,1
Por categoria de uso											
Bens de Capital	10,10	14,8	12,8	21,6	-1,8	-2,1	0,5	-15,5	-10,7	-12,4	14,9
Bens Intermediários	56,00	10,2	7,2	8,4	1,1	-2,1	2,7	-8,7	1,3	-1,6	6,6
Bens de Consumo	33,90	0,3	9,2	11,0	-5,4	0,7	2,5	-5,3	0,0	-7,1	11,3
Durável	5,90	-7,5	15,4	20,3	-5,4	0,7	2,5	-5,8	4,8	-7,8	41,0
Não-Durável	28,00	2,0	7,8	8,9	1,6	-4,4	4,3	-5,2	-1,2	-6,9	3,9

Fonte. Relatório do BACEN – 1993

Uma das causas da crise em que o país mergulhou na década de oitenta foram os cortes de gastos substanciais, observados nas empresas estatais, no decorrer da segunda metade da década de setenta, afetando fortemente os setores de infra-estrutura e de insumos básicos – energia, transportes, comunicações, etc.

A causa fundamental desses cortes está diretamente vinculada à crise de financiamento do setor público, devido principalmente à deterioração das tarifas públicas e da estatização da dívida externa. Como consequência, gerou-se uma forte recessão interna, que contribuiu para redefinir as condições de desempenho financeiro entre as empresas.

O próprio governo facilitou a sustentação da rentabilidade corrente e a defesa patrimonial da grande empresa, por intermédio de uma política econômica que, em certos casos, até ampliou incentivos e subsídios, destinados a dar suporte ao saneamento financeiro das empresas.

As medidas políticas adotadas levaram a uma recuperação rápida do mercado interno, e induziram à realização de investimentos produtivos, pois inibiram os ganhos financeiros de curto prazo e a expansão do crédito bancário. No entanto esses investimentos foram especialmente liderados por pequenas e médias empresas, pois as grandes empresas continuaram na defensiva, principalmente no tocante a expectativas para os investimentos de longo prazo.

Com o fracasso do Plano Cruzado, os fatores que haviam induzido as grandes empresas a adotarem um comportamento defensivo agravaram-se, devido à instabilidade macroeconômica, a mudanças contínuas nas “regras do jogo” e à expectativa de uma iminente hiperinflação.

Estes elementos tornavam qualquer decisão empresarial de novos investimentos muito arriscada. Isso redundou no envelhecimento das estruturas produtivas, o que levou a uma concentração pessoal e funcional da renda, e à exclusão de parcelas crescentes da população do mercado consumidor.

A paralisia do Estado brasileiro, no decorrer da década de oitenta, quando as nações mais desenvolvidas ingressavam na “Terceira Revolução Industrial”, significou um verdadeiro *retrocesso*. A postura do Brasil ampliou consideravelmente o hiato entre a indústria brasileira e a dos países desenvolvidos, alijando-o dos principais fluxos de geração de riqueza.

O governo brasileiro esteve, durante toda a década 80, com suas atenções voltadas para a estabilização econômica, pois a crise financeira absorveu toda a sua atenção.

### **3.5.3 A política industrial do governo Collor**

A política econômica do governo Collor foi baseada em quatro elementos básicos: a Política Industrial e de Comércio Exterior; o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria Brasileira; o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade e o Programa de Competitividade Industrial.

A proposta central do governo para Política Industrial e de Comércio Exterior era a de implementar um novo padrão de desenvolvimento, capaz de

sustentar a retomada do crescimento em novas bases. Afinal, estava evidente o esgotamento do padrão de desenvolvimento implantado no país desde os anos cinquenta, baseado na proteção do mercado interno, fato este que havia aprofundado o hiato de competitividade entre o Brasil e os países desenvolvidos.

Visando alterar radicalmente a política até então adotada, e identificando o protecionismo como o principal inibidor para a competitividade da indústria brasileira, adotou-se uma política de liberalização, como forma de induzir a modernização da indústria por parte do setor privado.

A política de liberalização do comércio exterior partiu da eliminação das barreiras não-tarifárias às importações - extinguindo-se o Anexo C<sup>4</sup> -, e das isenções/reduções do imposto de importação previstas nos regimes especiais de importação. A implementação dessas medidas tinha como objetivo recuperar as tarifas como instrumento básico de política comercial.

As políticas de atração do capital estrangeiro delegavam-lhe um papel central no novo plano de desenvolvimento, pois haviam sido retirados todos os entraves à sua operação no país.

Para a concretização dessas medidas foram feitas revisões das políticas de informática e de software; na legislação de remessa de lucros e pagamentos a títulos de transferência de tecnologia; elaboração de um novo Código de Propriedade Industrial, que reconhece patentes e marcas; e mudança nas regras de concessão de créditos pelo BNDES.

Ficou estabelecido pelo Ministério da Economia que:

A principal responsabilidade do Estado nesta fase do desenvolvimento industrial brasileiro é garantir a estabilização macroeconômica e a reconstrução de um ambiente favorável aos investimentos em geral, com o estabelecimento de regras claras e estáveis para a vida econômica. Dedicado exclusivamente às suas funções básicas e recuperada sua capacidade de poupar, o Estado deixará de absorver o esforço de poupança nacional, abrindo espaço para que o capital privado exerça plenamente seu papel de principal agente do processo produtivo. ( Fonte: Brasil, Ministério da Economia. Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior, Brasília, 1990 )

---

<sup>4</sup> Anexo C. refere-se a proibição de importações. Listava 3500 produtos que estavam com importações suspensas e havia outros que dependiam da inexistência de similar nacional.



Com respeito à competitividade, as medidas mais importante foram a isenção do IPI na aquisição de máquinas e equipamentos, de fabricação nacional ou importados, e o estabelecimento de canais de negociação com os governos estaduais para isenção do ICMS, além da reformulação das normas de financiamento do BNDES.

No âmbito das exportações foi proposto o financiamento às exportações por intermédio do PROEX – Programa de Financiamento às Exportações, e do Projeto de Modernização dos Portos.

Com respeito à área tecnológica, o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) propõe a conscientização e motivação, desenvolvimento e difusão de novos métodos de gestão, desenvolvimento de recursos humanos, infra-estrutura tecnológica e articulação institucional.

No tocante à educação, foi proposta a realização de uma ampla reforma (abarcando o ensino técnico e superior), adequando o sistema educacional às exigências do processo de modernização industrial.

A modernização do setor industrial brasileiro, partindo-se da condição de que o setor externo deveria ser o núcleo dinâmico do processo de desenvolvimento, era, e é, um tanto problemática.

O nosso país possuía uma estrutura industrial muito diversificada, e não muito dedicada ao comércio exterior. A implementação de alguma estratégia visando o comércio exterior exigia, e ainda exige, uma maior “especialização” Para tal, necessita-se de uma base industrial sólida, e um mercado interno que possa contribuir para estimular o aprendizado tecnológico, o que levaria a gerar melhores condição de competitividade dos produtos fabricados em nosso país.

Um grande obstáculo à implementação da modernização industrial no Brasil é, no entanto, o fato de que o setor industrial é intensivo em mão-de-obra, energia e/ou recursos naturais, além de estar baseado na sustentação de baixos salários, subsídios e manipulação da taxa de câmbio.

No ano de 1990 o desempenho industrial oscilou bastante. Podem ser identificados três períodos distintos



O primeiro, entre janeiro/abril, caracterizado pela desordem e paralisia da atividade produtiva; inicialmente em função das expectativas hiperinflacionárias que marcaram o governo Sarney; e posteriormente em virtude do Plano Collor, que contraiu fortemente a liquidez das empresas.

O segundo, entre maio/agosto, caracterizado pela recuperação da produção industrial, propiciada pelo aumento da demanda, intensificação do processo de conversão de cruzados novos por parte das empresas e pela recomposição dos estoques do comércio.

E o terceiro, entre setembro/dezembro, quando houve uma queda na produção industrial devido à elevação das taxas de juros, contração de gastos públicos, etc., e ao impacto negativo do recrudescimento da inflação nas expectativas empresariais.

O ano de 1991 também foi marcado por dois períodos distintos. No primeiro semestre, o Plano Collor II trouxe impactos positivos na produção industrial, associados à queda de juros, e ao congelamento de preços. O segundo semestre, por sua vez, devido às mudanças imprimidas na condução da política econômica, que passou a ser acentuadamente recessiva, e à frustração das expectativas associadas às mudanças imprimidas na condução da política econômica, que passa a ser acentuadamente recessiva, levou as indústrias a se "ajustarem" a patamares mais baixos de produção

Há a progressiva perda de importância, na produção industrial brasileira, dos setores localizados nos complexos metal-mecânico e químico, à qual se contrapõe o crescimento de setores tradicionais, associados ao padrão de inserção internacional assentado na exportação de *commodities* (agrícola e industriais)

O setor de bens de capital foi, sem sombra de dúvida, o setor mais penalizado pela crise. Se é verdade que a década de 80 foi prejudicial a este setor – que, por sua própria natureza, absorve diretamente os impactos da retração dos investimentos, públicos e privados –, os dois primeiros anos da década de 90 ensejaram importantes movimentos de ajuste por parte das empresas, que se traduziram em desinvestimentos progressivos.

Este fato representou uma ruptura frente à trajetória dos anos oitenta, quando se acumularam margens significativas de capacidade ociosa, mas se preservou a base industrial instalada.

Considerações muito semelhantes àquelas relativas ao setor de bens de capital podem ser feitas no que tange à eletrônica, setor chave da Terceira Revolução Industrial.

A herança deixada pela década de oitenta foi particularmente perversa para o Brasil, não só em função dos desafios impostos pela Terceira Revolução Industrial, mas também em decorrência do agravamento de desequilíbrios internos, que já se evidenciavam na década anterior.

Do ponto de vista interno, a paralisia dos investimentos produtivos conduziu ao empobrecimento da estrutura industrial, seja do ponto de vista do progressivo envelhecimento da base produtiva, seja no que se refere à sua composição setorial.

A ausência do estabelecimento e implementação de uma política industrial e tecnológica no Brasil, nos anos oitenta, conduziu à inserção passiva do país na nova divisão internacional do trabalho, imposta pelas economias centrais. A ação e perpetuação desta posição subordinada no cenário internacional conduz à exclusão do país da apropriação dos frutos do progresso técnico, alijando-o das fontes básicas de acumulação de capital e geração de renda.

Os desafios impostos ao governo Collor não eram, portanto, de pequenas proporções.

A contração do mercado interno impõe obstáculos à exploração de economias de escala e de escopo por parte das empresas, limitando seu grau de eficiência produtiva. Num contexto de abertura comercial esta questão agrava-se, na medida em que inviabiliza economicamente a produção interna de vários produtos – induzindo à sua importação –, contraindo, portanto, a base de mercado do setor produtivo.

A dicotomia que se estabelece entre os setores / segmentos industriais orientados para o mercado externo, e aqueles orientados para o mercado interno, significa o desperdício de uma fonte fundamental de geração e

absorção de progresso técnico: os mecanismos de aprendizado tecnológico que se estabelecem a partir da relação interativa produtos/usuário.

A recomendação que é feita na “Pice”<sup>5</sup> de estabelecimento de *joint-ventures* como forma de desenvolvimento dos setores geradores de novas tecnologias – reduzindo-os a meros utilizadores de tecnologias geradas externamente –, inviabiliza a exploração desta fonte de geração de núcleos endógenos de progresso técnico. A desestruturação em processo de algumas cadeias produtivas localizadas em setores nucleares da matriz industrial caminha no mesmo sentido.

A política implementada é para “vencedores”, penalizando fortemente, seja a parcela do empresariado que não conseguiu (ou não pôde) ajustar-se à abertura comercial, sejam os trabalhadores, e estes de duas formas. Em primeiro lugar, em função da desativação irreversível de seus postos de trabalho, principalmente aqueles ligados à produção. Em segundo lugar, em função do enfraquecimento dos sindicatos, já que este desemprego mais estrutural tende a concentrar-se justamente naquelas categorias mais organizadas. Mais ainda, a preservação de níveis salariais baixos e da concentração de renda altamente perversa, que caracteriza hoje a sociedade brasileira, é *funcional* a este modelo.

A reversão deste quadro não é tarefa fácil. Os “vencedores” certamente imporão obstáculos à implementação de um projeto alternativo. Cabe assinalar, também, que a retomada de modelos desenvolvimentistas, tal como concebidos na década de cinquenta, não só não têm a mínima possibilidade de implementação, em função da crise fiscal e financeira do Estado, como são inadequados ao atual contexto internacional.

---

<sup>5</sup> PICE é o Programa de Política Industrial e de Comercio Exterior

#### 4. Comportamento de algumas variáveis macroeconômicas

##### 4.1 Taxa de câmbio

O mercado cambial brasileiro, no decorrer do ano de 1990, apresentou duas faces distintas. Até o dia 19 do mês de março, funcionaram simultaneamente dois mercados oficiais: o de taxas flutuantes (dólar turismo), que é aquele que *“estabelece o parâmetro de compra e venda de moeda para as pessoas que vão viajar para o exterior”* (Fortuna, p.171, 1995); e o de taxas administradas, com o qual o Banco Central aplicava as minidesvalorizações cambiais, fixando diariamente o valor da taxa cambial.

‘A rigor, o país vinha adotando o câmbio flutuante desde 1926, quando o Brasil aderiu por um breve intervalo de tempo ao padrão-ouro, as autoridades monetárias vinham fixando administrativamente a taxa de câmbio.’ (Sochaczewski, 1990, p.21)

Com a implantação do Plano de Estabilização Econômica, a taxa cambial deixou de ser fixada pela Autoridade Monetária, passando a ser determinada pelos movimentos de compra e venda do mercado. Ou seja, o sistema de taxas administradas foi substituído pelo sistema de taxas livres, que concorreu para uma política fiscal expansionista, a qual provoca um aumento na produção, elevação na taxa de juros e apreciação da moeda.(Conjuntura econômica/maio de 1990, p.21)

Estas medidas expansionistas são provocadas pela expansão dos gastos do governo, que têm por consequência um aumento da demanda, o qual leva a um aumento na produção em geral. Esta expansão proporciona um aumento na demanda por dinheiro, que tem como consequência uma elevação na taxa de juros. A elevação da taxa de juros traz consigo uma certa restrição na demanda por bens, fato este que esteriliza, em parte, a injeção monetária ocasionada pela expansão dos gastos do governo. No entanto, a expansão da oferta monetária proporcionada pelo aumento dos gastos do governo



proporciona um outro efeito positivo, além do aumento da produção, que é o aumento no nível de investimentos.

#### 4.2. Transações Correntes

As transações contidas no balanço de transações correntes incluem, de um lado, as exportações e importações de mercadorias e serviços e, de outro, as transferências unilaterais correntes.

As transações correntes entre o Brasil e os diversos países apresentaram, no ano de 1990, um saldo negativo de aproximadamente US\$ 2 bilhões, o que corresponde a aproximadamente 1% do PIB a preços correntes.

A balança comercial, por sua vez, teve um declínio no superávit, pois em 1989 havia atingido US\$ 16 120 milhões, e em 1990 o superávit atingiu apenas US\$ 11.052 milhões. Esta queda está diretamente ligada não só ao aumento dos gastos com importações, em função de maiores preços do petróleo, mas também a outros fatores. (Relatório do Banco Central, 1990, p.85).

Ao analisarmos a tabela 17 das transações correntes, constatamos que entre 1989 e 1991 houve um incremento nas importações, as quais foram influenciadas pelo processo de liberação do comércio exterior, pois havia um grande contingente de demanda reprimida em nosso país

TABELA 17 - EVOLUÇÃO DAS TRANSAÇÕES CORRENTES – BRASIL – 1989-1992 - (US\$ MILHÕES)

TRANSAÇÕES CORRENTES	1989	1990	1991	1992	1993
Balança Comercial – FOB	16 120	11052	10 579	15 239	13072
Exportações	34 383	31 414	31 620	35 793	38783
Importações	18 263	20 362	21 041	20 554	25711
Serviços	-14 800	-14053	-13 177	-11 339	-15362
Juros	-9 633	-9 009	-8 621	-7 253	-8453
Outros Serviços	-5 167	-5 044	-4 556	-4 086	-6909
Transferências Unilaterais	244	929	1 556	2 243	1653
Transações Correntes	1 564	-2072	-1 042	6 143	-637

FONTE: BANCO CENTRAL. Relatórios Anuais. Brasília, 1989 a 1993

Com relação às exportações, constatamos que houve uma retração de aproximadamente 8,7% com relação a 1989, que foi provocada pela suspensão

de financiamento de máquinas e equipamentos, e pela quebra de safra de alguns produtos agropecuários.

A conta serviço, por sua vez, apresentou também uma retração de 5% com relação a 1989, que teve como indutor as despesas de juros, decorrentes da remuneração dos empréstimos e financiamentos concedidos ao País.

Podemos notar que, de um modo geral, em 1990, ano da implantação do Plano Econômico adotado pelo governo Collor, exportamos menos US\$2.969 milhões com relação ao ano anterior. Extinguira-se, portanto, a fase em que a mídia noticiava com grande alarde que tínhamos obtido superávit na balança comercial, esquecendo de mencionar, no entanto, que havia sérias restrições às importações, as quais, com o novo governo, foram liberalizadas.

#### **4.3 Reservas Internacionais**

O ano de 1990 foi marcado por um grande esforço, por parte das autoridades monetárias brasileiras, com o intuito de efetuar um reescalonamento dos débitos, a fim de regularizar as relações econômico-financeiras com o exterior.

As reservas internacionais, no conceito caixa do Banco Central, conforme tabela 6, registraram US\$8.751 milhões ao final do ano, superando em US\$1.483 milhões a posição final de 1989. Em 1991, houve uma pequena retração nas reservas internacionais, de US\$119 milhões. No entanto no ano de 1992 ocorreu um sensível acréscimo nas reservas de US\$10.456 milhões, totalizando US\$19.008 milhões e no ano seguinte chegou a US\$ 25.878 milhões. (Relatório do Banco Central, 1993, p. 93)

O saldo do Balanço de Pagamentos, por sua vez, registrou US\$9.175 milhões ao final de 1990, superando em US\$ 439 milhões o valor atingido em 1989. No entanto, no ano de 1991 houve novamente um decréscimo no saldo do Balanço de Pagamentos, voltando a um patamar muito semelhante ao atingido em 1989. A partir de 1992, passou a apresentar uma significativa evolução, chegando a um saldo de US\$31 711 milhões em 1993, conforme podemos constatar na tabela 18.

No tocante à liquidez, pode-se também constatar que ela evoluiu. Cresceu até 1990; em 1991 teve uma pequena retração de 5,68%, No entanto, no ano de 1992, teve uma excelente reação, crescendo 252,54% sobre o ano anterior e voltou a reagir em 1993, crescendo mais 135,6%.

TABELA 18– RESERVAS INTERNACIONAIS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL – (US\$ milhões)

Ano	Caixa	Balanço de pagamentos	Liquidez
1987	4433	6799	7458
1988	5359	8116	9140
1989	7268	8736	9679
1990	8751	9175	9973
1991	8552	8763	9406
1992	19008	23268	23754
1993	25787	31711	32211

Fonte: Relatório do BACEN - 1993

#### 4.4 TAXA DE JUROS “Overnight”

Com a implantação do Programa de Estabilização Econômica, a partir de março de 1990, houve fortes modificações na política de endividamento do setor público. O fato de ter sido estabelecido que cerca de 80% dos ativos financeiros se tornariam indisponíveis provocou uma profunda modificação nas condições de liquidez da economia

Outra modificação expressiva foi a eliminação do mercado aberto para pessoas físicas ou jurídicas não-financeiras. Os então existentes Fundos de Aplicação de Curto Prazo foram transformados em Fundos de Aplicação Financeira (FAF), ou a eles incorporados. As pessoas físicas e jurídicas não-financeiras passaram a auferir a mesma taxa de rentabilidade, independentemente do volume de recursos investidos

A austeridade na condução das políticas monetária e fiscal, e a administração eficaz da política cambial permitiram a manutenção da estabilidade necessária à superação dos efeitos da crise política.

A poupança financeira, originada, principalmente, da liberação dos recursos financeiros que haviam sido bloqueados, e o aumento sensível que ocorreu com as reservas internacionais proporcionaram uma importante

evolução no mercado de títulos federais. As operações de *overnight*, lastreadas em títulos públicos federais, destacaram-se entre os ativos de renda fixa, alcançando a rentabilidade de 30% a. a., em termos reais. conforme podemos contatar na tabela 19.

Efetuando-se a somatória das taxas de juros nominais, chegamos a uma taxa média nos três primeiros anos da década de 90 de 22,91% ao mês. No ano de 1991 ocorre uma completa inversão, pois foi o último trimestre daquele ano em que houve uma maior elevação dos juros

Vejamos agora qual foi o comportamento da taxa de juros real nos primeiros três anos da década de 90. No segundo trimestre de 1990, tivemos uma taxa de juros real negativa. Porém, logo começou a subir, o que contribuiu para que os investidores estrangeiros voltassem a ser atraídos pelos investimentos não-produtivos em nosso país.

TABELA 19 - TAXAS DE JUROS DE TÍTULOS PÚBLICOS "OVERNIGHT"

Taxas de Juros de Títulos Públicos "Overnight"

Período	Real ao Mês	Nominal ao Mês	Real ao Mês	Nominal ao Mês	Real ao Mês	Nominal ao Mês	Real ao Mês	Nominal ao Mês
	1990		1991		1992			1993
Jan	-2,44	67,6	0,42	21,02	2,6	29,1	0,7	28,5
Fev	3,18	82,04	-6,24	6,85	4,9	28,8	1,4	28,9
Mar	-3,74	36,76	0,93	8,99	6,1	26,9	0,3	28,4
Abr	-5,42	4,23	1,9	9,67	2,9	23,9	0,2	30,5
Mai	-3,08	5,69	1,28	9,56	0,9	23	-0,5	30,9
Jun	-2,03	8,73	-0,91	10,32	2,2	24,3	0,4	31,9
Jul	0,74	13,79	-1,54	12,39	2,1	26,2	0	32,7
Ago	-0,7	11,53	0,08	15,75	-0,6	25,6	-0,5	34,6
Set	2,02	15,21	-0,95	19,78	1,2	27,7	0,9	37,2
Out	0,6	16,49	0,12	25,95	2,9	28,2	1,7	38,4
Nov	2,46	19,83	6,85	32,43	2	26,4	1,3	38,4
Dez	3,96	22,86	5,39	31,17	-0,2	25,9	0,9	40,4
Total %	-4,45		7,33		27		6,8	

Fonte: Relatório do BACEN de 1990 a 1993



#### 4.5 Dívida do Setor Público

O conceito de dívida líquida abrange as responsabilidades do setor público junto ao sistema financeiro, ao setor privado não-financeiro e ao setor externo, além dos haveres e obrigações do Banco Central.

Analisando os dados percentuais da dívida líquida do setor público, no triênio 91-93, podemos constatar que o Governo Federal e o Banco Central procuraram reduzir sensivelmente a sua dívida com relação ao percentual do Produto Interno Bruto – PIB. Já os governos estaduais praticamente mantiveram o mesmo nível de dívida.

Um fator que demonstra o êxito na tentativa governamental é a análise dos dados referentes à dívida do setor público, os quais denotam que o governo estava conseguindo atingir o objetivo, pois o percentual sobre a dívida líquida total sofreu uma sensível redução, conforme podemos verificar na tabela 20.

Quando nos detemos na análise da dívida interna e externa do Brasil, no triênio considerado, observamos que a dívida interna, em 1992 sofreu um acréscimo de 4,3% sobre 1991, e no ano seguinte sofreu uma pequena queda de 0,9% sobre o ano anterior. Já a dívida externa sofreu, no triênio, uma sensível queda de 11,7%, no período

TABELA 20 - DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO PERCENTUAL S/ PIB

	1991	1992	1993
Governo Federal e Banco Central	14 0	12 1	8 8
Governos Estaduais e Municipais	7 9	9 8	9 3
Empresas Estatais	19 8	17 6	15 2
Dívida Interna	15 3	19,6	18 7
Dívida Externa	26 4	19 9	14 7
Dívida Total	41 7	39 5	33 3

Fonte: Relatórios do BACEN de 1993

## CONCLUSÃO

Com este trabalho buscou-se realizar um estudo do Plano Brasil Novo, procurando, no entanto, fugir ao já tão debatido e questionado confisco das poupanças.

Para compreendermos os fatos que levaram à concretização e à implantação do Plano, fizemos uma rápida abordagem dos anos que o antecederam.

Partimos do período pós-guerra, abordando algumas causas do subdesenvolvimento. Analisamos a tentativa de nos tornarmos um país desenvolvido, com a implantação do programa de substituição das importações, que teve o seu apogeu nas décadas de 60 e 70, estando, no entanto já no início da década de 80, muito desgastado.

Havia, portanto, a necessidade da adoção de uma outra forma de programa para continuarmos tentando sair do subdesenvolvimento.

Os membros da equipe de governo, que estavam assumindo os trabalhos na área econômica, tinham a sua composição integrada por elementos jovens e dinâmicos, muito influenciados pelas últimas novidades da economia mundial.

Os países mais desenvolvidos, como a Inglaterra, os Estados Unidos e a Alemanha, estavam adotando uma nova filosofia de administração pública, ou seja, estavam empregando a doutrina "Neoliberal"

Este novo receituário econômico estava na moda entre os membros das instituições que dão suporte monetário à grande maioria dos países, tais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Principalmente após o lançamento do artigo do economista John Williamson, no ano que antecedeu a posse do governo Collor, denominado "Consenso de Washington", que apregoava a todos os critérios que deveriam ser seguidos pelos países em vias de desenvolvimento.

Temos ainda que levar em conta a grande influência do "fator de imitação internacional", que leva os países menos desenvolvidos a quererem copiar as medidas tomadas pelos países mais desenvolvidos, com o intuito de abreviar o seu processo de desenvolvimento

As medidas adotadas pelo governo, a nosso ver, estavam perfeitamente dentro da nova teoria adotada pelos países mais desenvolvidos, que pregavam a menor intervenção do Estado na economia.

Segundo os adeptos da nova filosofia, o nosso governo estava atuando em áreas muito diversificadas. Com isso concorria com a iniciativa privada em áreas que não eram de competência do governo, havendo, portanto, a necessidade de enxugar a estrutura governamental.

O governo, ciente da real necessidade de transformar a máquina pública na mais enxuta possível, adotou o programa de privatização e procurou seguir na totalidade os desígnios do FMI e do Banco Mundial.

Ao analisarmos o produto interno bruto *per capita* do período 1989 e 1992, em dólares, constatamos que houve um pequeno incremento, pois passou de US\$2.836 para US\$2.846, conforme Relatório do Banco Central de 1993.

Como é de conhecimento geral, as medidas de política monetária estão sujeitas a uma defasagem de tempo desde a sua adoção até o seu efetivo funcionamento. O curto período de tempo que o governo Collor teve não poderia ter proporcionado um resultado muito melhor.

O nosso propósito inicial era o de verificar se a adoção do Plano Brasil Novo havia contribuído significativamente para o desenvolvimento de nosso país.

Constatamos, no entanto, que a melhor contribuição deste plano econômico foi dar início ao processo de eliminação da inflação galopante que nós estávamos sofrendo. Ele permitiu um incremento no comércio e na indústria, e também deu condições para que os governos seguintes prosseguissem na busca desse objetivo. Este fato realmente se concretizou, pois quando observamos o resultado da produção industrial no ano de 1993, constatamos que ela apresentou um sensível crescimento.

A pergunta que fica no ar é: será que os governos que sucederam a implantação e implementação do “Plano Brasil Novo” teriam conseguido o sucesso que obtiveram, sem que tais medidas houvessem sido tomadas?

## BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Mudanças e impasse: cenário e saída. In: *Estabilidade e Crescimento: os desafios do Real*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1994.

ALENCAR, Geraldo de. *Brasil e seu Futuro*. São Paulo: Makron Books, 1996.

APPY, Bernard. *Crise Brasileira anos oitenta e governo Collor*. São Paulo: Instituto Cajamar, 1993.

BAER, Werner. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.

BANCO CENTRAL. *Relatórios Anuais*. Brasília, 1990-1995.

BANCO MUNDIAL. *Estratégia do Banco Mundial Para a América Latina e o Caribe*. Grupo de Política Econômica do Departamento da América Latina e Caribe, Banco Mundial, Setembro de 1999.

BARAN, Paul A. *A Economia Política do Desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. *Plano Real, Dependência e Dívida Externa*. Maio de 1999.

BOLETIM CONJUNTURAL - Indicadores IPEA de tendência da inflação no Brasil. Boletim Conjuntural, n. 48, Jan 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/bccj/bc048.html>>.

BROCK, William R. *From new Deal to new Liberalism*. Disponível em: <[http://musse.jhu.edu/demo/rah/23\\_4brock.html](http://musse.jhu.edu/demo/rah/23_4brock.html)>

CAMARGO, Aspásia. O Futuro Exige um (Bom) Roteiro. In: *Lições de Mestres*. Rio de Janeiro: Campus, ABDE, 1998.

CAMARGO, José Márcio; GIANBIAGI, Fábio et al. *Distribuição de Renda no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

CANO, Wilson. *América Latina: da industrialização ao neoliberalismo*. Texto para Discussão.

CARDOSO, Fernando Henrique. Reflexões sobre o Brasil e o Fórum Hoje. In: *Visões de Brasil*. São Paulo: Nobel, 1992

CASTRO, Antonio Barros de. Estabilização, Crescimento e Política Industrial. In: *Estabilidade e Crescimento: os desafios do Real*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1994.



CASTRO, Antonio Barros de. Rumo ao Liberalismo: ponderações. In: *Aquarella do Brasil*. Rio de Janeiro: 1990.

COMPARATO, Fábio Konder. *A Desnacionalização da Economia Brasileira e suas Consequências Políticas*. Disponível em: <http://www.ez-bh.com.br/~claradv/brasil.html>

COUTINHO, Luciano. A Indústria: competitividade sistêmica. In: *Estabilidade e Crescimento: os desafios do Real*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1994

COUTINHO, Luciano. *Entrevista*. Disponível em: <http://www.ax.apc.org/aben/brn-a4n16.mar1998/entrev.htm>

CUNHA, Paulo. Brasil: o desafio da modernidade. In: *Visões de Brasil*. São Paulo: Nobel, 1992.

CYSNE, Rubens Penha. A Inflação e o Plano Real. In: *Estabilidade e Crescimento: os desafios do Real*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1994.

DINIZ, Abílio et al. *Reforma Econômica para o Brasil anos 90*. São Paulo: Nobel, 1990, 2ª ed.

DORNBUSCH, Rudiger et FISCHER, Stanley. *Introdução à Macroeconomia*. São Paulo: Makron Books, 1992.

FERNANDES, José Augusto Coelho et al. A Indústria: perfil e perspectivas. In: *Estabilidade e Crescimento: os desafios do Real*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1994.

FORTUNA, Eduardo. *Mercado Financeiro: produtos e serviços*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.

FREIRE, Roberto. *O Papel do Estado Pós Privatizações*. Disponível em: [http://www.fne.org.br/anais/papel do estado pós privatização ht](http://www.fne.org.br/anais/papel%20do%20estado%20p%C3%B3s%20privatiza%C3%A7%C3%A3o.htm)

FRISCHRAK, Claudio R. Os Novos Modelos Institucionais para a Infra-estrutura. In: *O Real, o Crescimento e as Reformas*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1996.

FRISCHTAK, Claudio R. O Projeto de Desenvolvimento: convergências. In: *Visões de Brasil*. São Paulo: Nobel, 1992.

FURTADO, Celso. *A Fantasia Desfeita*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FURTADO, Celso. A Lição de um Mestre. In: *Lições de Mestres*. Rio de Janeiro: Campus, ABDE, 1998.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 18<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. 7<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979

FURTADO, Milton Braga. *Síntese da Economia Brasileira*. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1983.

GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita. Políticas Neoliberais? Mas o que é o Neoliberalismo. *Revista do BNDES*, n.13, junho 2000. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/publica/revista.html>>.

GONÇALVES, Reinaldo. *As Locomotivas Enferrujadas do Capitalismo*. papers/capitalismo2/20-05-99, UFRJ

HABERLER, Gottfried. *Crescimento Econômico e Estabilidade: Uma Análise da Evolução das Políticas Econômicas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

HOBBS, Thomas. *Hobbes – Vida e Obra*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. Tradução: Marcos Santarrita. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

IBGE. Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/ibge.../indicadoresminimos/motasindicadores.shtm>>

IPEA Publicações. Déficit Público e Poupança na Perspectiva da Estabilização. *Carta de Conjuntura*. Rio de Janeiro: n. 61, Dez. 1995 Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/bccj/cc061.html>>.

KEYNES, John Maynard. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KUZNETS, Simon S. *Crescimento Econômico Moderno: ritmo, estrutura e difusão*. Tradução: Benedicto de Carvalho São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LACERDA, Antônio Corrêa de. *Economia Brasileira: reestruturação produtiva e vulnerabilidade externa*. São Paulo: Saraiva, 2000

LAKATOS, Eva Maria, et MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LANDAU, Helena. O Programa de Privatização: resultados e perspectivas. In: *Estabilidade e Crescimento: os desafios do Real*, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1994.

MACIEL, Claudio Schuller. *Crise, Desindustrialização e Desnacionalização*. Disponível em: <<http://www.dollarbk.eco.unicamp.br/artigos/artigo80.htm>>.

MANCE, Euclide André. *Quatro teses sobre o Neoliberalismo*. Disponível em: <<http://www.aol.com.br/mance/quatro.htm>>.

MELLO Fátima V.; SCHLESINGER, Sergio. *Brasil: Integração Regional Sob a Ótica da democracia, Justiça Social e Sustentabilidade*. Texto para Discussão.

MODIANO, Eduardo. Verbos para o Brasil. In: *Visões de Brasil*. São Paulo: Nobel, 1992.

MONTEIRO, Jorge Vianna. *Instituições de Estabilização Econômica no Brasil. Economia & Política*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

PASTORE, Affonso Celso. Reforma Monetária, Inércia e Estabilização. In: *Estabilidade e Crescimento: os desafios do Real*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1994.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. *Microeconomia*. São Paulo: Makron Books, 1994.

PREBISCH, Raul. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Seus Principais Problemas. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro: FGV, ano 3, n.3 p. 47-111, set. 1949

RAMOS, Lauro R. A.; REIS, José Guilherme Almeida. *Distribuição de Renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

RIBEIRO, Darcy. Utopia Brasil. In: *Lições de Mestres*. Rio de Janeiro: Campus, ABDE, 1998.

RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RODRIGUES, Denise Andrade. Os Investimentos no Brasil nos Anos 90: cenários setorial e regional. *Revista do BNDES*, n.13, junho 2000 Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/publica/revista.html>>.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. Coréia do Sul: industrialização e desenvolvimento social. *Conjuntura Econômica*, março 1991.

ROSENTHAL, Gert. Lições da década de 80 para a América Latina e o Caribe. In: *Visões de Brasil*. São Paulo: Nobel, 1992.

SACHS, Jeffrey D. et LARRAIN B., Felipe. *Macroeconomia*. São Paulo: MAKRON Books, 2000



SALOMON, Délcio Vieira. *Como Fazer uma Monografia: elementos de metodologia de trabalho científico*. 5ª ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

SANTOS FILHO, Otaviano Canuto dos. O Padrão de Financiamento na Industrialização Coreana. *Revista de Economia Política*, vol 14, n. 3, julho/setembro/1994.

SANTOS FILHO, Otaviano Canuto dos.; FERREIRA JR., Hamilton de Moura. *Coréia do Sul e Taiwan: notas sobre a política industrial*.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos - *Horizonte do Desejo – privação relativa e o limiar de sensibilidade social*. Professor do IUPERJ, Junho de 1998

SCHULTZ. Theodore W. *O Capital Humano: investimento em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo e. Brasil: um mutirão para a educação. In: *Visões de Brasil*. São Paulo: Nobel, 1992.

SILVA, Antônio B. de Oliveira et al. A economia nos anos 1990: perspectivas. In: *Estabilidade e Crescimento: os desafios do Real*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

SIMONSEN, Mario Henrique. Avaliação do Plano Real. In: *Estabilidade e Crescimento: os desafios do Real*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1994.

SIQUEIRA, Tagore Villarim. Os Grandes Grupos Brasileiros: Desempenho e Estratégias na Primeira Metade dos Anos 90. *Revista do BNDES*, n.13 junho 2000. Disponível em: < <http://www.bndes.gov.br/publica/revista.html>>.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas*. São Paulo: Abril Cultural. 1983.

SOCHACZEWSKI, Antonio Claudio O Câmbio no Brasil Novo *Conjuntura Econômica*, p.21, maio 1990.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento Econômico*. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Introdução à Economia*. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1997



STIGLITZ, Joseph E. *Em Busca de um Novo Paradigma para o Desenvolvimento: estratégias, políticas e processos*. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br/Documentos/htm>>.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. *Os Conceitos de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forum, 1974.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. 9<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

VASCONCELLOS, Marco A.S. de; GREMAUD, Amaury P, TONETO JR, Rudinei. *Economia Brasileira Contemporânea: para o cursos de economia e administração*. São Paulo: Atlas, 1996.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. Como Evitar uma Nova “Década Perdida”. In *Combate à Inflação e Reforma Fiscal*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1992.

WILLIAMSON, John. Reformas Políticas na América Latina na Década de 80. *Revista de Economia Política*, v.12. n. 1 p.44 – 45, jan./mar. 1992.